

Iasmin do Prado Gomes

**FEMINISMOS E CATOLICISMOS NO CHILE DITATORIAL:
A ATUAÇÃO DE EXILADAS NA REVISTA *MENSAJE* (1982-1990)**

Mariana

2023

Iasmin do Prado Gomes

**FEMINISMOS E CATOLICISMOS NO CHILE DITATORIAL:
A ATUAÇÃO DE EXILADAS NA REVISTA *MENSAJE* (1982-1990)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Área de Concentração: História

Linha de Pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis

Mariana

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G633f Gomes, Iasmin do Prado.
Feminismos e catolicismos no Chile ditatorial [manuscrito]: a atuação de exiladas na Revista Mensaje (1982-1990) / Iasmin do Prado Gomes. - 2023. 162 f.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Feminismo - Chile. 2. Catolicismo - Chile. 3. Chile - História - 1973-1988. 4. Revista Mensaje. 5. Exilados - Chile. 6. Ditadura - Chile. I. Reis, Mateus Fávaro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(83)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

lasmin do Prado Gomes

Feminismos e catolicismo no Chile ditatorial: a atuação de exiladas na revista Mensaje (1982-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestra

Aprovada em 15 de fevereiro de 2023

Membros da banca

Dr. Mateus Fávaro Reis - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Universidade Federal de Minas Gerais
Dra. Priscila Ribeiro Dorella- Universidade Federal de Viçosa

Mateus Fávaro Reis, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 08/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Favaro Reis, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/03/2023, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0486805** e o código CRC **EDFF930A**.

“Não se pode ignorar que a volta dos exilados foi um combustível singular para o renascimento do feminismo chileno.” Dora Barrancos

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de um caminho que vem sendo percorrido desde a graduação, por isso não posso deixar de agradecer as pessoas que estiveram comigo em muitos dos processos que me trouxeram até aqui. Agradeço os meus amigos Wiara Wendy, Karlo Rodrigues, Jannaína Santos, Geice Louise, Aline Lage e Lara Quinupp por alegrarem a minha vida desde o primeiro período do curso de História. Com vocês tudo fica mais colorido! Também deixo os meus agradecimentos às minhas amigas Anna Carolina, Mariana Laurentino, Daiane Rocha, Sheila Santos e Camila Rezende por terem sido família durante diversos momentos da vida universitária em Mariana. Saudades das nossas cervejas no jardim acompanhadas de trocas e gargalhadas que aliviavam a rotina cansativa! As minhas amigas Gabriela Adler, Luiza Borges e Daniele Correia por serem afeto, cuidado e família durante o último ano do mestrado em Ouro Preto. Me alegra saber que os nossos laços transcenderam territórios. Os meus eternos agradecimentos a Juliana Machado e Samuel Bueno por terem me apoiado incondicionalmente nos últimos anos e acompanharem as fases de escrita deste projeto com tanta ternura e incentivo. Obrigada por tanto! À minha mãe Marli, meu pai, Serafim e ao meu irmão, Rafael: obrigada por estarem comigo em toda a minha formação. Aprendemos juntos que a educação é um instrumento de emancipação individual e coletiva!

Agradeço às bancas de qualificação e defesa compostas pelas professoras Adriane Vidal, Priscila Dorella e Virgínia Buarque. Obrigada pelas palavras atentas e críticas que mostraram respeito pela minha trajetória. A minha eterna gratidão ao meu orientador Mateus Fávoro por ter me apresentado o mundo incrível e complexo das Américas. Jamais esquecerei das suas aulas e orientações repletas de encantamento e empatia pelos múltiplos povos que habitam a região. Também agradeço os partidos de esquerda e movimentos sociais que lutaram para que pessoas de minha classe social alcançassem espaços em ambientes antes inimagináveis, sendo a universidade federal o principal deles. Deixo o meu agradecimento especial aos meus camaradas do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Unidade Popular pelo Socialismo. É uma honra lutar ao lado de vocês! No mais, agradeço ao povo chileno pelo histórico de força social e imaginação política que me inspira a ser uma pessoa e profissional melhor. Por fim, agradeço à CAPES por fornecer o financiamento que tornou este trabalho possível diante desses últimos anos de ataques diretos à educação pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

O seguinte trabalho objetiva investigar como as relações entre feminismos e catolicismos estabelecidas durante a ditadura militar do Chile (1973-1990) corroboraram para a atuação de exiladas na revista *Mensaje* nos anos de 1982 a 1990. O recorte temporal sinalizado corresponde à data da publicação do texto mais questionador sobre o exílio feminino publicado no impresso *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*, de autoria de Ana Vásquez, exilada chilena em Paris e socióloga com estudos na área de psicossociologia e o fim do Estado ditatorial, respectivamente. *Mensaje* é uma revista católica que circula no Chile e no exterior até os dias atuais. Foi fundada em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado, membro da Companhia de Jesus, e tem como um de seus propósitos retratar para o seu público as realidades nacional e internacional de maneira crítica e cristã. A principal hipótese desta pesquisa é que a atuação de exiladas no corpo editorial do impresso ocorreu devido a fatores como a crise econômica de 1982, as manifestações populares iniciadas em 1983 e o retorno de exiladas e exilados ao país de origem (Chile). Ressaltamos que entre as finalidades do projeto estão mostrar como feminismo, política e religião podem ser áreas articuladas e contribuir para a descentralização do sujeito universal masculino existente na historiografia, representado pelo homem cis, branco, hétero e sem deficiência. Será analisado como o feminismo materializado nas produções da revista se relaciona com as segundas ondas dos feminismos chilenos e latino-americanos, explicitando como o seu conteúdo e as trajetórias das sujeitas que o desenvolveram fomentaram a escrita da História das Mulheres do Chile, o rompimento com a dicotomia público-privado, a luta contra o autoritarismo, a união entre teoria e prática cotidiana, a formação de instituições e eventos compostos por mulheres e a construção de debates altamente políticos que conectaram feminismos, exílios e catolicismos.

Palavras-chave: Feminismos, exílios, catolicismos, Chile, ditadura militar, Mensaje.

ABSTRACT

The following work aims to investigate how the relations between feminisms and catholicisms protected during the military dictatorship in Chile (1973-1990) corroborated the performance of exiles in *Mensaje* magazine in the years 1982 to 1990. The marked time frame corresponds to the publication date of the most questioning text on female exile published in the publication *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*, by Ana Vásquez, a Chilean exile in Paris and a sociologist with studies in the area of psychosociology and the end of the State dictatorial, respectively. *Mensaje* is a catholic magazine that circulates in Chile and abroad to this day. It was founded in 1951 by the Jesuit Father Hurtado, a member of the Society of Jesus, and one of its purposes is to portray national and international realities to its public in a critical and christian manner. The main hypothesis of this research is that the participation of exiled women in the editorial body of the printed matter was due to factors such as the economic crisis of 1982, the popular demonstrations that began in 1983 and the return of exiled men and women to their country of origin (Chile). We emphasize that among the purposes of the project are showing how feminism, politics and religion can be articulated areas and contribute to the decentralization of the universal masculine subject existing in historiography, represented by cis, white, straight and non-disabled men. It will be analyzed how the feminism materialized in the magazine's productions relates to the second waves of Chilean and Latin American feminisms, explaining how its content and the trajectories of the subjects who developed it fostered the writing of the History of Women in Chile, the drama with the public-private dichotomy, the fight against authoritarianism, the union between theory and daily practice, the formation of institutions and events composed of women and the construction of highly political debates that connect feminisms, exiles and catholicisms.

Keywords: Feminisms, exiles, catholicisms, Chile, military dictatorship, Mensaje.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 11 |
| Cap. 1 - <i>Mensaje</i> , exílios e autoritarismos | 16 |
| 1.1. História de <i>Mensaje</i> | 16 |
| 1.2. Governo da Unidade Popular (1970-1973) | 24 |
| 1.3. Estado Ditatorial (1973-1990) | 27 |
| 1.4. <i>Mensaje</i> e a censura durante a ditadura militar | 31 |
| 1.5. Relações entre <i>Mensaje</i> e a <i>Vicaría de la Solidaridad</i> | 36 |
| 1.6. Os exílios chilenos | 38 |
| 1.7. <i>Mensaje</i> e a experiência do exílio | 40 |
| Cap.2 - Epistemologias feministas e as produções em <i>Mensaje</i> | 49 |
| 2.1. Gênero na pesquisa histórica | 53 |
| 2.2. Segundas ondas dos feminismos latino-americanos | 55 |
| 2.3. Movimentos Feministas no Chile durante a ditadura militar | 59 |
| 2.4. <i>Democracia en el país y en la casa</i> | 62 |
| 2.5. <i>Círculo de Estudios de la Mujer</i> | 64 |
| 2.6. Não há democracia sem feminismo: institucionalidade e neoliberalismo nas produções feministas em <i>Mensaje</i> | 68 |
| 2.7. Escrita da História das Mulheres no Chile | 81 |
| 2.8. Intelectuais feministas e suas contribuições | 85 |
| 2.9. Atuações feministas na democracia | 91 |
| 2.10. Escrituras eclesásticas | 97 |
| Cap.3 - Conexões entre exílios e feminismos | 105 |
| 3.1. Exílio feminino chileno | 108 |
| 3.2. Exílios e feminismos de segunda onda | 111 |

| | |
|---|-----|
| 3.3. Encontros internacionais de mulheres | 117 |
| 3.4. A exilada, Ana Vasquez | 123 |
| 3.5. Quem foi Josefina Rossetti? | 133 |
| 3.6. Divulgação de obras escritas por mulheres | 135 |
| 3.7. <i>Instituto de la Mujer</i> | 137 |
| 3.8. Informação e servidão | 148 |
| 3.9. Inserção feminina na política | 150 |
| 3.10. <i>Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia</i> | 154 |
| Considerações Finais | 159 |
| Referências Bibliográficas | 161 |

INTRODUÇÃO

O Chile, nosso vizinho latino-americano, muitas vezes, desconhecido por brasileiras e brasileiros, recebeu destaque em veículos de comunicação tradicionais no Brasil nos últimos anos devido ao *Estallido Social* ou Explosão Social - processo histórico iniciado em outubro de 2019, que questiona o neoliberalismo vigente no país desde o autoritarismo instaurado com o golpe de 11 de setembro de 1973. Muitos são os agentes desse movimento, mas aqui destaco as mulheres chilenas que vêm se destacando no que tange às lutas de gênero, entre elas, a descriminalização do aborto. Se hoje o país tem a performance “Un violador en tu camino”, do coletivo *Las Tesis* como símbolo feminista, que ultrapassou fronteiras, é devido à história chilena ser caracterizada por ações de sujeitas que foram às ruas reivindicar melhores condições de vida para as mulheres e toda a sociedade chilena em contextos históricos anteriores.

Aqui destaco dois deles: a conquista do voto feminino em 1949 e a resistência contra o aparato militar das décadas de 1970 e 1980. Nesse último, feministas chilenas se organizaram coletivamente sob o slogan “Democracia no país e em casa”. Estas agentes entenderam que as opressões de gênero se localizavam nos âmbitos público e privado e se conectavam com os problemas políticos, econômicos e sociais chilenos, sendo o maior deles, a ditadura militar comandada pelo general Augusto Pinochet. A segunda onda do feminismo chileno será o foco desta investigação por vários motivos, sobretudo porque ela comprova que feminismo e política não são áreas totalmente distintas, muito pelo contrário. Ao longo do meu percurso pessoal e acadêmico presenciei situações em que aos feminismos foram atribuídos adjetivos como apolíticos, subalternos e secundários, mesmo que de forma indireta, o que me motivou e motiva a estudar as trajetórias de sujeitas que demonstram o contrário.

Desde o início da minha graduação em história, encontrei inspiração e encantamento nos movimentos feministas da América Latina. No sétimo período iniciei - perante a orientação do professor Mateus Fávaro Reis - uma iniciação científica sobre a atuação de exilados brasileiros no semanário chileno *Ercilla*, durante o período de 1968 a 1973, investigação que originou o meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e a formulação do problema de pesquisa do mestrado. Esse momento foi muito decisivo para a minha formação como pessoa, professora e pesquisadora, pois *Ercilla* foi essencial para que eu me entendesse enquanto latino-americana. Estudar a América Latina por latino-americanos/as é um exercício de conexão comigo mesma e o coletivo que me cerca.

Já na iniciação científica, um dos meus maiores desejos enquanto pesquisadora consistia em estudar o exílio chileno a partir da perspectiva de gênero, aspiração que eu já pensava em abandonar, devido à falta de fontes sobre o assunto. Após várias buscas pelo google encontrei *Mensaje*, uma revista católica fundada no Chile, em 1951, pelo jesuíta Padre Hurtado. O impresso tem como objetivo informar aos seus leitores as realidades nacional e internacional de maneira crítica, salientando que aspectos como história, religião, economia e política estão conectados. A revista *Mensaje* ainda circula no Chile, é publicada mensalmente e possui um site onde estão disponibilizadas as suas versões mais antigas. O arquivo histórico digital da revista foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, sem a ferramenta seria impossível utilizar a fonte, visto que, a distância geográfica consiste em um empecilho para que eu desenvolva estudos a partir de materiais que só se encontram no Chile.

Além disso, são escassas as fontes sobre o exílio chileno feminino conhecidas pela historiografia. Um recurso muito utilizado em prol do resgate das memórias de exiladas latino-americanas é a História Oral. Em novembro de 2021, participei do *Primer Congreso Internacional sobre Exilios en América Latina y V Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur* e fiquei surpresa ao descobrir que da mesa com o eixo temático *Las mujeres en el exilio y los exilios en perspectiva de género*, apenas o meu trabalho operava com o exílio feminino através de um impresso; os demais usavam a oralidade. O ocorrido ainda me faz refletir sobre a originalidade dos escritos que compõem *Mensaje* e dos outros materiais produzidos por exiladas chilenas, dos quais ainda não temos conhecimento. Um silenciamento que é consequência da cultura patriarcal que se manifestou no cotidiano da comunidade exilada das décadas de 1960 e 1970 e ainda se mantém na historiografia contemporânea.

O primeiro texto que me fez escolher a fonte foi o *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*, de autoria de Ana Vásquez, exilada chilena em Paris e socióloga com estudos na área de psicossociologia. O escrito é o mais importante sobre gênero no exílio chileno existente em *Mensaje* e foi o ponto de partida para esta investigação. Ana Vásquez foi a primeira exilada que me chamou a atenção no impresso porque o seu artigo marcou o meu primeiro contato com *Mensaje*, pois consiste em grande fonte e referência bibliográfica sobre o desterro de chilenas.

Ao seu lado, eu destaco o nome da socióloga Josefina Rossetti, cuja trajetória também conecta exílios, feminismos e catolicismos de maneira complexa e instigante. Estas mulheres se somaram a tantas outras que atuaram na revista, mas escrever toda a

história destas sujeitas seria impossível, pois trabalhar com os impressos também é não ter conhecimento de todos os acontecimentos por trás dos bastidores das publicações, as pautas das reuniões dos conselhos, os critérios escolhidos para a ocupação dos cargos de diretores e colaboradores e tantos outros fatores que contribuem para a sua circulação. Ressaltamos que não é objetivo desta análise tecer qual a recepção dos leitores de *Mensaje* sobre o conteúdo da revista porque tal ato ultrapassa os limites de nosso projeto.

A principal hipótese desta pesquisa é que as relações entre feminismo e catolicismo, que serão apresentadas no decorrer deste projeto, corroboraram para a atuação de exiladas chilenas no impresso durante o período de 1982 a 1990. Já o recorte temporal escolhido compreende o ano da publicação do texto de Ana Vásquez e o fim da ditadura militar, respectivamente.

No primeiro capítulo, realizaremos uma contextualização sobre a história de *Mensaje*, as suas publicações no que tange a retratação do fenômeno do exílio e a política chilena. Para tal, utilizaremos como referências as historiografias sobre o governo da Unidade Popular (1970-1973), a ditadura militar chilena (1973-1990) e os exílios chilenos e latino-americanos. Além disso, abordaremos a atuação da nossa fonte diante desses cenários com o auxílio das suas edições comemorativas de aniversário datadas das décadas de 2000 e 2010 e a obra *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y reencuentros (1975-1988)*.

No segundo capítulo, serão estudadas as relações entre os movimentos feministas chilenos e a hierarquia eclesiástica diante do cenário ditatorial. Por mais que estas instituições sejam bem distintas, o contexto de repressão possibilitou que a luta contra a ditadura militar as unisse, apesar das divergências. Também iremos retratar o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, as semelhanças e diferenças entre o feminismo materializado em *Mensaje* e as segundas ondas dos feminismos latino-americanos e as análises sobre dez artigos, em sua maior parte, publicados por sujeitas feministas no impresso. Observaremos como estas produções conectaram os espaços público e privado, tecendo e valorizando epistemologias feministas e construindo debates que pautaram a política chilena e a religião de maneira desafiadora e reflexiva.

Já no terceiro e último capítulo, as atuações das exiladas chilenas no impresso ficarão mais nítidas, assim como as suas conexões com os feminismos e os catolicismos. Para a concretização do objetivo, investigaremos onze textos escritos por exiladas chilenas para *Mensaje*. Destacaremos as suas trajetórias para além das páginas impressas da revista, as suas importâncias para a escrita da História das Mulheres do

Chile, a elaboração de teorias feministas, a formação de instituições e grupos de mulheres, a resistência contra a ditadura militar no exterior e a condução de ações em prol do processo de transição para a democracia no país. Ademais, traremos com maior ênfase aspectos específicos dos exílios femininos chilenos.

Por mais que o ofício de pesquisadora seja solitário, defendo que ninguém constrói uma pesquisa sozinha e as minhas só foram possíveis graças às investigações realizadas por cientistas que vieram antes de mim. Dessa forma, me sinto na obrigação de destacar alguns estudos que construíram esse trabalho e tantos outros junto comigo: sobre o exílio na América Latina, gostaria de enfatizar os livros “Exílio: entre raízes e radares”, de Denise Rollemberg (1999); “Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989)”, de Raphael Coelho (2017); “La política del destierro y el exilio en América Latina”, de Mario Sznajder e Luis Roniger (2009); bem como as coletâneas “Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX” (2009) e “La patria interrumpida: latinoamericanos en el exilio - siglos XVIII-XX” (2010), organizadas por Samanta Viz Quadrat; Carlos Sanhueza e Javier Pinedo, respectivamente. Todos os trabalhos citados estão entre as minhas referências bibliográficas desde o início da iniciação científica e até hoje me inspiram a estudar os exílios latino-americanos, principalmente os da segunda metade do século XX.

Sobre exílios, feminismos e ditaduras, poderia destacar as obras “Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-americanos de Mulheres em Paris”, de Maira Abreu (2016); “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”, de Susel Oliveira da Rosa (2013); “50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile”, organizada por Eva Blay e Lúcia Avelar (2017) e “Militância ou profissionalização de gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)” de Júlia Oliveira. Além disso, não posso deixar de ressaltar a importância de trabalhos como os desenvolvidos pela historiadora Joana Maria Pedro, pois seus estudos abriram portas para outras pesquisadoras desenvolverem investigações sobre a História das Mulheres nas ditaduras do Cone Sul, sendo esta dissertação um deles.

Para finalizar, destaco um trecho de uma música que se relaciona muito com este trabalho: *Antipatriarca* da cantora franco chilena Ana Tijoux, filha de mãe e pai exilados chilenos e agente de notável participação nas mobilizações populares do Chile atual “No sumisa, ni obediente, mujer fuerte insurgente, independiente y valiente, romper las

cadena de lo indiferente. No pasiva, ni oprimida, mujer linda que da vida, emancipada en autonomía, antipatriarcal y alegría. A liberar, a liberar, a liberar, ah ah". Que seamos antipatriarcales!

DESENVOLVIMENTO

Cap. 1 - MENSAJE, EXÍLIOS E AUTORITARISMOS

Neste capítulo, estudaremos um pouco sobre a história de *Mensaje* com a finalidade de conhecermos melhor a nossa fonte. Além disso, abordaremos os contextos chilenos que comportam o governo de Salvador Allende (1970-1973) e a ditadura militar (1973-1990). O governo do socialista não se encontra em nosso recorte temporal, porém julgamos necessário contextualizá-lo, para compreendermos o regime de exceção e a própria atuação de *Mensaje* neste cenário autoritário. Também achamos importante teorizar os destierros chilenos de maneira geral e explicitar as posições da revista sobre estas experiências e seus aspectos culturais, literários, jurídicos e políticos. Dessa forma, quando adentrarmos especificamente nas complexidades e produções que envolvem os feminismos e exílios já teremos pistas para a solução do nosso problema de pesquisa.

Para a concretização deste capítulo, fomos até o arquivo histórico digital do impresso e buscamos pelo termo “exílio”, entre os anos de 1973 a 1990, período que engloba a ditadura militar. Os resultados encontrados foram mapeados e analisados, sendo que atribuímos maior destaque aos textos publicados entre 1982 e 1990. Achamos válido entender como o fenômeno do destierro foi abordado pela revista em contextos anteriores para identificarmos as especificidades de sua retratação entre os anos anteriormente sinalizados. Para a execução desta etapa da pesquisa também tivemos contato com as edições comemorativas dos aniversários de *Mensaje*, publicadas nas décadas de 2000 e 2010, e com o livro *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y reencuentros (1975-1988)*.

1.1. História de *Mensaje*

Como já sinalizado, *Mensaje* é uma revista católica fundada pelo jesuíta Padre Hurtado¹, em 1951, e é um produto de suas ideologias enquanto um sujeito religioso e

¹ Luis Alberto Miguel Hurtado Cruchaga, Padre Hurtado, nasceu em 1901 na cidade de *Viña Del Mar*, Chile. Sua vocação para o sacerdócio se manifestou desde a infância e expressou-se com maior nitidez à medida que foi se dedicando às atividades de cunho religioso. Ingressou no noviciado dos jesuítas em *Chillán*, cidade da região central do Chile, após concluir a graduação em direito na Pontifícia Universidade Católica.

Padre Hurtado também exerceu o seu ofício durante um período na Bélgica e retornou ao Chile em 1936, assumindo a função de lecionar aulas sobre religião no Colégio San Ignacio. Nesse momento, já havia

político. Circula no Chile até os dias atuais e tem como objetivo informar ao seu leitor as realidades nacional e internacional de maneira crítica e cristã. Ao longo dos seus anos de atuação, mostrou como religião e política são áreas articuladas e se propôs a desenvolver um pensamento questionador sobre a História do Chile².

Um outro intuito consiste em disseminar uma mensagem de Cristo para o mundo real e concreto. Por este motivo, foi acusada de desviar do “caminho espiritual”, por indivíduos que acreditavam que política e religião são áreas totalmente distintas. *Mensaje* se coloca como um impresso que buscou unir teoria e prática cotidiana, pois o espírito não seria capaz de solucionar, por si só, os problemas sociais. Concepção que parte da ideia de que é necessário que a comunidade católica questione ideias, proponha projetos coletivos e raciocine sobre temáticas que englobam as realidades do Chile e da América Latina. Esta seria a maneira de levar ao seu público a “Mensagem de Cristo”.

A primeira sede da revista foi o Colégio San Ignacio Alonso Ovalle localizado na Rua Padre Alonso Ovalle em Santiago - a instituição é uma comunidade educativa católica criada em 1856 por jesuítas da Companhia de Jesus. O colégio faz uso de um currículo escolar científico humanista e se encontra em funcionamento até os dias atuais³. De início, a publicação de *Mensaje* ficava a cargo do Centro Bellarmino - CISOC - Centro de Investigações Socioculturais, fundado por Hernán Larraín Acuña, diretor e maior editorialista do impresso, atuando de 1959 a 1974, o ano de sua morte. A partir de 1975 a revista foi impressa pela *Imprenta Salesianos*.

Larraín era padre e membro da Companhia de Jesus, organização da qual Padre Hurtado também fez parte. Composta por jesuítas, a ordem eclesiástica foi construída em 1539 por San Ignacio de Loyola e tinha como um de seus desígnios a prática colonial de catequização de povos indígenas. Posteriormente, adotou a missão de ajudar aos

conquistado o título de doutor em Psicologia e Pedagogia. Vale ressaltar que o religioso tinha o desejo de trabalhar com jovens e não foi por acaso que recebeu a nomeação de Assessor Arquidiocesano da Juventude Católica pouco tempo depois do regresso. Um outro desejo era o de contribuir para a melhora da condição de vida da classe trabalhadora com o auxílio do cristianismo e da justiça social. Por isso, apoiou a sindicalização dos operários e fundou a Associação Sindical Chilena (ASICH). O posicionamento do padre fez com que recebesse duras críticas, sobretudo das classes mais abastadas da sociedade chilena.

Padre Hurtado morreu em 1952, vítima de câncer e continua sendo um nome conhecido da História do Chile e da Igreja Católica. Em 1994, foi beatificado pelo Papa Juan Pablo II e em 2005 canonizado pelo Papa Benedito XVI, se consagrando como um santo católico.

² Este tópico do trabalho foi escrito com base em informações consultadas no site de *Mensaje* (<https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>) e em mapeamentos realizados em edições da revista datadas de 1964 a 2011. A fonte se encontra digitalizada no repositório digital do impresso e da Universidade Padre Hurtado.

³ Informações disponíveis no site do Colégio San Ignacio Alonso Ovalle. Para saber mais sobre a história da instituição consultar <https://www.colegiosanignacio.cl/colegio/nuestro-colegio/historia/>. Acesso em 28 de março de 2022, às 10:31.

indivíduos mais necessitados a partir dos ensinamentos do cristianismo, sendo Padre Hurtado grande protagonista dessa tarefa. Outras características da ordem são a obediência ao papado, a disciplina espiritual e a preocupação com a educação dos grupos sociais⁴.

As histórias e ideologias de Padre Hurtado estão presentes nas páginas impressas de *Mensaje* que materializam muito bem as intersecções entre religião e política e contemplam diversos conflitos internos e externos à hierarquia eclesiástica chilena. Assim como Padre Hurtado, a revista recebeu críticas diante dos seus posicionamentos, principalmente em momentos como o do governo do socialista Salvador Allende (1970-1973) e da ditadura militar, comandada por Augusto Pinochet (1973-1990).

Estudar a atuação de *Mensaje* durante o governo de Salvador Allende não se encontra entre os propósitos desta investigação, porém é necessário destacar que a revista apoiou o Primeiro Encontro dos Cristãos pelo Socialismo (CPS), que ocorreu em Santiago antes do golpe militar. O evento defendeu a luta de classes como compromisso cristão, fato que evidencia que o impresso manteve laços com teorias socialistas. O grupo “Cristãos pelo Socialismo” atuou durante o período de 1971 a 1973 no interior da Igreja Católica do Chile, defendendo o fim da estrutura capitalista que oprimia a classe trabalhadora. Um dos seus intuitos consistiu em propor um “novo modelo de ser Igreja” (AMORÓS, 2005; DIANNA, 2018).

O contexto era favorável à disseminação e incorporação por grupos católicos da Teologia da Libertação, movimento que aproximou cristianismo e marxismo e questionou o funcionamento interno da ordem cristã. O ponto de partida para que cristãos progressistas aderissem à teologia foi a própria realidade latino-americana historicamente marcada pela pobreza resultante do sistema capitalista (LOWY, 2016). Em 1968, ocorreu na Colômbia a Conferência de Medellín que propôs refletir sobre a Igreja Católica a partir de particularidades existentes na América Latina. Este evento foi muito importante para a transformação que acontecia no interior da hierarquia e, posteriormente, para a consolidação da Teologia da Libertação enquanto movimento defendido por cristãos progressistas e latino-americanos (DIANNA, 2018).

Apesar de ter se pronunciado como defensora do “humanismo cristão”, uma alternativa ao comunismo ateu e ao capitalismo explorador, e ter corroborado para a manutenção da dicotomia comunismo-capitalismo, *Mensaje* desenvolveu discussões

⁴ Informações disponíveis no site Memória Chilena <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-677.html>. Acesso em 28 de março de 2022, às 10:58.

sobre a Teologia da Libertação em suas páginas. A pluralidade de ideias se sustenta devido ao seu corpo editorial composto por indivíduos de distintas áreas do conhecimento - nem todos eram jesuítas advindos da Companhia de Jesus.

O Conselho Ampliado da revista era formado por profissionais, dirigentes sociais e políticos que por trinta anos se reuniram uma vez por mês na Casa Bellarmino de Cienfuegos 17 para refletir sobre uma visão crítica da realidade a partir de diversos ângulos. Alguns destes membros foram embaixadores, parlamentares e um deles, presidente da República. As seguintes informações nos permitem interpretar que *Mensaje* era composta por um corpo editorial jesuíta e por um outro grupo de indivíduos de profissões e atuações distintas.

As páginas do impresso estudadas confirmam que os artigos publicados comportam ciências e saberes múltiplos como economia, história, política, literatura e religião, fato que indica a heterogeneidade por trás dos conselhos que se reuniram para construir a revista. Vale lembrar que não é por ter sido majoritariamente formado por jesuítas que o Conselho Diretivo continha ideias homogêneas. Afinal, os próprios membros eclesiais discordavam entre si. Inclusive, divergências entre os componentes da Igreja Católica estiveram presentes em *Mensaje*, visto que, o catolicismo foi marcado por tensões internas e externas durante diversos períodos históricos, entre eles, o nosso recorte temporal que comporta quase uma década de ditadura militar (1982-1990).

Ao longo do tempo histórico aqui abordado (1982-1990), contou com seções sobre cinema, teatro, literatura e sociedade e as utilizou de maneira cristã e política, relacionando-as ao contexto nacional e internacional. Segundo Beigel (2003), os semanários latino-americanos da época buscaram expressar-se e adaptar-se às divergentes realidades sociais da região, salientando a multiplicidade de povos. Outro objetivo se traduz em propor a conscientização política para amplos setores sociais. É inegável que parte considerável dos impressos assumiram tradição socialista, principalmente com a Revolução Cubana em curso e a forte onda autoritarista alastrada pelo continente americano. Publicações sobre exílio, tortura e luta armada estiveram penetradas nesses âmbitos e manifestaram-se em *Mensaje* que, assim como outros impressos, é produto de seu tempo/espço e carrega concepções nele inseridas.

Até o momento da escrita desta dissertação, *Mensaje* contou com 715 edições, sendo que os seus exemplares recentes são vendidos *online* no próprio site do impresso por 3.500 e 4.501 pesos chilenos. As entregas dos produtos são realizadas para o mundo

todo com fretes que variam conforme a localidade do cliente. A revista também anuncia em sua página uma inscrição mensal por \$2.500 e a anual por \$4.000, esta última garante ao leitor o acesso a conteúdo exclusivo sobre o impresso e a inclusão de 10 dos seus exemplares.

Segue a imagem da sua última edição, datada de dezembro de 2022. Ela aborda escritos sobre temas como o *Estallido Social* ou Explosão Social, a integração de imigrantes e a nova Constituição do Chile.



REVISTA MENSAJE EDICION 715

\$4.501

Seleccione Envío
Selecciona una opción de envío

Retiro en Tienda Mensaje: Lord Cochrane 110, Santiago.

Precio Total \$4.501

1 **AGREGAR AL CARRO**

Categorías: Revistas, Sin categorizar

Imagem 1 - Edição 715 da revista *Mensaje*
Fonte: Site *Revista Mensaje*

Outro produto vendido *online* é a coletânea *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje* composta por três volumes que contam a história da revista durante o período de 1951 a 1988. São eles: *Los sabores de la historia (1951-1962)*, *Esperanzas y quiebres en la historia (1963-1974)* e *Silencios y Reencuentros (1975-1988)*. Com o intuito de melhorar a qualidade de nosso trabalho, compramos o terceiro deles no site da revista. Organizado por René Muller Menares, Luis Poblete Belmar e Miguel Ramírez Leiva, ele traz um compilado de textos resumidos e integrais publicados durante o recorte sinalizado e os dispõem em ordem cronológica. Ao início de cada ano, é mostrada uma cronologia com os principais acontecimentos nacionais e internacionais daquele contexto. O que reforça a ideia de que a história de *Mensaje* se conecta com as realidades internas e externas ao Chile.



Imagem 2: Livro *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y Reencuentros (1975-1988)*
Fonte: Revista *Mensaje*

A obra tem um índice temático que mostra vários assuntos presentes nos artigos que a compõem e suas respectivas localizações com a finalidade de facilitar o trabalho de pesquisa de seu leitor. Nós analisamos todos os temas destacados pela ferramenta e observamos que as questões de gênero apareceram apenas em *Mujer y política*, eixo materializado na página de número 549 do material. O texto destacado pelo eixo é *Acerca del lugar de las mujeres en política - ¿Una mujer presidente?* escrito pela exilada Josefina Rossetti e que será abordado no capítulo 3 desta pesquisa. Observamos que a atuação dos movimentos feministas foi pouco explorada no livro e que enquanto instituições como o “movimento estudantil” e o “movimento contra a tortura Sebastião Azevedo” tiveram mais espaço e seu caráter de movimento e organização evidenciados, a palavra “feminismo” não foi sequer citada. A nossa crítica não quer dizer que estas formas de mobilizações sociais não foram importantes para a história do Chile e da revista e sim que houve uma escolha por trás da confecção e seleção de artigos existentes na obra e ela envolveu a minimização da participação feminista nas produções de *Mensaje*.

Já os artigos presentes nos números mais antigos da revista estão disponíveis em formato digital em seu arquivo histórico. É digno de nota que as capas dessas edições não estão digitalizadas em seu site, os textos que as compõem estão postados separadamente e não como uma edição completa. Na internet, encontramos apenas uma capa publicada em nosso período histórico estudado, ela foi vendida por 210 pesos e comportou a edição 350, publicada em julho de 1986. Está disponível no site *Memoria Chilena* e é fruto de um exemplar chamado *Mujeres en movimiento*, que será estudado no próximo capítulo. As demais capas com as quais tivemos contato foram as presentes no livro *Silencios y Reencuentros (1975-1988)*.



Imagem 3: Capa *Mujeres en Movimiento* da revista *Mensaje*
Fonte: Memoria Chilena

Renato Hevia foi o diretor de *Mensaje*, durante grande parte da ditadura militar de Pinochet, atuando de março de 1978 a agosto de 1989. No decorrer do exercício da função, enfrentou as consequências da repressão realizada para com os meios de comunicação católicos, sendo preso em 1986, devido a uma ação judicial articulada pelo Ministro do Interior. O seu sucessor foi José Arteaga que assumiu a direção do impresso

de 1989 a 1992. Ao longo destes anos, a revista sofreu transformações estéticas e políticas que acompanharam a conjuntura nacional e internacional e as demandas de seu corpo editorial e apoiadores.

Em nosso recorte histórico estudado, Washington Apablaza, Jorge Rojas e Gonzalo Torres foram os seus diagramadores, sendo que o segundo deixou o posto em 1982. O formato das edições de *Mensaje* de 1982 foi semelhante ao de 1981; elas tiveram em média 72 páginas e foram vendidas por 120 pesos. Em 1983, momento de intensas mobilizações populares no Chile, as suas edições continham cerca de 68 laudas. O papel amarelo que compunha as suas quatro páginas iniciais e finais foi substituído em maio por um de cor verde e tinta azul. O papel de cetim adotado deixou os seus volumes mais finos em comparação aos anos anteriores. Os tipos de letras das manchetes também foram alterados, as fotografias se tornaram mais presentes e atualizadas e as seções foram mantidas e apresentadas em três colunas, exceto os editoriais. Nos primeiros meses de 1983, os seus exemplares ainda eram vendidos por \$120. No entanto, em agosto, eles sofreram aumento, custando \$140.

Em 1984, as folhas de cor verde e tinta azul permaneceram até a edição 330, publicada em julho. Os seus exemplares tiveram uma média de 62 páginas, muitos anunciantes e fotografias e custaram o mesmo preço de 1983. No ano seguinte, *Mensaje* continuou reduzindo o seu número de páginas, chegando a cerca de 56 por volume. Os nomes de seus diagramadores, Washington Apablaza e Gonzalo Torres, só estiveram visíveis até as cópias de março-abril. Deste momento em diante, foi mencionado o nome do autor da capa das edições, na maioria das vezes, Gonzalo Torres e os autores das suas fotografias. O tipo de letra voltou a ser o mesmo do usado em 1982 e as imagens foram consideravelmente retiradas de seus exemplares que foram vendidos por \$160, \$180 em março-abril e \$190 de outubro até o final do ano.

No ano de 1986, o impresso manteve a média de 56 laudas por exemplar e a menção à autoria do responsável pelas capas. Porém, somente em julho foi citada a autora da fotografia de uma dessas capas, no caso, Helen Hughes. O papel utilizado para impressão melhorou de qualidade, assim a partir do mês de setembro as suas edições foram caracterizadas por aumento de espessura por causa do papel poroso e de maior gramagem. A apresentação do exemplar sofreu diminuição, afetando os textos e as poucas fotos contidas, sendo que algumas delas eram repetidas. Neste período, *Mensaje* teve várias páginas com anunciantes e publicidades. As alterações dos valores do impresso foram proporcionais a melhora da qualidade de seu material, \$190 custou a edição de

janeiro-fevereiro, \$210 às de março-abril até o mês de setembro e \$230 de outubro até dezembro.

Em 1987, uma seção muito importante para a nossa investigação foi inaugurada, a *Hechos y Comentarios*. Ademais, *Mensaje* passou por notáveis modificações: os artigos se tornaram mais breves, as fotografias foram atualizadas e a tipografia adquiriu novos contornos. Os leitores da revista conheceram os rostos dos autores dos textos, pois uma foto deles acompanhava os títulos dos artigos. Os nomes de Gonzalo Torres e Washington Apablaza retornaram como os responsáveis pelo desenho e diagramação do material. As edições permaneceram com cerca de 56 páginas, foram vendidas por \$250, tendo o preço alterado para \$270 no fim do ano.

Já no ano de 1988, o impresso publicou 532 laudas ao todo. O tipo de letra usada foi maior que em momentos anteriores e o formato de três colunas e a presença de fotografias possibilitaram que os textos fossem lidos de forma mais rápida. Na parte superior de cada página foi sinalizada a seção da qual os artigos faziam parte. Os primeiros exemplares custaram \$270, mas foram para \$300 na edição de março-abril, chegando a \$320 em outubro. Nos dois anos seguintes, o formato de três colunas, o nome da seção destacado na parte superior das páginas, as imagens dos autores da revista e as fotografias se mantiveram. Porém, em 1990 o tamanho das letras dos títulos dos artigos foi aumentado.

É digno de nota que as nossas investigações concluíram que os exemplares de *Mensaje* publicados durante o período estudado tiveram uma sequência de paginação que zerava a cada ano. Ou seja, se a edição de janeiro-fevereiro de um ano específico tinha 54 páginas, por exemplo, a de março-abril iniciava a sua contagem de laudas no número 55. Dessa forma, a contagem retomava a partir da página 1 no ano seguinte. As tabelas confeccionadas no decorrer desta dissertação nos ajudarão a visualizar melhor esta forma de organização.

1.2. Governo da Unidade Popular (1970-1973)

Para entendermos melhor o nosso objeto de estudo, é necessária uma contextualização sobre o governo da Unidade Popular, agrupação de partidos de esquerda que apoiaram a eleição de Salvador Allende. Em 24 de outubro de 1970, o médico foi eleito no Chile com 36% dos votos, consagrando-se o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina. Neste momento, o Chile alcançou destaque

no cenário político internacional, consistindo em um novo motivo de esperança para as esquerdas latino-americanas (SADER, 1992).

Ao estudarmos a experiência socialista chilena é imprescindível levarmos em consideração que em plena conjuntura de estabilização da ditadura militar brasileira e fortificação de outros governos militares em países como Argentina e Bolívia, se formava um governo liderado por um partido socialista na América Latina. O fortalecimento dos movimentos de esquerda, somados à consolidação da classe operária contribuíram para o destaque ocupado pela democracia chilena frente aos demais países latino-americanos (SADER, 1992).

Socialismo na América Latina? Em pleno ano de 1970? Quando a ditadura militar brasileira se consolidava e emergia como modelo político e de crescimento econômico para seus vizinhos? Quando a Argentina seguia mergulhada num regime militar há quatro anos, depois de um longo ciclo de instabilidade política, desde a proscricção do peronismo em 1955? Quando a Bolívia, entre idas e vindas, via se imporem sempre novos governos militares? Quando os EUA eram governados por Richard Nixon e por Henry Kissinger? E quando Cuba estava isolada e as guerrilhas em refluxo na América Latina? (SADER, 1992, p. 35).

O projeto político construído por Salvador Allende em conjunto com a Unidade Popular, a “via chilena para o socialismo”, procurou defender a transição gradual para o socialismo sem o auxílio da luta armada, ao contrário da Revolução Cubana, tão comentada na época. No campo das esquerdas chilenas, o programa foi duramente criticado pelo MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) que não acreditava na ideia de instalação do socialismo dentro da institucionalidade burguesa. Enquanto a oposição de direita, liderada pelo Partido Nacional (PN), também criticou muitas das suas medidas, sendo algumas delas a reforma agrária, a nacionalização da grande mineração, o congelamento dos preços, o aumento dos salários e o controle do comércio (SADER, 1992).

Segundo Elisa Borges (2013), o programa “apostava na conquista do poder executivo e legislativo, na participação popular e no desenvolvimento da economia por meio da nacionalização das áreas econômicas estratégicas, para iniciar o processo de transição para o novo sistema”⁵. Como esperado, o fomento da nacionalização de

⁵ BORGES, Elisa. *O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho*. Projeto História, São Paulo, n. 47, 2013, p. 86.

produtos juntamente com a estatização da economia, a ampla atuação de trabalhadores e sindicatos na política chilena e o fortalecimento do Estado Popular potencializaram uma gama de discussões acaloradas entre a comunidade nacional e internacional.

O protagonismo social e histórico alcançado pela classe trabalhadora incomodou os grupos que concebiam a “via chilena para o socialismo” uma ameaça ao sistema capitalista e imperialista. Dessa forma, o golpe contra Salvador Allende foi orquestrado desde 1971 em acordos entre os Estados Unidos da América e setores católicos, empresariais e partidários da direita chilena. Crises políticas, econômicas e sociais enfraqueceram a base de apoio do médico socialista e corroboraram para o clima de desordem e instabilidade que favoreceu os seus opositores (BERNEDO, 2003).

Do início do governo da Unidade Popular até o ano de 1972, grande parte dos trabalhadores chilenos conquistaram o aumento dos salários e melhorias das condições de trabalho. Além disso, as empresas nacionalizadas apresentaram elevação em relação ao nível de produtividade, o que possibilitou que Salvador Allende fosse visto com bons olhos pela população de classes menos favorecidas.

A classe trabalhadora era representada pela UP como a “vanguarda” da revolução de novo tipo. Como enfatizava Allende, os trabalhadores eram essencialmente os sujeitos da revolução. O fundamental era organizá-los e, principalmente, sindicalizá-los, para que pudessem auxiliar as políticas do Estado (BORGES, 2013, p. 87).

No entanto, as crises forjadas pela oposição contribuíram para a deterioração do ambiente propício ao projeto socialista e de implementação de medidas favoráveis aos trabalhadores. Neste período, grupos de trabalhadores ocuparam indústrias ocasionando tensões internas entre o governo e entidades sindicais. Outro fator que corroborou para a perda de prestígio da Unidade Popular foram os empresários que reivindicaram o modelo de produção tradicional, privatizado.

Os meios de comunicação também ajudaram a fomentar um ambiente de conspiração contra o mandato do presidente. A visita oficial de Fidel Castro ao Chile, em novembro de 1971, acirrou ainda mais os ânimos de grupos políticos, imprensa e população (AGGIO, 2003). A retórica revolucionária do líder cubano foi disseminada entre a sociedade chilena, sobretudo entre os grupos, movimentos e partidos de esquerda. Enquanto isso, jornais de direita afirmaram que o Chile “viraria” Cuba através da luta armada, caso Salvador Allende não fosse deposto (BERNEDO, 2013).

1.3. Estado Ditatorial (1973-1990)

Em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende foi até o *Palácio de La Moneda* com o objetivo de resistir ao golpe. Antes de sua materialização, proferiu para a rádio *Magallanes* o seu último discurso, cuja frase “La historia es nuestra y la hacen los pueblos” é difundida até os dias atuais. Após o bombardeio do palácio, o chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet, assumiu o cargo de presidente do Chile, ocasionando uma ditadura militar que durou até 1990. O golpe militar foi liderado pelo vice-almirante das Forças Armadas, José Toribio Merino e pelo comandante das Forças Aéreas, Gustavo Leigh. Em nome de Deus, da pátria e da família tradicional e do combate a uma possível revolução comunista, o Estado ditatorial estabelecido fez mais de 40.000 vítimas que ainda hoje carecem de justiça histórica.

Para alguns estudiosos, apesar dos posicionamentos do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) e da radicalização dos discursos da esquerda chilena, o Chile de Salvador Allende não apresentava uma real ameaça de subversão porque grande parte dos campos de esquerda do país defendiam uma transição ao socialismo pacífica e dentro da institucionalidade. A teoria de insurgência comunista e a centralidade da Doutrina de Segurança Nacional, ganharam mais adesão pelo país devido a expressão alcançada pela Revolução Cubana e as tensões entre a esquerda chilena e a Democracia Cristã (VALDIVIA, 2010).

A Doutrina de Segurança Nacional, expressa no autoritarismo chileno e no pensamento militar latino-americano da época teve como missão alcançar a soberania externa e promover o combate ao inimigo interno, impondo aos seus opositores práticas de exílio, tortura e outras formas de violações aos direitos humanos. Estas violências foram promovidas e legalizadas por órgãos estatais como as Forças Armadas e a Polícia de Investigações. Mesmo assim, outros organismos foram criados pelos militares com a finalidade exclusiva de executar as punições contra os supostos infratores, entre eles temos a DINA (Direção de Inteligência Nacional), que vigorou de 1974 a 1977, o Comando Conjunto (1975-1977) e a CNI (Central Nacional de Informações) que sucedeu a DINA e atuou de 1977 a 1990. A DINA foi eficaz na perseguição de lideranças de partidos políticos de esquerda que se encontravam na clandestinidade, após o fim da

instituição, a repressão adquiriu contornos mais institucionalizados, se empenhando em combater os movimentos políticos e sociais que reivindicavam por democracia⁶.

Entre 1974 a 1977, la DINA, al mando del coronel Manuel Contreras, actuó en forma selectiva y sistemática atacando a los dirigentes de los partidos políticos de izquierda que se encontraban en la clandestinidad, lo que elevó la cifra de detenidos desaparecidos a 1.102 en 1977. Desde 1978 en adelante, la represión tomaría cauces más institucionalizados, manteniéndose la violación sistemática de los derechos humanos hasta el fin del régimen militar, como una forma de reprimir los movimientos políticos y sociales que protestaban por el retorno a la democracia (Memoria Chilena).

No que tange a periodização, geralmente a ditadura militar chilena é dividida em quatro períodos: a transformação da economia em decorrência do neoliberalismo (1973-1978), o milagre econômico (1978-1982), a crise (1982-1984) e a recuperação e o fortalecimento neoliberal (1985-1989). De acordo com Verónica Valdivia (2018), certa parcela dos estudos sobre a ditadura chilena desenvolvidos no campo das ciências sociais enfatizam o seu caráter ditatorial, de seguridade nacional e a influência estadunidense mediante a sua consolidação e sustentação; dando mais atenção aos seus conflitos externos que internos. Já outra, se atentou mais a sua articulação com o capital, o neoliberalismo e a destruição do Estado social. Enquanto um terceiro grupo, se debruçou sobre o caráter antidemocrático do aparato militar, altamente contrário à soberania popular.

Para a intelectual, os profissionais da história basearam-se nestas pesquisas para estudar a História do Tempo Presente no Chile. Os seus objetivos consistiram em investigar o período pós-ditadura como uma continuidade do momento ditatorial, não delimitando a linha tênue entre ditadura e democracia estabelecida por agentes políticos e a sociologia de transição (VALDIVIA, 2010). A autora realizou uma crítica à visão sobre a ditadura associada ao grande empresariado como instrumento de refundação do capitalismo e integração do neoliberalismo chileno ao cenário transnacional, pois ela não comporta a participação de atores sociais distintos nesta experiência. Esta ideia fomenta o imaginário de que Augusto Pinochet e setores de classes sociais privilegiadas não receberam apoio popular para sustentar o seu governo, o que descaracteriza complexidades e atuações de agentes políticos múltiplos neste processo.

⁶ Violación a los derechos humanos. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-92415.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

O plebiscito de 1988 que optou pelo fim do regime de exceção e é de muita importância para os debates desenvolvidos por feministas e/ou exiladas em *Mensaje*, por exemplo, evidenciou que o líder autoritário contou com uma maior expressão de votos entre grupos populares do que o esperado. Além disso, os partidos da ditadura, a União Democrata Independente (UDI) e a Renovação Nacional (RN) conquistaram prestígio dentro de setores menos abastados após 1990. O que ainda é pouco investigado pela historiografia (VALDIVIA, 2010).

A construção do ideal de protagonismo popular entrelaçado ao proletariado foi amplamente disseminada durante o governo de Salvador Allende. Como vimos, até mesmo os seus discursos colocavam os trabalhadores como agentes da transformação social, valorizando a cultura popular. Logo, o Estado ditatorial buscou a ressocialização dos grupos populares, implementando uma teoria de subversão que atribuiu às esquerdas a imoralidade, o anti-patriotismo e o caráter de inimigas da população "de bem". Os inimigos a serem combatidos eram os professores, os sindicatos, os grêmios estudantis, a Igreja, os partidos de esquerda e os movimentos feministas.

El enemigo debía ser vencido, siendo imposible cualquier tipo de transacción o negociación. Era una guerra política, económica y psicosocial y solo en último término militar. De allí que no hubiera distinción entre la paz y la guerra, pues esta última era permanente y alcanzaba todos los ámbitos. La conquista de la mente de la población era el objetivo central (VALDIVIA, 2010, p.168).

Para a concretização desta missão, foi realizada uma guerra moral somada à colonização psicológica e epistemológica que se deu através de programas e ações desenvolvidas em bairros populares. Uma delas foi a reformulação da *Secretaria Nacional de la Mujer* e os *Centros de Madres* - órgãos que partir da década de 1960 conquistaram um espaço destacável na esfera política chilena. Estas instituições adquiriram maior institucionalização com a criação da Central Relacionadora de Mães (CEMA) em 1964 e passaram a ser oficialmente estruturadas e financiadas pelo Estado. Os “Centros de Mães” contavam com uma polarização ideológica, visto que, as mulheres chilenas apresentavam segmentos políticos distintos.

No governo de Salvador Allende, o papel das mulheres também foi discutido e debatido publicamente. Foi criada a já mencionada *Secretaria Nacional de la Mujer* que substituiu a Oficina Nacional da Mulher, fundada durante o mandato de Eduardo Frei (LARGO, 2017). A oposição ao governo do socialista recorreu aos estereótipos

socialmente e historicamente atribuídos aos gêneros com o objetivo de enfraquecer a sua base de apoio e consolidar o golpe militar de 11 de setembro de 1973 (POWER, 2008).

Uma das ferramentas utilizadas pelos conservadores para desmobilizar o governo da Unidade Popular foi a “Marcha da Mulher Chilena” que contou com a adesão de mulheres de setores populares e foi divulgada em salões de beleza e *Centros de Madres* existentes em bairros periféricos. O gênero feminino foi concebido como apolítico e o ato organizado pelas mulheres de direita como uma extensão dos afazeres domésticos. Afinal, de acordo com essa perspectiva, cabia às mães protegerem os seus filhos da fome e outros malefícios ocasionados pelos comunistas.

Durante o governo de Salvador Allende, foram 10000 os centros localizados no Chile. O CEMA foi transformado na Coordenadora dos Centros de Mães (COCEMA), dirigido pela primeira dama, Hortensia Bussi. Nesse cenário, esses espaços receberam a atenção de apoiadores e opositores do projeto político da Unidade Popular. Já perante a ditadura militar de Pinochet, os centros continuaram existindo, mas a partir de modificações que os transformaram em instituições privadas presididas por Lucía Hiriart. Os cônjuges dos oficiais eram as colaboradoras dessas instituições, chamadas de “voluntárias”, elas adotaram uma prática paternalista e assistencialista para com os indivíduos de classes menos abastadas (Memoria Chilena)⁷. As voluntárias pertenciam a classe média e alta, defendiam as políticas neoliberais adotadas pelo governo e eram responsáveis pela sua promoção (POWER, 2008).

As ações das mulheres de direita contra o governo de Salvador Allende descritas anteriormente foram saudadas pelos militares para justificar e sustentar o golpe de Estado. O próprio Pinochet disse que as mulheres chilenas foram obrigadas a abandonar os seus lares para reivindicar a intervenção das forças armadas no combate ao comunismo. Como já era de se esperar, a ditadura militar fomentou um ideal de mulher mãe e dona de casa que deveria transmitir às futuras gerações o legado do autoritarismo. Aqui vemos como ocorreram disputas pelo apoio das mulheres chilenas durante distintos períodos históricos e como elas moldaram um cenário favorável a consolidação do golpe militar e a reprodução de estereótipos de gênero durante o governo de Augusto Pinochet.

⁷ Assim como a “Campanha do Terror”, os “Centros de Mães” ligados à ditadura chegaram até as “poblaciones”, os bairros periféricos do Chile, e difundiram os seus ideais de extrema direita. O CEMA desenvolveu cursos para mulheres pobres sobre higiene, alimentação nutritiva e econômica, educação dos filhos e patriotismo. Casos de corrupção em sua administração e fundação foram conhecidos, o que contribuiu para que as organizações perdessem apoio popular.

É válido destacar que nesta pesquisa, buscaremos romper com dicotomias como público-privado, feminismo-política e, em alguma medida, comunismo-capitalismo, atribuindo complexidades à ditadura militar chilena e explorando um campo de estudo ainda pouco investigado segundo os apontamentos da própria Verónica Valdivia (2010), o de gênero. Em nosso trabalho, um dos aspectos analisados será como a consolidação do Estado neoliberal no Chile recebeu duras críticas dos movimentos feministas do país em momentos específicos, mas também o seu apoio. Dessa forma, evidenciaremos como sujeitas sociais e históricas, por força das circunstâncias, adotaram a política de conciliação em nome de um possível retorno à democracia. De alguma maneira, esta narrativa explorada, dialoga com a ideia da autora de que atores que não compunham o grande empresariado contribuíram mesmo que de forma indireta para a recuperação e fortalecimento do sistema neoliberal nos últimos anos de ditadura.

Tomás Moulian (1997) chamou este processo de fortificação do neoliberalismo chileno de “Revolução Capitalista”. Ela se deu pela fusão e fissão dos poderes jurídicos e monopólio do Estado perante as decisões a serem tomadas, atribuindo a estrutura militar o poder sobre corpos e mentes. Sendo que, a disseminação do terror também fomentou uma espécie de controle do saber a ser acessado pelo povo chileno. O que contribuiu para que fosse outorgado ao processo revolucionário, uma dupla capacidade de destruição e criação de entidades, leis, decretos, projetos e afins. Assim, o Estado chileno foi transformado em uma estrutura neoliberal tão consolidada que se mantém na atualidade. A forma como este projeto político atuou na desmobilização das massas, sobretudo dos movimentos feministas, será discutida nos próximos capítulos.

1.4. *Mensaje* e a censura durante a ditadura militar

Por meio de decretos, leis e outras práticas de repressão, o governo autoritário buscou censurar os meios de comunicação chilenos, entre eles, *Mensaje*. Apesar dos ataques sofridos e das perdas de patrocínios, a revista não foi fechada durante a ditadura militar e se manteve financeiramente. O que diz muito sobre os indivíduos envolvidos em sua criação e circulação: personagens de grande influência dentro da Igreja Católica, talvez a única instituição com o poder suficiente para confrontar a estrutura militar que sustentou o governo de Augusto Pinochet. A sua edição de outubro de 1973 sofreu atrasos devido ao golpe de 11 de setembro daquele ano e as de novembro e dezembro foram unidas em um só volume, fazendo com que a revista fosse publicada mensal e

bimestralmente. Nos primeiros meses após o golpe militar, determinados números foram distribuídos com páginas em branco devido à censura.

Em outubro de 1974, a direção de *Mensaje* foi assumida pelo padre Fernando Montes que futuramente seria nomeado como provincial. Já em agosto do ano seguinte, o cargo de diretor foi entregue a Sergio Zañartu, reitor da Faculdade de Teologia. Zañartu viu a conjuntura ditatorial impactar diretamente o trabalho dos funcionários da revista e o conteúdo nela materializado. A censura fez com que parágrafos, páginas e até mesmo artigos publicados aparecessem em branco. Ao mesmo tempo que a repressão se intensificava, o impresso alcançava o seu maior número de triagem com muitas assinaturas no exterior.

Treinta años en Mensaje: un tiempo de gracia de 2016, publicado em uma edição comemorativa de 65 anos da revista e de autoria de Ernesto Espíndola Arenas é um importante mecanismo para o nosso entendimento sobre as censuras sofridas pelo impresso. Ernesto foi convidado por um amigo jesuíta para trabalhar em *Mensaje* nas funções de editor e administrador, atuando no impresso de 1976 a 2006. Ele conhecia alguns integrantes da Companhia de Jesus, mas não compreendia o seu funcionamento. Mesmo assim, aceitou a tarefa de compor o meio de comunicação neste processo que também englobou a readaptação do corpo editorial da revista após a morte do diretor padre Hernán Larraín. Neste cenário, Sergio Zañartu e Arturo Gaete eram seus diretor e vice-diretor respectivamente.

Na edição de janeiro de 1976, foi publicada uma carta da Conferência Episcopal do Chile onde os bispos declararam seu apoio à *Mensaje* perante a tentativa do governo de Pinochet de fechá-la. É nítido que os anos conturbados da história chilena também afetaram os trabalhadores da revista. Afinal, a sua direção tomou a decisão de denunciar as violações aos direitos humanos cometidas pelos militares e as instituições judiciais a eles submetidas.

Ya la dirección de la revista había tomado la opción de denunciar sistemática y fundadamente las violaciones a los derechos humanos, así como a las instituciones judiciales, contraloras y otras obsecuentes con el régimen militar. Esta opción la mantuvieron los directores Zañartu, Renato Hevia, José Arteaga, Fernando Montes y Antonio Delfau, y subdirectores como Arturo Gaete o Gonzalo Arroyo, con todos los cuales me tocó trabajar durante esas tres décadas (*Mensaje 65 años*, 2016, p. 40).

Diversos autores usaram pseudônimos para escrever os seus artigos devido ao temor imposto pelo regime de exceção. Jaime Ruiz Tagle P., um dos funcionários da revista, disse que publicou alguns de seus textos usando o codinome Diego Rodríguez. Em um deles denunciou esquemas econômicos fraudulentos de Pinochet. Em outro, utilizou cifras coletadas pela *Vicaría de la Solidaridad* para falar sobre os detidos e desaparecidos do acampamento Silva Henríquez. No livro, *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y Reencuentros (1975-1988)* Jaime Ruiz deu detalhes sobre a política do medo inserida entre o corpo editorial de *Mensaje* e seus apoiadores:

Un día recibí una llamada telefónica de un dirigente sindical campesino; me contó que lo habían detenido y que pasó toda una noche con el cuerpo en el agua, sólo porque su foto había aparecido en un artículo que escribí para Mensaje (y que había pasado la censura oficial). Alguna vez el Consejo Ampliado de la revista, en el que participaba, se reunió en un lugar secreto, porque temíamos ser allanados y detenidos. El Padre Arturo Gaete, miembro del Consejo, fue a parar a un calabozo porque su número telefónico apareció en la agenda de un dirigente político (TAGLE, 2015, p.27).

Entre 1973 e 1988, apareceram na revista nomes que posteriormente estiveram ausentes em textos, questão que deixa ainda mais complexa a nossa investigação sobre a atuação de exiladas chilenas em *Mensaje*. É impossível mapear todas as desterradas que contribuíram para a revista perante este ambiente de censuras, incertezas, deslocamentos e formações de redes de intelectualidade e sociabilidade que, muitas vezes, são difíceis de serem estudadas devido à escassez de fontes.

Ressaltamos que as edições da revista eram levadas até a *Imprenta Salesianos*, responsável por imprimir e garantir que os exemplares a serem publicados não fossem acessados por terceiros. A finalidade de restringir o manuseamento do material consistia em evitar possíveis censuras, visto que a empresa recebeu visitas de funcionários do governo de Pinochet.

Em julho de 1978, *Mensaje* trouxe um editorial sobre detidos e desaparecidos que englobou a edição de maior destaque coordenada por Renato Hevia. Foi a primeira vez que a temática se fez presente em um veículo de comunicação impresso. O conteúdo também trouxe um comentário sobre a DINA (Diretoria de Inteligência Nacional), extinta em 1977 e substituída pelo CNI (Central Nacional de Informações). Parte dos exemplares foram enviados pelos Correios aos assinantes da revista que, por sinal, aumentavam consideravelmente. Alguns foram distribuídos para serem vendidos em quiosques e livrarias.

Porém, pouco tempo depois, os leitores afirmaram que não receberam os seus respectivos exemplares. Ao apurar o ocorrido, os funcionários de *Mensaje* descobriram que os Correios requereram três mil deles e realizaram uma denúncia que resultou no envio de um supervisor para averiguar a situação. De início, o sujeito disse que a investigação havia caminhado e que tinha novidades sobre o fato. Posteriormente, não fez mais contato e os funcionários de *Mensaje* receberam a informação de que ele não trabalhava mais para os Correios do Chile. Vale destacar que o diretor da empresa era um militar. A partir do acontecimento a revista contratou serviços particulares para a entrega de seus exemplares. É digno de nota que os autores de um informe de direitos humanos publicado em *Mensaje* foram denunciados aos tribunais pela estrutura ditatorial. Além disso, o diretor Renato Hevia foi preso por ser responsável por editoriais que (...)

(...) según el Ministro del Interior de la época, “desde 1983 llaman a rebelarse contra el Gobierno, incitar a las Fuerzas Armadas a alzarse contra sus mandos regulares, propagar doctrinas ilícitas” y otras acusaciones, Finalmente, la justicia sobreseyó a nuestro director el 27 de diciembre de 1985 (*Mensaje* 65 años, 2016, p. 40).

Neste cenário, o *Mensaje* contava com mais de cinco mil assinantes no Chile e no exterior e entre dez e quinze mil exemplares distribuídos para a venda em quiosques e livrarias. De acordo com Ernesto, o seu público ansiava por saber a “verdade” sobre a conjuntura política chilena. Sujeitos favoráveis ao governo de Pinochet também assinaram a revista, entre eles, policiais e membros da Força Aérea. Devido ao número de assinaturas, foi necessário modificar o sistema de registro e impressão de envelopes com os nomes para a distribuição das edições. No fim da década de 1970, por exemplo, foram utilizadas placas metálicas para gravar os dados de cada assinante. Posteriormente, gravaram as informações em uma máquina que funcionava com cartões magnéticos.

Na seção *Comentário Nacional* de janeiro-fevereiro de 1986 foi publicado pela fonte do nosso trabalho um artigo intitulado *Represión contra Mensaje: crisis del poder judicial*. O seu autor, Jaime Ruiz-Tagle, denunciou a prisão de Renato Hevia, e de outros sacerdotes perseguidos pela ditadura militar. Acrescentou que dois deles foram assassinados e alguns punidos com o exílio. O economista associou a repressão ao “estado de sítio” de 1984 e a ação judicial contra Renato Hevia, realizada pelo Ministério do Interior no dia 13 de maio de 1985. O diretor foi acusado de infringir a Lei de Seguridade do Estado por promover injúria ao chefe do governo nos editoriais das três primeiras edições de 1985.

La primera explicación está relacionada con el estado de sitio, que se reimplantó a fines de 1984 y se extendió durante todo el primer semestre de 1985. Una de las principales medidas tomadas durante ese período fue la prohibición de circular para la gran mayoría de las revistas independientes, y la censura previa para una de ellas, **Mensaje**, así como otras revistas de la Iglesia Católica, no fue sometida a esas sanciones. Sin embargo, empezó a ser hostilizada por la vía de una querrela judicial contra el Director, presentada por el Ministerio del Interior el 13 de mayo, en plena vigencia del estado de sitio (Mensaje, n. 346, 1986, p. 12).

Jaime Ruiz-Tagle disse que após a suspensão do “estado de sítio”, as restrições para as revistas católicas foram retiradas, exceto para a *Mensaje* que continuou sendo perseguida pelo judiciário enquanto impressos que disseminavam um conteúdo mais questionador em relação ao governo não eram perseguidos. Isto porque o Ministro do Interior sabia que retirar a acusação significava assumir que a denúncia não era fundamentada, gerando para si perda de prestígio frente ao Poder Judicial e a opinião pública. O autor do artigo também indagou o fato do governo autoritário ter reduzido a liberdade de expressão com a finalidade de evitar a mobilização social dos que se sentiam oprimidos pela ditadura militar.

A partir da segunda metade do ano de 1982, houve um momento de recessão mundial que prejudicou diretamente a economia chilena. Dessa forma, não apenas os grupos pertencentes às classes sociais mais baixas foram afetados pelas políticas neoliberais do governo, mas a população do Chile como um todo. Nos anos de 1983 e 1984, as ruas foram cenários de inúmeras mobilizações populares que reivindicavam o fim da ditadura militar (CRUZ, 2015). Não foi por coincidência que em 1983 as feministas chilenas se organizaram sob o slogan “Democracia no país e em casa” e questionaram as opressões de gênero presentes nos âmbitos público e privado da sociedade. O ambiente era de resistência e efervescência política e cultural no país e na América Latina, questão que será melhor discutida no capítulo 2 deste trabalho.

Diante da necessidade de conter essas manifestações populares, o governo ditatorial decretou o “estado de sítio” mencionado pelo funcionário de *Mensaje* e intensificou a repressão, inclusive contra membros da Igreja Católica. Entre 1983 a 1986, componentes na hierarquia eclesiástica foram duramente reprimidos; um dos *Vicarios de la Solidaridad* foi exilado e membros de comunidades cristãs ligados aos setores populares sofreram prisões e torturas. (CRUZ, 2015, p. 378). As críticas aos católicos

realizadas pelos militares se tornaram mais diretas, diferentemente do clima de cooperação entre ditadura e Igreja característico dos anos iniciais do golpe.

1.5. Relações entre *Mensaje* e a *Vicaría de la Solidaridad*

Para o desenvolvimento deste tópico, fomos até o índice temático do livro *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y reencuentros (1975-1988)*, procuramos por *Vicaría de la Solidaridad* e localizamos as páginas em que o veículo de comunicação é abordado na obra. O material coletado nos ajudou a tecer algumas das relações entre estes dois impressos que serão aqui abordados.

Vicaría de la Solidaridad foi uma entidade criada pelo Cardenal Raúl Silva Henríquez em 1976 com a intenção de denunciar a violação aos direitos humanos cometida pelos militares no Chile. Consistiu em medida oficial da Igreja Católica de Santiago e esteve em atividade até 1992. Neste período, prestou assistência espiritual, jurídica, econômica e técnica às vítimas da ditadura de Augusto Pinochet (Memoria Chilena). Entre 1976 e 1988 publicou *Solidaridad*, um semanário que, seguindo os ideais da instituição, denunciou os crimes contra os direitos humanos ocorridos no Chile e em outros países.⁸ *Solidaridad* questionou o neoliberalismo e o autoritarismo disseminado por Augusto Pinochet, defendeu a justiça social e apoiou projetos sociais (SOARES, 2021).

Da mesma forma que *Mensaje* contou com a seção *Cartas* onde textos escritos pelos seus leitores foram publicados. Inclusive, a equipe gráfica da *Vicaría de la Solidaridad* também compunha a nossa fonte de pesquisa⁹. É provável que o *Mensaje* tenha recebido apoio financeiro e político da *Vicaría*, o principal órgão da Igreja Católica chilena de crítica aos crimes realizados pelo Estado daquela época. Afinal, os dois impressos se articularam em conjunto perante algumas das situações de censura vivenciadas durante a ditadura militar. O que explicaria em parte o fato de *Mensaje* não ter sido fechada pela repressão mesmo diante das ameaças e perdas de patrocínios.

Ernesto Espíndola Arenas, ex-editor da nossa fonte, disse em 2016 que não se esqueceu dos rostos angustiados que encontrou nos corredores da *Vicaría* em tempos de

⁸ Vicaría de la Solidaridad. Disponível em <http://www.vicariadelasolidaridad.cl/node/7>. Acesso em 3 de fevereiro de 2022.

La Vicaría de la Solidaridad. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-98138.html>. Acesso em 3 de fevereiro de 2022.

⁹ Informações consultadas nas edições comemorativas de aniversário de *Mensaje*.

Estado ditatorial, pois os funcionários da revista estavam dedicados a denunciar a prisão de familiares ou esperar por notícias deles. Devido ao empenho em coletar dados e informações sobre torturas, mortes e desaparecidos políticos, os componentes da revista também foram presos, exilados e assassinados. No artigo *Dr. Olivares: un año preso* escrito por Renato Hevia em 1987, *Mensaje* denunciou os cárceres de dois deles, o médico Ramiro Olivares e o advogado Villalobos, acusados de delito contra a Lei de Controle de Armas e Explosivos.

Personagens centrais da história da *Vicaría* receberam menções e homenagens em *Mensaje*. O sacerdote Cristián Precht, vicário da revista em seus primeiros anos de funcionamento, por exemplo, foi citado em *Simposium de los Derechos Humanos* e *Premio de las Naciones Unidas a la Iglesia Chilena* publicados por *Mensaje* no ano de 1979. O próprio Raúl Silva foi homenageado em diversos momentos. Sendo um deles, o texto de autoria de Renato Hevia sobre a celebração dos 80 anos do bispo. O autor enfatizou que a *Vicaría de la Solidaridad* foi a sua melhor criação, muitos elogios foram destinados ao impresso e ao seu fundador:

Esta Vicaría fue - y es - una respuesta de amor cristiano, en los hechos, a una sociedad en congoja. Como el Buen Samaritano, ella recogió a un pueblo asaltado en el camino, curó sus heridas, y procuró que el herido se recobrar con dignidad. Lo notable fue que esto no lo hizo el Obispo solo, sino que hizo que la Iglesia en su conjunto, cientos y miles de personas, se pusiera en esa actitud de acogida evangélica. Toda la predicación postconciliar de la Iglesia servidora de la humanidad, de una Iglesia que opta por la vida y preferentemente por los pobres y quiere ayudar a una paz verdadera, basada en la justicia, de pronto toma cuerpo en forma institucional, y provoca un cambio de actitud muy profundo en muchos que hasta entonces no creían en esa palabra de la Iglesia. Con otra variable: así como el Buen Samaritano era de los “malos”, un “enemigo” del pueblo de Israel, y atendió al necesitado sin preguntarle sin preguntarle por su fidelidad a Dios, la Vicaría también invitó a todos, no sólo a los “buenos católicos”, a recoger heridos, sin preguntarle a éstos por su fe o por su color político. Fue un testimonio admirable de la universalidad de la misericordia de Dios, como la predicó Jesucristo. Y los efectos fueron los mismos: como le sucedió a Jesús, la Vicaría y su Cardeal fueron mal interpretados y duramente atacados. Más persistieron en su acción de misericordia, exponiendo - y algunos perdiendo - su propia vida. Si el DR. Olivares va a cumplir ya un año injustamente encarcelado, no es sino por ser funcionario de la Vicaría de la Solidaridad (HEVIA, *Mensaje*, nov. 1987, pp. 534-535).

No trecho acima, *Vicaría de la Solidaridad* foi apresentada como uma instituição que acolheu a todos os pobres e feridos, independente de religião e ideologia política. O seu caráter de misericórdia para com o próximo e diálogo com os setores perseguidos

pelo Estado foram destacados, assim como a sua fidelidade a Deus. Observamos que ao longo de sua relação com *Mensaje*, a trajetória do meio de comunicação e o seu aspecto justo e cristão foi valorizado. Além disso, a nossa fonte auxiliou na denúncia das prisões e perseguições injustas sofridas pelos seus funcionários, fomentando o clima de cooperação entre os veículos. Também notamos como a *Vicaría* foi concebida como um agente político e social inserido dentro das tradições da Igreja Católica universal, latino-americana e chilena.

1.6. Os exílios chilenos

O exílio é uma prática recorrente na América Latina desde épocas anteriores aos movimentos de independência. No período colonial, tal lógica foi usada contra os grupos que defenderam a expansão de fronteiras coloniais. Como salientado por Roniger “Todos os países da América Latina - apesar de trajetórias institucionais diferentes – incorporaram o exílio como uma prática importante”¹⁰. Em diversos momentos, o exílio ou desterro foi concebido como fenômeno “natural” na região; experiência comum aos que participaram da política latino-americana e que não necessitava de maiores formulações teóricas. Cenário que mudou consideravelmente com a imposição de governos autoritários que utilizaram o ato como forma de punição para com os sujeitos considerados traidores da pátria.

Os processos de independência ocorridos na América Latina no século XIX possibilitaram que ao fenômeno do exílio fosse atribuído maior significado político, pois os novos ideais de nação, nacionalidade e direitos do cidadão permitiram que as experiências de deslocamento fossem estudadas a partir de múltiplos contextos políticos (YANKELEVICH, 2011). Porém, o desterro em massa e seu caráter internacional, assumido com as ditaduras militares da segunda metade do século XX, proporcionou brechas para que pesquisadoras e pesquisadores pensassem os seus diversos desdobramentos e o entendessem por meio de maior significação política, sobretudo no campo da História do Tempo Presente.

Neste trabalho, o exílio será entendido como instrumento de exclusão de oponentes políticos utilizado pelos regimes de exceção. Estes usaram a prática como uma

¹⁰ RONIGER, Luis. *Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios*. QUADRAT, Samantha (org.). In: *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2011, p.32.

das diversas formas de tortura aplicadas pelos militares aos sujeitos considerados inimigos do Estado e foram por ele legitimadas através dos atos institucionais, da Operação Condor e tantos outros dispositivos de opressão construídos pelas ditaduras. Apesar de seu caráter coletivo, a sua esfera individual também será investigada, visto que, o exílio perpassou as experiências e subjetividades de cada indivíduo de acordo com suas condições econômicas e socioculturais. Ao contrário, dos desterros ocorridos durante os processos de independências, os ocasionados pelo autoritarismo vigente na América do Sul a partir de década de 1960, englobam grupos de gênero, raça e classe distintas; questão que explica porque pesquisadoras e pesquisadores sobre a temática insistem em avaliar práticas do desterro sob vários ângulos.

O desterro chileno, talvez o que mais comportou elementos populares, será objeto de análise do seguinte trabalho. O exílio no Chile foi caracterizado pela expulsão de sujeitos simpatizantes e atuantes no projeto político de Salvador Allende. Foram exilados senadores, deputados, dirigentes partidários, sindicalistas, ativistas sociais, trabalhadores do campo e da cidade e diversas pessoas cujas trajetórias se relacionaram com tais grupos. Os sobreviventes da Unidade Popular viram seus projetos políticos e pessoais serem interrompidos pela ditadura de Pinochet e partiram para localidades como França, Canadá e Cuba; estabelecendo redes de sociabilidade e solidariedade e, em muitos casos, prosseguindo com a militância iniciada no Chile. O socialismo de Allende consistiu em esperança para as esquerdas latino-americanas e recebeu apoio de setores comunistas e sociais democratas de outros continentes, o que possibilitou que exiladas e exilados recebessem asilo em diversas partes do globo (YANKELEVICH, 2011). Fato que proporcionou destacável visibilidade ao desterro chileno e lhe atribuiu um caráter massivo mas, ao mesmo tempo, complexo e individual.

Os países que mais receberam exiladas/os chilenas/os foram Argentina, Canadá, Espanha, França, México, Noruega, Peru e Suécia (CARTES, 2019). As fontes quantitativas não nos permitem saber com exatidão qual foi o número de exiladas e exilados durante a ditadura militar. Estima-se que ocorreram entre 200.000 e 400.000 proibições de ingresso ao Chile durante o período de 1973 a 1987. Segundo a Oficina Nacional do Retorno e o Serviço Universitário Mundial foram 200.000 o número de desterrados/as chilenos/as. Já a Liga Chilena de Direitos do Homem divulgou a quantidade de 400.000; enquanto a *Vicaría de la Solidaridad* a de 260.000 (CARTES, 2019). Esses dados nos atentam para a heterogeneidade existente no desterro e a

diversidade de histórias que podem ser escritas a partir de suas memórias individuais e coletivas.

1.7. *Mensaje* e a experiência do exílio

Mensaje adotou uma narrativa sobre o exílio que adquiriu contornos culturais, literários, jurídicos, religiosos e políticos, evidenciando a pluralidade de dimensões sobre um mesmo assunto incorporadas pela revista. Porém, apesar da diversidade de enfoques, encontramos aspectos em comum entre o material coletado, sendo que os que mais se manifestaram foram a conceituação do exílio como um fenômeno injusto, destruidor de famílias e ensinamentos de Deus e estabelecido de desavenças entre a população chilena. As suas dores e angústias também foram enfatizadas, assim como as dificuldades vivenciadas pela comunidade exilada no que tange ao idioma, a criação dos filhos e a inserção em uma nova cultura. O seguinte trecho, ilustra bem alguns destes aspectos:

El mundo se va reduciendo al círculo de los chilenos - no es fácil para una familia obrera aprender el sueco, el alemán o el libanés - y poco a poco se empieza a notar el distanciamiento con los hijos, que sí se adaptan a su nuevo mundo, que no es Chile. Crecen las tensiones, las recriminaciones. Muchos matrimonios se rompen, sin embargo, los cónyuges separados, a menudo ajenos por completo a la política, permanecen también en esta situación de “apátridas”, sin familia, sin trabajo. Hemos conocido varios casos que han terminado en el suicidio (Mensaje, n.305, dez.1981, p. 677).

Observamos que em momentos anteriores ao nosso recorte temporal, a revista já abordava a experiência do desterro. Algumas publicações sobre o assunto foram: *El sufrimiento del exilio* (1978), *Los problemas del exiliado* (1978), *El exilio: nuestro país disperso* (1981) e *Cine chileno en el exilio* (1981). O artigo, *El exilio: nuestro país disperso*, por exemplo, consiste em uma carta enviada pelo Monseñor Emilio Tagle Covarrubias e publicada no editorial de *Mensaje* em dezembro de 1981. A capa dessa edição (n.305) trouxe o título *¿Exilio hasta cuando?*



Portada Nº 305, diciembre.

A la Iglesia no la mueve sino su afán de reconciliación... justicia y de respeto por la dignidad humana como fundamento... convivencia en paz y estable. En cada ser humano radica la... de hijo de Dios, rescatado por la Sangre de Cristo. No se lo... simplemente sufrir y morir, lejos de los suyos, por una... administrativa. La ofensa al hombre es ofensa a Dios. Y ante... que responder la autoridad que con tanta injusticia dispone... y de la muerte de sus hermanos. Nosotros seguiremos... este derecho elemental que tiene todo hombre de vivir en... mientras rezamos al Señor para que cambie el corazón de un... mantiene, como "decisión inmovible y profundamente... no permitir el reingreso al país" de los exiliados y que, simultáneamente... con escándalo para muchos, continúa proclamándose como... en el "humanismo cristiano".
19 de noviembre de 1981.

Imagem 4: Capa *¿Exilio hasta cuando?* da Revista *Mensaje*

Fonte: *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: Silencios y Reencuentros (1975-1988)*

Foto: Iasmin do Prado Gomes

De acordo com Francisco López Fernández, sociólogo e pesquisador com estudos sobre os 50 anos dos editoriais do impresso, *Mensaje* apoiou a integração latino-americana, processo que contou com a participação de exilados. Para o autor, o Chile foi um “asilo contra a opressão” na década de 1960 porque o país foi o destino de intelectuais latino-americanos exilados durante as ditaduras militares desse período: “Numerosos intelectuales latinoamericanos radicados en el país, a consecuencia de sucesivos golpes de Estado en países vecinos, contribuyeron a afianzar un modo de pensar lo nacional con intencionalidad regional”¹¹. Vale lembrar que a partir de 1968 Santiago e Paris foram as capitais do exílio brasileiro e que o maior número de periódicos confeccionados por brasileiras e brasileiros estavam presentes em ambas as localidades. Além disso, os

¹¹ FERNÁNDEZ, Francisco. *Mensaje 1960-1970 - Un modo de discernir en tiempos de revolución*, n.476, 2011, p.31.

impressos por eles produzidos tiveram maior expressão e longa duração (ROLLEMBERG, 1999, p. 198).

A integração entre exilados da América Latina se deu de diversas formas, com especial destaque para os impressos, pois estes consistiram em importante meio de fortalecer esse movimento. Os anos 1960 são caracterizados pela consolidação de ditaduras no continente americano que direcionaram a circulação impressa e corroboraram para formação de redes intelectuais, inclusive as compostas por exilados (ROLLEMBERG, 1999). Em *Algunas obras del exilio literario chileno* de Fernando Alegria publicado em 1983, podemos ver um pouco como esta integração se deu. O texto afirmou que a condição de desterro não era uma novidade para a literatura da América Latina e que naquele contexto a maior parte da literatura latino-americana vivia no desterro.

Além disso, disse que as vozes do exílio não se levantaram para proferir declarações heroicas e sim para deixarem o seu testemunho em páginas que investigaram um fato histórico importante. Foi citado o livro *Joven narrativa chilena después del golpe*, de Antonio Skármeta, que fala sobre mais de cem escritores chilenos dispersos pelo mundo, sendo que todos se identificam como exilados e não imigrantes e defendem a sua linguagem como símbolo de identidade e dignidade intelectual. As produções do exílio mencionadas pelo autor também incorporaram canções-poemas, teatro e testemunhos.

Presencia cultural del exilio, publicado na seção *Sociedad de Mensaje* em dezembro de 1982, também nos ajuda a refletir sobre a integração entre a comunidade exilada expressa na revista. O material trouxe o relato de experiências desenvolvidas na Europa por exilados chilenos contadas por Jose Joaquim Brunner, diretor do programa FLACSO-Chile. O artigo buscou mostrar como a cultura estava presente no cotidiano da comunidade exilada, evidenciando duas ações culturais, a construção da *Segunda Escuela de Verano*, organizada pelo *Instituto para el Nuevo Chile* na cidade de Rotterdam, Holanda e o *Seminário de Chantilly*, organizado pela *Asociación para el Estudio de la Realidad Chilena* sediada em Paris, capital francesa.

O autor mencionou que entre os temas debatidos entre os exilados durante as aulas promovidas pelo *Instituto para el Nuevo Chile* estavam “(...) las mujeres en los procesos de liberación feministas.”¹² O que mostra que a categoria de gênero foi levada em consideração em alguns textos publicados pela revista e sustenta a nossa hipótese de que

¹² BRUNNER, Jose. *Presencia cultural del exilio. Mensaje*, n.315, dez. 1982, p.688.

houveram intersecções entre exílios e feminismos chilenos. Um fator que explicitou a integração entre a comunidade exilada e culturas e teorias distintas foi o fato dos professores do evento serem de vários países europeus.

Já o *Seminario Chantilly* reuniu acadêmicos chilenos que vieram do Chile e de outros países da América Latina e da Europa. O tema discutido foi “Chile nos anos oitenta: formas e conteúdos de uma ação transformadora”. Foram abordados os problemas do marxismo, do socialismo e da democracia frente a consolidação da ditadura militar. Assim como em outros textos de *Mensaje*, *Presencia cultural del exilio* explicitou as barreiras culturais, do idioma, de trabalho e de criação de filhos e filhas manifestados no cotidiano da comunidade exilada. Ademais, conceituou o desterro político e ideológico como uma ferida aberta pertencente ao Chile e testemunho da insensatez do poder.

Para a melhor compreensão de nosso trabalho, desenvolvemos uma tabela com os textos mapeados sobre o desterro e publicados no impresso durante o nosso recorte temporal. Lembramos que os conteúdos que articulam diretamente exílio e gênero serão examinados no capítulo 3 desta dissertação. Logo, não estão presentes nesta seleção inicial.

| Título | Autor | Data de publicação | Edição | Seção | Número de páginas | Sequência de páginas |
|--|----------------------|---------------------------|---------------|--------------|--------------------------|-----------------------------|
| Presencia cultural del exilio | Jose Joaquin Brunner | Dezembro de 1982 | 315 | Sociedad | 2 | 688-689 |
| Reconsideración del exilio | - | Dezembro de 1982 | 315 | Documentos | 3 | 713-715 |
| Algunas obras del exilio literário chileno | Fernando Alegria | Julho de 1983 | 320 | Cultura | 4 | 355-358 |
| Carta de navidad a los hermanos | - | Janeiro-fevereiro de 1984 | 326 | Documentos | 1 | 75 |

| | | | | | | |
|---|----------------------|---------------------|-----|----------------------|---|---------|
| chilenos en el exilio | | | | | | |
| Iniquidad del exilio | Lautaro Rios Alvarez | Novembro de 1986 | 354 | Sociedad | 2 | 463-464 |
| El exilio que termina ... todos os años | German Molina | Março-abril de 1987 | 357 | Hechos y comentarios | 2 | 111-112 |
| Las penas del delito imposible | Jose Galiano | Novembro de 1988 | 374 | Hechos y comentarios | 2 | 509-511 |

Além de aspectos como literatura e cultura relacionados ao exílio, *Mensaje* falou sobre o fenômeno a partir de documentos, decretos e listas organizadas pelo governo. Publicado na seção *Documentos* da mesma edição que *Presencia cultural del exilio*, *Reconsideración del exilio*, consistiu na reprodução de uma carta do *Vicario de la Solidaridad* aos agentes pastorais da Igreja de Santiago. O documento retratou a primeira manifestação pública de Augusto Pinochet datada de 26 de outubro de 1982 sobre a revisão da situação dos exilados chilenos.

A carta disse que era impossível quantificar quantos exilados teriam condições de retornar ao Chile e que era preciso restaurar o direito de sair e entrar no país de forma voluntária, contribuindo para a construção da unidade e reconciliação entre chilenos. O desterro foi concebido como divisor da comunidade nacional e da família chilena, o que dialoga com outros posicionamentos sobre o exílio expressos na revista.

Outro ponto ressaltado foi a alegria da Igreja Chilena no que diz respeito ao retorno de exilados, um sentimento compartilhado por autoridades eclesíásticas como o cardeal Raúl Silva Henríquez, arcebispo de Santiago e o Monsenhor José Manuel Santos, presidente do Comité Permanente do Episcopado Nacional. Observamos que assim como a tortura, o exílio assumiu certa centralidade frente aos assuntos eclesíásticos da década de 1980.

O documento salientou que antes de compor a Comissão Chilena de Direitos Humanos para averiguar as situações da comunidade exilada, o governo deveria tornar pública a lista de chilenos impedidos de residir na pátria. É interessante que a carta, de

alguma forma, chamou a responsabilidade do governo frente ao cumprimento das medidas de retorno dos exilados. O que evidencia, o quanto *Mensaje* entendeu o desterro enquanto um problema público e nacional. Outro documento materializado no impresso que salientou a responsabilidade do governo diante da prática foi *Carta de Navidad a los hermanos chilenos en el exilio*, assinada por Manuel Camilo Vial, bispo auxiliar de Santiago em 10 de dezembro de 1983.

Junto al pesebre del Señor rezaremos también por las autoridades de Gobierno, para que pronto establezcan caminos claros y expeditos de retorno a la patria. Y oraremos muy especialmente por los pueblos hermanos y por tantas personas de buen corazón que los han acogido y respetado durante estos largos años de exilio forzado (VIAL, Mensaje, 1983, p.75).

Esta carta mostrou que além do desterro ser uma pauta da hierarquia, os documentos oficiais da época desenvolveram discursos onde a população e personagens bíblicos eram agentes com trajetórias semelhantes. Provavelmente, os religiosos que realizaram estas leituras foram influenciados pela Teologia da Libertação, vemos no trecho abaixo a necessidade de destacar a relação entre a Igreja Católica e as pessoas pobres e oprimidas.

En este tiempo marcado por la fraternidad, la Iglesia Madre y Hermana se une especialmente a los pobres, a los marginados, a los que sufren cualquier forma de injusticia o discriminación. Esta actitud es la que refleja su propia identidad. Ella se vuelve consciente nuevamente de que Dios ha querido salvar a la humanidad a través de un niño desvalido que nació en la marginación de un pesebre, en el seno de una familia pobre y peregrina (VIAL, Mensaje, 1983, p.75).

Além disso, o bispo que escreveu o documento salientou que o menino Jesus era um desterrado, assim como os exilados políticos chilenos. Também notamos que o núcleo familiar e sua integridade foram valorizados, o que nos mostra que a narrativa disseminada pelos artigos publicados em *Mensaje* conversava com pronunciamentos oficiais assinados pela Igreja Católica.

La fe de la Iglesia se origina en Belén y se ve fortalecida en la prueba de exilio que tuvo que afrontar la Sagrada Familia. En palabras del santo Padre, “Jesus en su niñez fue un refugiado, forzado a huir del odio desatado de la persecución, a abandonar su propio país y a vivir exiliado en tierra extranjera” (12-1-81: Discurso a los filipinos) (VIAL, Mensaje, 1983, p.75).

Já *Las penas del delito imposible* de José Galiano, disponível na edição de novembro de 1988, abordou a experiência a partir de instrumentos jurídicos. Para tal, questionou o artigo número quatro do Decreto de Lei 81 que transformou em “crime abominável o direito de todo ser humano viver em sua pátria.” De acordo com o autor, era absurda a vigência dessa norma por 15 anos de ditadura, sendo que até o exílio já havia sido extinguido. Outro ponto denunciado foi o fato de três chilenos estarem presos sob acusação de terem violado o decreto e alguns receberem penas de 15 e 20 anos de prisão pelo mesmo delito: terem ingressado no Chile clandestinamente.

O texto de duas laudas tem os números 509 e 511 em sua paginação e não 509 e 510 como ordena a sequência numérica correta. Não sabemos se foi um erro de digitação ou se algum conteúdo do material foi suprimido por causa da censura. Um indício que nos ajuda a sustentar a segunda hipótese é que o escrito contém um longo espaçamento em branco na primeira lauda. Vale lembrar que funcionários do impresso afirmaram que algumas de suas edições foram publicadas com espaços em branco devido a perseguição do aparato militar, *Las penas del delito imposible* pode ser um deles.

Las penas del delito imposible

JOSE GALIANO

“E l que ingrese clandestinamente al país, burlando en cualquier forma el control de dicho ingreso, siempre que las circunstancias o antecedentes permitan presumir al Tribunal que lo hace para atentar contra la seguridad del Estado,

será sancionado con la pena de presidio mayor en su grado máximo a muerte.

Se presumirá la antes aludida finalidad respecto del que hubiere salido del país por la vía del asilo, si hubiese abandonado sin sujetarse a las normas establecidas; hu-

biere sido expulsado u obligado a abandonar el país, hubiere cometido el delito del Art. 1° (el que requerido por el Gobierno, por razones de seguridad, desobedezca el llamamiento que públicamente se le haga), o reincidiese quebrantando la condena de ex-tratamiento que se le hubiere impuesto.

El conocimiento del delito corresponderá a los Tribunales militares y su juzgamiento se ajustará a las normas del Código de Justicia Militar”.

Aunque parezca increíble, el párrafo transcrito es el texto de una disposición legal, impuesta con fecha 6 de noviembre de 1973 por el Gobierno que aún nos rige. Corresponde al Art. 4° del Decreto Ley N° 81, que transformó en crimen abominable el derecho elemental de todo ser humano a vivir en su patria. Pero más increíble aun, es que esa norma aberrante continúe en vigencia, al cabo de quince

Imagem 5: Primeira página do texto *Las penas del delito imposible*
Fonte: Revista *Mensaje*

Iniquidad del exilio de Lautaro Ríos Alvarez de novembro de 1986 também trouxe uma série de aspectos jurídicos para comprovar a ilegalidade do desterro. Entre eles, o Decreto de Lei 2191 que dispôs sobre a anistia para crimes cometidos entre 11 de setembro de 1973 e março de 1978. Segundo o autor, o decreto bastava para eliminar qualquer barreira administrativa no que tange ao retorno de exilados que não foram processados ou que já cumpriram a sua pena de desterro ou qualquer outra condenação.

Ademais, o exílio foi conceituado e caracterizado como injusto para as suas vítimas devido a sua falta de respaldo legal. Foram ressaltadas algumas das problemáticas que envolveram a comunidade exilada (criação dos filhos, idioma e costumes) e a necessidade de construção de um programa de reinserção econômica e social para os exilados que retornaram. Da mesma forma que em outros textos publicados em *Mensaje*, *Iniquidad del exilio*, defendeu que o término da prática da expulsão consistia em uma

forma de reconciliação e pacificação entre chilenos e reconhecimento do direito fundamental e natural de que todo cidadão deveria residir em sua pátria caso quisesse.

Já *El exilio que termina ... todos los años*, de Germán Molina, respaldou que existia um consenso entre a grande maioria dos chilenos de que o exílio forçado deveria terminar. Afinal, o drama do desterro constituía em problema nacional. Foi ressaltado que os organismos internacionais de direitos humanos e a Igreja Católica se preocuparam em mostrar as proporções que a experiência inédita alcançou no Chile.

Foi realizada uma ordem cronológica que recordou fatos e pronunciamentos a respeito do desterro, começando pelo Decreto de Lei 81 de 1973 que inaugurou a experiência massiva de exílio durante a ditadura militar chilena. De acordo com o artigo, muitos exilados acharam que iriam ser autorizados a retornar ao país após a Lei de Anistia de abril de 1978. No entanto, ela não foi instaurada para livrar da injustiça os impedidos de viver em sua pátria e sim ampliá-la. O escrito também mencionou o anúncio presidencial de dezembro de 1986 que falou em colocar um fim no exílio e se preocupou em caracterizar o fenômeno. Neste caso, ele foi tido como vergonha nacional, uma crueldade levada a instância constitucional e administrativa, se aproximando do texto *Reconsideración del exilio*.

CAP.2 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E AS PRODUÇÕES EM *MENSAJE*

Neste capítulo, investigaremos o feminismo materializado em *Mensaje* e quais são as suas articulações com o catolicismo durante a ditadura militar no Chile (1973-1990). Para tal, iremos ressaltar como este estava inserido perante as conjunturas políticas nacional e internacional e quais as suas semelhanças, diferenças e limitações frente a outros movimentos feministas. Além disso, discutiremos sobre a complexidade de se estudar gênero na pesquisa histórica e vamos dialogar com intelectuais que elaboraram epistemologias feministas fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

O domínio de nossa investigação, a História das Mulheres, exige a não fixação de categorias, métodos, conceitos e temporalidades em sua reformulação. Estudar as produções feministas em *Mensaje* implica em trabalhar com silenciamentos que englobam o campo de conhecimento e estabelecer métodos específicos para a abordagem de gênero. Segundo Maria Odila (2019), os estudos feministas têm constantemente transformado determinados métodos das ciências humanas para que comportem a “política das mulheres”, sendo o questionamento das universalidades a sua maior escolha teórica. Para a autora, a primeira etapa do debate sobre métodos dos estudos feministas consiste em pensar a teoria do perspectivismo que parte de uma intersecção do objeto analisado e seu contexto histórico - a ditadura militar no Chile, em nosso caso - para a partir dela desenvolver as balizas de seu conhecimento.

Esse tipo de conhecimento histórico consiste basicamente em delimitar o lugar, a situação, a posição relativa do grupo social ou de mulheres a serem estudadas no conjunto de uma certa sociedade. O primeiro passo consiste em assumir a temporalidade histórica do tema e, a partir daí, proceder a construção do objeto de estudo, delimitando e problematizando todas as balizas do conhecimento relativas a essas mulheres, até mesmo o próprio conceito de mulher ou a categoria mulheres (ODILA, 2019).

Considerando a teoria do perspectivismo, enfatizamos que para a construção do seguinte capítulo, fomos até o arquivo histórico de *Mensaje* disponível digitalmente em seu site e buscamos por termos como “feminismo”, “mulheres” e “ditadura” durante o recorte temporal de 1973 a 1990. Realizamos leitura, fichamento e organização cronológica dos textos sinalizados. Os resultados encontrados revelaram que a atuação feminista na revista foi praticamente nula na década de 1970 e que em meados de 1980 se tornou bastante significativa; principalmente a partir de 1988, ano em que Augusto Pinochet foi derrotado por um plebiscito popular que votou pelo fim de seu governo.

Uma das principais hipóteses desta pesquisa é que a criação do *Círculo de Estudios de la Mujer*, em 1979, contribuiu para que estas relações se manifestassem nas produções feministas existentes no impresso. Entendemos que assim como as componentes desta instituição, as autoras que publicaram em *Mensaje* se comprometeram com a escrita da História das Mulheres do Chile. Inclusive, o conteúdo do material analisado contém influências teóricas de Julieta Kirkwood, a precursora da segunda onda dos feminismos chilenos e nome de destaque do *Círculo*. Também defendemos que a crise econômica de 1982, as manifestações populares de 1983 e o retorno de exiladas e exilados foram imprescindíveis para a aproximação entre a Igreja Católica, movimentos sociais, partidos políticos e claro, as organizações compostas por mulheres (CRUZ, 2015; KIRKWOOD, 1990). Dessa forma, observamos uma série de fatores estruturais que possibilitaram mecanismos para a inclusão das produções feministas em nossa fonte de estudo.

Outro aspecto que deve ser delimitado é que chamamos as sujeitas atuantes em *Mensaje* de “feministas” porque o conteúdo por elas produzido e a pesquisa que realizamos sobre as suas trajetórias, para além das páginas da revista, revelaram que muitas delas não apenas escreveram sobre organizações de mulheres, mas também participaram de grupos intitulados feministas e atuaram diretamente na produção de epistemologias sobre gênero. Notamos que os textos publicados são resultados de teorias e práticas cotidianas, o que é compreensível, visto que, estas agentes estavam inseridas em um cenário de grande influência marxista. É digno de nota que a sua grande referência, a socióloga Julieta Kirkwood, era socialista.

Colocados tais pontos, destacamos que nesta etapa da investigação, analisamos dez textos publicados nas seções *Iglesia, Hechos y Comentarios, Sociedad, Libros e Sobre los Jóvenes*, durante o período de dezembro de 1984 a setembro de 1990 em *Mensaje*. Ao todo, eles compactuam trinta e cinco páginas, onze autorias e dez edições do impresso. São eles: “*Maria, mujer de esperanza*” reflexiones de una mujer católica (1984) de Sofia Correa S., *Mujeres en movimiento* (1986) de Patricia Verdugo, *El trabajo doméstico remunerado* (1986) de Alicia Frohmann, *Mujeres en política* (1987) de Gisselle Munizaga, *MIEL: un aporte alegre a la democracia* (1987) de Sol Serrano, *Mujer y hombre en la comunidad creyente* (1988) de HNA. M. Francisca Morales S., *Demandas de las mujeres a la democracia* (1988) de Alicia Frohmann, *Carta apostólica “Mulieris dignitatem”* (1989) de Beatriz Toha, “*Venid, benditas de mi padre*” (1990) de Beatriz Toha, *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres*

(1990) de Mariana Aylwin e *Mujeres jóvenes, ¿Vencidas por la vida?* (1990) de Teresa Valdés e Marisa Weinstein.

Vale destacar que para melhor tecer as articulações entre feminismo e catolicismo expressas em *Mensaje* optamos por analisar artigos cujos assuntos eram o feminismo e/ou as organizações de mulheres e a figura da “mulher” nas escrituras eclesiais. Acreditamos que os textos publicados sobre a “mulher” por agentes que não se organizaram em grupos de mulheres também são necessários para investigarmos as atuações de exiladas e/ou feministas em nossa fonte. Afinal, este tipo de material nos oferece pistas sobre as percepções do próprio corpo editorial do impresso sobre o gênero feminino e nos induz a refletir sobre os motivos que o levaram a acolher temáticas feministas em suas páginas. Por fim, destacamos que outro critério para a seleção de artigos deste capítulo foi abordar os escritos de autoria de sujeitas que, segundo as nossas pesquisas, não foram exiladas. Os trabalhos das exiladas chilenas serão contemplados em outro momento.

A seguinte tabela pode auxiliar no entendimento do material coletado e estudado:

| Título | Autora | Data de publicação | Edição | Seção | Número de páginas | Sequência de páginas |
|---|------------------|--------------------|--------|----------|-------------------|----------------------|
| “Maria, mujer de esperanza” reflexiones de una mujer catolica | Sofia Correa S. | Dezembro de 1984 | 335 | Iglesia | 5 | 567-571 |
| El trabajo doméstico remunerado | Alicia Frohmann | Julho de 1986 | 350 | Libros | 2 | 264-265 |
| Mujeres en movimiento | Patricia Verdugo | Julho de 1986 | 350 | Sociedad | 3 | 248-250 |

| | | | | | | |
|---|----------------------------------|---------------------------|-----|----------------------|---|---------|
| Mujeres en política | Gisselle Munizaga | Julho de 1987 | 360 | Hechos y comentarios | 2 | 276-277 |
| MIEL: un aporte alegre a la democracia | Sol Serrano | Novembro de 1987 | 364 | Hechos y comentarios | 2 | 507-508 |
| Mujer y hombre en la comunidad creyente | HNA. M. Francisca Morales S. | Março-abril de 1988 | 367 | Hechos y comentarios | 3 | 109-111 |
| Demandas de las mujeres a la democracia | Alicia Frohmann | Agosto de 1988 | 371 | Hechos y comentarios | 3 | 341-343 |
| Carta apostólica "Mulieris dignitatem" | Beatriz Toha | Janeiro-fevereiro de 1989 | 376 | Hechos y comentarios | 2 | 42-43 |
| "Venid, benditas de mi padre" | Beatriz Toha | Julho de 1990 | 390 | Sociedad | 4 | 225-228 |
| Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres | Mariana Aylwin | Setembro de 1990 | 392 | Sociedad | 5 | 329-333 |
| Mujeres jóvenes, ¿Vencidas por la vida? | Marisa Weinstein e Teresa Valdés | Outubro de 1990 | 393 | Sobre los jóvenes | 4 | 396-399 |

2.1. Gênero na pesquisa histórica

Os *Annales* e a consolidação do campo de estudo da Cultura Política proporcionaram espaço para o mapeamento e a identificação de problemas na historiografia tradicional, inclusive, no que tange às Histórias das Mulheres e de Gênero. Trabalhos como os de Joan Scott (1990) e Joana Pedro (2005) surgiram como forma de pensar a categoria gênero na pesquisa histórica, desconstruindo narrativas sistematizadas no sujeito universal masculino. “(...) as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres”¹³.

Nesta pesquisa, entendemos “gênero” enquanto categoria que engloba uma série de posições teóricas e referências que explicam as relações e hierarquizações entre os sexos e “História das Mulheres” como uma posição política de afirmar que as mulheres são agentes históricas. Entre as áreas de conhecimento das ciências humanas, a história foi a última a incorporar “gênero”, “mulher” e “mulheres” como categorias de análise na pesquisa histórica. Um dos motivos para este atraso é o fato do “homem” ser considerado o indivíduo universal de suas investigações. É importante ressaltar que o indivíduo masculino que comporta este padrão contempla apenas o homem cis, branco, hétero e ocidental, excluindo outros homens das narrativas históricas. As historiadoras que escreveram sobre a História das Mulheres favorecem a quebra deste estereótipo e o questionamento de temporalidades, marcos teóricos e periodizações tradicionais. Pois incorporar as mulheres nos estudos históricos significa desconstruir o pretense sujeito universal masculino e apontar que a disciplina contém as suas incompletudes (SCOTT, 1990; PEDRO, 2005).

Além disso, a escrita da História das Mulheres proporciona ferramentas para a problematização da categoria “mulher”, enfatizando que as mulheres são múltiplas e suas vivências não podem ser investigadas a partir de um modelo feminino homogêneo e excludente. Os estudos de gênero nos atentam para as problemáticas que envolvem a dicotomia homem-mulher porque este binarismo fomenta o silenciamento de identidades, subjetividades e categorias que ultrapassam universalizações a respeito do ser “homem”

¹³ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 54, São Paulo, dez., 2007, p. 285.

e “mulher”. Portanto, devemos ter o cuidado de não essencializar o ser feminino em nossas pesquisas e ter em mente que criticar os estereótipos universais é a principal escolha teórica feminista (RAGO; ODILA, 2019; RICHARD, 2002; SCOTT, 1990; PEDRO, 2005).

Esses estudos também salientam a necessidade de reelaborar certas configurações e tradições das ciências humanas, pois foram necessárias a elaboração de métodos adequados à política das mulheres. Dessa forma, quanto mais identidades e subjetividades femininas forem documentadas, maior será a participação de sujeitas distintas na história (ODILA, 2019). No caso do Chile, lembramos das mulheres mapuche que têm as suas lutas invisibilizadas pelo Estado chileno que ainda alimenta ideias coloniais sobre os povos originários. É válido ressaltar que tal apagamento histórico também se manifesta em nossa fonte de estudo. O que diz muito sobre o feminismo que estamos estudando, um movimento composto por mulheres, em grande parte, cis, brancas, acadêmicas, classe média e sem deficiência que, em alguma medida, também fomentaram a dicotomia homem-mulher e universalizaram a categoria “mulher”. Sabemos que estas sujeitas eram fruto de seu espaço-tempo, porém é mais que necessário explicitar que as teorias com que tiveram contato apresentam limitações para se pensar a História das Mulheres do Chile daquele contexto e da atualidade.

Outra questão criticada pelas teorias feministas é o fato de alguns trabalhos sobre a História das Mulheres atribuírem ênfase às opressões vivenciadas, como se elas não tivessem experiências para além do sistema patriarcal que as delega ao espaço privado. De acordo com Maria Odila (2019), os estudos feministas não devem somente enfatizar o sistema de dominação masculino, mas também evidenciar as resistências das mulheres. Nós concordamos com a autora e reconhecemos que as produções feministas presentes em *Mensaje* consistiram em forma de luta contra o autoritarismo e a subordinação historicamente imposta ao gênero feminino. As formas de dominação masculina foram denunciadas pelas sujeitas com as quais dialogamos, mas não só. As suas ações de resistência foram divulgadas, resgatadas e organizadas em suas produções, ressaltando o protagonismo feminino.

2.2. Segundas ondas dos feminismos latino-americanos

Os movimentos feministas da América Latina são múltiplos e exigem análises específicas que nem sempre são capazes de abordar todas as complexidades vividas por

mulheres originárias, negras, quilombolas, trans, LGBTQIAP+ e com deficiência que ocupam este território. Pesquisadoras do Sul Global chamam a atenção para o fato de que grande parte das teorias feministas produzidas pelo Norte não contemplam as experiências de mulheres latino-americanas, pois estudar as suas realidades implica em reconhecimento de histórias caracterizadas por aspectos como colonialismo, racismo e imperialismo. Dessa forma, estudar a História das Mulheres da América Latina pede a desconstrução de categorias, conceitos e periodizações pré-estabelecidas pela ciência ocidental e a construção de metodologias próprias que almejem romper com a colonização teórica do pensamento feminista latino-americano (ODILA; RAGO, 2019). Um exemplo de exercício epistêmico que corrobora para com o questionamento de estruturas coloniais é o seguinte trecho do texto de Joênia Wapichana presente no manifesto “Feminismo para os 99%” publicado em 2019:

As relações de poder precisam ser revistas, subvertidas, transformadas - sejam elas entre homens e mulheres, entre seres humanos de culturas e origens diferentes, entre seres humanos e o planeta, entre os donos do capital e dos meios de produção e os que entram com sua força de trabalho e de reprodução social, ou que trazem à humanidade cultura e criatividade. Assim, é fundamental um olhar específico de inclusão dos segmentos invisíveis nos espaços de poder - um olhar que abarque e seja abarcado pelos povos indígenas. O que queremos é um convívio sem dominante e nem dominado, com complementação e nunca exploração, cultivando relações colaborativas coletivas, reestruturando a noção de poder e direcionando nosso pensamento para a igualdade - política, econômica e social (WAPICHANA, 2019, pp. 2-3).

Nesta pesquisa, falaremos sobre um movimento feminista que contém as suas particularidades e limitações: um feminismo que eclodiu em meio à ditadura militar no Chile (1973-1990) e corresponde à segunda onda dos feminismos do país. Ressaltamos que as divisões em ondas não são um consenso entre os estudos feministas que, assim como todo campo de conhecimento, apresentam heterogeneidade. Geralmente, as segundas ondas dos feminismos são datadas conforme acontecimentos estadunidenses e europeus. No entanto, autoras latino-americanas salientam a importância de formulações específicas para o entendimento destes movimentos em nossa região. Reivindicar as particularidades das organizações de mulheres do Sul, não implica em descartar as colaborações do Norte para com as suas práticas e teorias. Inclusive, adotamos a divisão em ondas nesta pesquisa porque as produções e trajetórias de exiladas e/ou feministas aqui investigadas receberam influências de autoras do Norte global. Afinal, estamos nos

referindo a escritas desenvolvidas por mulheres cis e brancas pertencentes à classe média alta e com acesso ao ensino superior.

Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Estas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor, sendo este, em geral, os países considerados desenvolvidos do hemisfério norte; em seguida, dirigem-se para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos (PEDRO, 2001, p.3).

Historiadoras como Joana Maria Pedro (2008), têm contribuído para os estudos dos feminismos da América do Sul no século XX. Um de seus trabalhos, investigou as relações dos protestos de maio de 1968 desenvolvidos na França e em outras partes do mundo com as segundas ondas dos feminismos, evidenciando quais são os seus legados para os movimentos de mulheres do Cone Sul. Segundo Pedro (2008), essas mobilizações foram caracterizadas por frases de efeito e palavras de ordem que denunciaram a subordinação feminina e estão presentes em muros e ruas de países latino-americanos na contemporaneidade.

Assim como os demais movimentos, o feminismo de “Segunda Onda” produziu uma “fraseologia” que tentava indicar, através das palavras, uma explicação para a subordinação das mulheres. Palavras como “patriarcado”, “condição feminina”, “relações de gênero”, “relações de sexo”, indicavam divisões, posições e disputas. Produziu frases de efeito, numa mistura geralmente bem humorada, mas muitas vezes também trágica, para atrair a atenção e formular suas reivindicações, por vezes acompanhada, também, de dramatizações (PEDRO, 2008, p. 60).

Na primeira onda dos feminismos (fins do séc. XIX e início do XX), houveram intervenções em prol de direitos políticos e institucionais, enquanto a segunda (meados dos anos 1960) incorporou consideravelmente temáticas sobre a sexualidade. Ao contrário dos feminismos da primeira onda que, no geral, contaram com mulheres letradas da classe média, os da segunda se articularam com diversos grupos que também lutavam contra as opressões. Porém, é digno de nota que nos Estados Unidos, os movimentos negros consistiram em inspiração para os de libertação das mulheres nas duas divisões e ambos se radicalizaram e potencializaram as suas pautas com o decorrer de suas atuações (BARRANCOS, 2008; DAVIS, 2016; PEDRO, 2008, p.67). A intelectual Angela Davis

afirmou que “Quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravizadas tem sido particularmente uma causa das mulheres.”¹⁴

É importante enfatizarmos que cada força política e social agiu de acordo com o contexto histórico e as resistências e as repressões desencadeadas em seu espaço-tempo. As suas ações foram determinadas pela materialidade, o que nos possibilita induzir que movimentos com reivindicações semelhantes poderiam agir de maneira distinta conforme a sua localidade e temporalidade. Por isso, ressaltamos que as sujeitas de nossa investigação englobam um feminismo muito particular e complexo que possui semelhanças com os feminismos das segundas ondas e as reivindicações feministas chilenas de projeção nacional, mas também diferenças e contradições.

Algumas semelhanças são a compreensão de que o pessoal é político e a preocupação em tecer epistemologias feministas. A politização do espaço privado se manifestou nas produções teóricas das sujeitas que compunham estes movimentos, algo que é notável nas publicações materializadas em *Mensaje*. Além disso, temos outra característica em comum entre o nosso objeto de estudo e grande parte dos movimentos de mulheres na América do Sul: as manifestações contra as ditaduras militares. É interessante o quanto as organizações de mulheres desse período articularam áreas como feminismo e democracia, denunciando as violações aos direitos humanos protagonizadas pelo Estado.

Já uma diferença entre o feminismo materializado em nossa fonte e as segundas ondas dos feminismos na América Latina é o fato dele não ter explorado de forma significativa questões que englobam a sexualidade feminina. Por mais que tenha articulado de maneira instigante as opressões impostas às mulheres nos campos público e privado, as produções feministas em *Mensaje* não deram ênfase a assuntos como o divórcio, a pílula anticoncepcional e o aborto. Acreditamos que tal fato se deu porque o impresso em destaque é católico e os seguintes temas eram caros para a hierarquia eclesiástica e uma parte significativa da sociedade chilena historicamente caracterizada pelo conservadorismo. Vale ressaltar que muitas das agentes que atuaram em organizações feministas eram religiosas e encontraram na tutela da Igreja Católica ferramentas de sobrevivência em um cenário de intensa perseguição política aos indivíduos contrários aos ideais e ações protagonizados pelo estado ditatorial.

¹⁴ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, 1. ed., 2016, p. 49.

Muitas dessas agentes foram exiladas em outros continentes e estabeleceram contatos com instituições e obras que tinham as abordagens de gênero como pauta central de debates. Uma data notável para os feminismos latino-americanos compostos por exiladas foi 1975, o ano da mulher estipulado pela ONU (Organização das Nações Unidas), que será melhor investigado no próximo capítulo deste trabalho. O exílio foi uma experiência fundamental para que desterradas latino-americanas se entendessem enquanto feministas e compreendessem que as demandas das mulheres da América Latina eram diferentes das de determinados grupos da Europa e dos Estados Unidos. Afinal, a subalternização historicamente atribuída aos países do Terceiro Mundo pedia análises próprias (ABREU, 2013; ROSA, 2013).

Apesar das inúmeras intersecções, os movimentos feministas da América do Sul possuem marcos diversos que, assim como as suas ondas, não contém absoluta concordância. No Brasil, os anos de 1972 e 1979 foram marcantes porque dataram a construção dos primeiros grupos de consciência (onde eram discutidas as realidades mulheres) em São Paulo e Rio de Janeiro e a promulgação da anistia, respectivamente. Na Argentina da década de 1970, ocorreram a formação de várias organizações feministas. Já na Bolívia, a consolidação de grupos de consciência se deu em fins da década de 1980. O país viveu ditaduras que dificultaram a formação de encontros e discussões em momentos anteriores. No Paraguai, as primeiras organizações de mulheres surgiram no início da década de 1980, perante a ditadura de Alfredo Stroessner. Enquanto no Uruguai, alguns direitos feministas foram conquistados antes da década de 1960 (PEDRO, 2001). E no Chile? Como a eclosão feminista se manifestou? Iremos explorar a questão no próximo tópico.

2.3. Movimentos Feministas no Chile durante a ditadura militar

O golpe de 11 de setembro de 1973 contra Salvador Allende, possibilitou mecanismos para que organizações feministas chilenas surgissem reivindicando democracia e autonomia para as mulheres nos âmbitos público e privado. Os movimentos feministas chilenos eclodiram, dando fim ao que autoras nomearam como “Silêncio Feminista”. Para Julieta Kirkwood (1982), a precursora da segunda onda dos feminismos

chilenos, este “silêncio” teve início após a conquista do voto feminino em 1949, quando houve o declínio da participação feminina em organizações sociais e políticas e findou-se em 1973 com a instauração da ditadura militar.

Os feminismos no Chile foram de grande importância para a reivindicação pela democracia e participação feminina em espaços públicos, sobretudo em cargos e partidos políticos. Atuou de maneira destacável na busca por desaparecidos e na luta internacionalista do exílio, caracterizando-se por forte teor político porque a sua própria eclosão se deu em resposta ao contexto de repressão e autoritarismo. Segundo Sepúlveda (2013), “No es aventurado decir que sus prácticas de resistencia están en la base del proceso de re-democratización vivido en el país.”¹⁵

Por isso, devemos ter em mente que geralmente a segunda onda dos movimentos feministas no Chile é dividida em três fases: nos anos iniciais enfatizou a defesa da vida e a luta por justiça para com os indivíduos que tiveram direitos humanos violados pela ditadura militar. Entre fins da década de 1970 e início da de 1980, construiu os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, etapa caracterizada por início de problematizações exclusivamente femininas. Já entre 1982 e 1986, realizou forte mobilização contra a repressão do Estado, ampliou o contato com os feminismos latino-americanos e contou com grandes coordenadoras de grupos de mulheres (WOITOWICZP; PEDRO, 2009). No fim da década, a preocupação com a inserção feminina na democracia se fez presente, ambas as fases são perceptíveis nas trajetórias das militantes que atuaram em *Mensaje*, sendo as duas últimas mais explícitas no recorte temporal que contempla esta pesquisa.

Muitas das sujeitas que foram às ruas reivindicar democracia não se declararam como feministas nos anos iniciais das mobilizações contra a ditadura militar. No entanto, a partir de seu desejo de seguir o modelo cultural de boas mães e esposas historicamente fomentado por grande parte da sociedade chilena, formaram agrupações de familiares e vítimas da repressão (exilados, perseguidos, torturados, etc) e grupos tutelados pela Igreja Católica. Posteriormente, estas organizações discutiram sobre a condição da mulher, abordando temas como a sexualidade e autoconsciência. Assim, agentes que inicialmente se mobilizaram contra as violações aos direitos humanos se reconheceram enquanto

¹⁵ SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 98. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

feministas e entenderam que as opressões do gênero e da política estavam interligadas (VALDÉS, 1987, págs. 13-14).

Em dezembro de 1973, por exemplo, dois meses após a consolidação do golpe de Estado, foi realizado um grande ato no teatro *Caupolicán* em Santiago onde múltiplas mulheres pautaram o retorno da democracia. Nele, exigiram a política de vida como resposta à política de morte do governo. O desejo de unidade e pluralismo surgiu como possibilidade de potencializar uma ampla convocatória de segmentos de mulheres. Em 1976, foi construída a *Coordinadora Nacional Sindical*, a primeira organização popular que buscou a rearticulação dos movimentos sociais. Além disso, contou com um departamento feminino que promoveu a organização de mulheres trabalhadoras. Já em 1978, ocorreu uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher com o primeiro grande ato público de massas executado desde o golpe militar. No mesmo ano, organizaram o Primeiro Encontro Nacional da Mulher Chilena, evento que alcançou destaque frente às mobilizações feministas do Chile (VALDÉS, 1987).

A partir da década de 1980, houve uma maior rearticulação das forças sociais devido ao exercício de abertura democrática em curso no país. Uma das bases dessas reivindicações populares foram grupos de mulheres como a *Agrupación de Mujeres Democráticas* e o CODEM (*Comisión de Derechos de la Mujer*). Em 1983, o processo de explosão feminista foi intensificado, assim como a participação de partidos políticos na esfera pública chilena. Duas instituições de mulheres se destacaram neste cenário: o MEMCH '83 (*Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena*) que englobou a maior parte das organizações sociais femininas de oposição ao autoritarismo e o grupo *Mujeres por la Vida* que contemplou amplos setores políticos, partidários, independentes e feministas de oposição a Pinochet (VALDÉS, 1987).

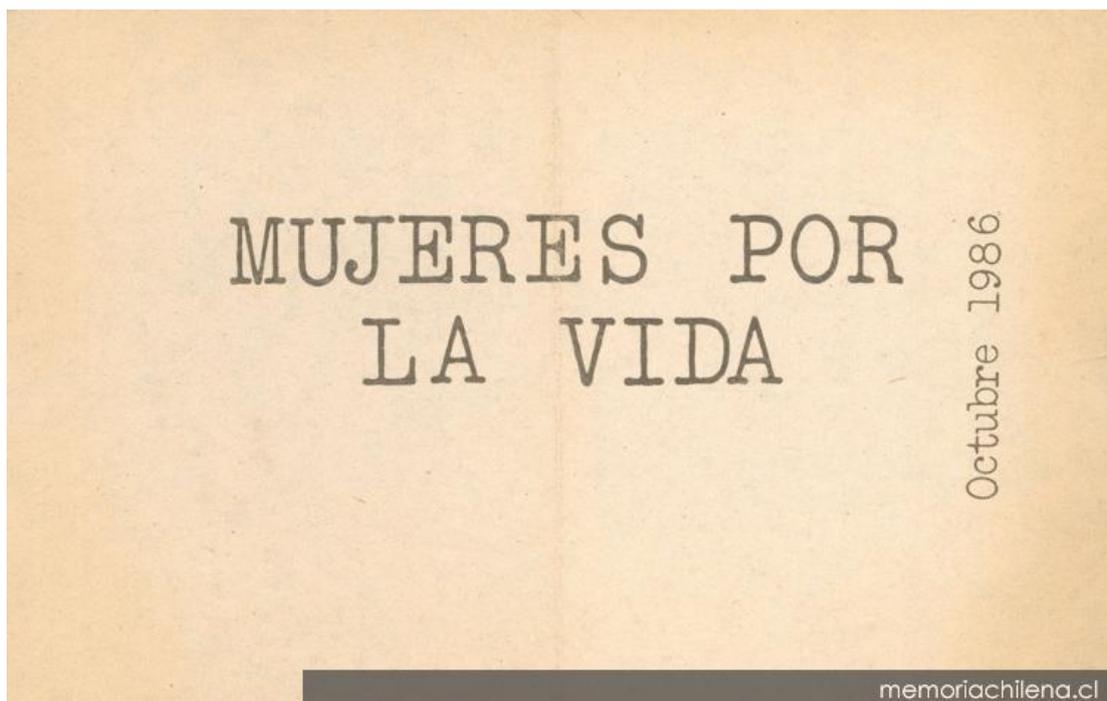


Imagem 1: Panfleto de divulgação do grupo *Mujeres por la vida*
Fonte: Memoria Chilena

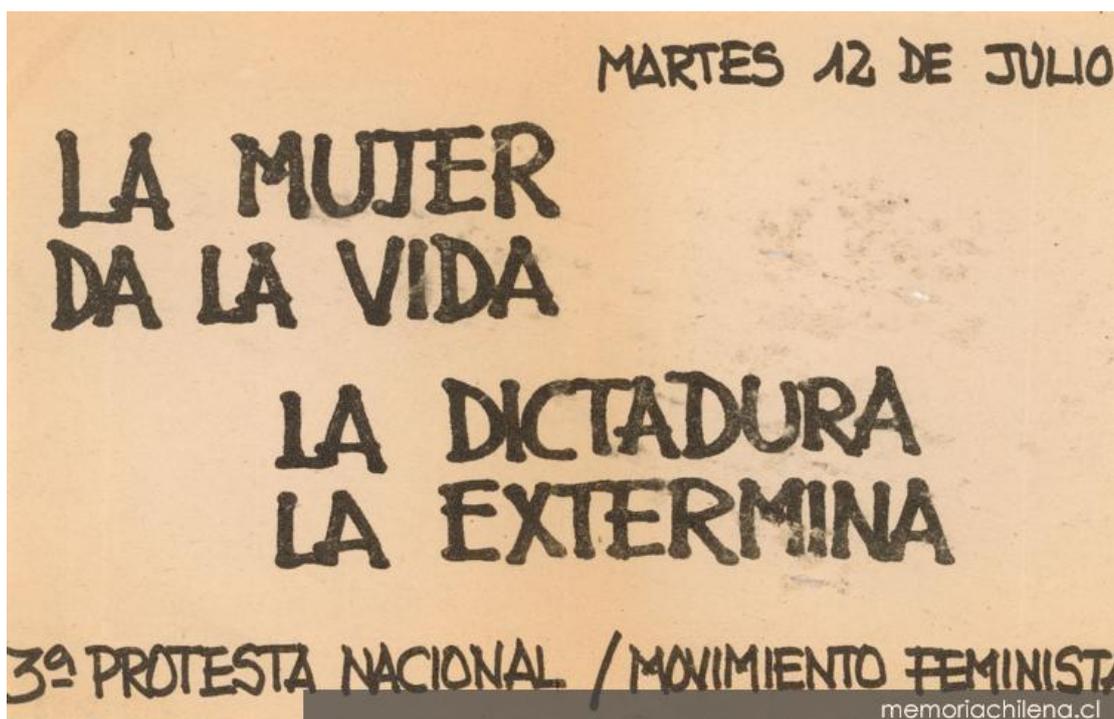


Imagem 2: Panfleto de divulgação de ações feministas, provavelmente do grupo *Mujeres por la vida*
Fonte: Memoria Chilena

2.4. *Democracia en el país y en la casa*

O ano de 1983 consistiu em um momento simbólico para os feminismos chilenos tanto do ponto de vista prático quanto do teórico. Neste momento, o slogan *Democracia en el país y en la casa* se fez presente entre os movimentos liderados por mulheres, que denunciaram as repressões desenvolvidas pelo regime de exceção e o patriarcado que estabelecia papéis de gênero nas esferas públicas e privadas (KIRKWOOD, 1982; SEPÚLVEDA, 2013). A força mobilizadora destas organizações mostrou que o pessoal é político e que, ao contrário do que muitos pensavam, feminismo e política não eram áreas dissociáveis. Além disso, chamou a atenção para questões da esfera privada que envolviam a violência doméstica e o trabalho de reprodução social, o que não agradou setores conservadores da sociedade chilena.

O movimento feminista irrompeu com força no movimento de mulheres contra a ditadura, que continuava sendo considerada uma contradição secundária. “Democracia no país e em casa” foi o lema que sintetizou nossas reivindicações e encontrou sentido em muitas mulheres que trabalhavam sem remuneração e reconhecimento no âmbito doméstico; em algumas que militavam em organizações de estrutura patriarcal; em outras que viviam uma realidade oculta no âmbito privado: a violência doméstica – para mencionar apenas uma (CONTRERAS, 2017, p. 224).

De acordo com Teresa Valdés (1987), as mulheres chilenas vivenciaram uma dupla ditadura: a dominação de gênero resultante da estrutura patriarcal e a dominação política imposta pela ditadura. Ao levarmos em consideração o modelo econômico e ideológico defendido pelo autoritarismo, a situação se agravou porque foram as mulheres o grupo mais afetado pelas medidas neoliberais e conservadoras de Augusto Pinochet. Dessa forma, a carestia dos alimentos e o desemprego gerados pela crise econômica de 1982 também eram pautas femininas. É digno de nota que as agentes de classes menos abastadas necessitavam sustentar as suas famílias e sofriam com o mercado de trabalho que impôs ao gênero feminino, salários baixos e condições precárias de sobrevivência.

A sociedade chilena da época estava inserida em uma tradição patriarcal, que vigorava em amplos setores da sociedade. O modelo de família defendido era funcional para o sistema capitalista vigente. A mulher era o indivíduo responsável pela reprodução cotidiana e generacional da força de trabalho e da socialização, aspecto muito criticado pelo slogan *Democracia en el país y en la casa*. Assim, as mulheres tiveram as suas experiências destinadas ao espaço privado enquanto os homens ocuparam o público e foram encarregados de desenvolver tarefas consideradas produtivas para a nação chilena.

A dominação materializada nas ações do Estado se conectou com a dominação de gênero existente nas relações pessoais. Os salários precários impostos às mulheres e a desvalorização das atividades de reprodução social, assim como a sua não remuneração também foram concebidos como formas de dominação de gênero (KIRKWOOD, 1982; SEPÚLVEDA, 2013; VALDÉS, 1987).

A teoria de reprodução social muito discutida por feministas marxistas se relaciona diretamente com as denúncias elaboradas pelas feministas chilenas. A teoria defende que o capitalismo em conjunto com toda a sua estrutura de exploração, fomenta o sexismo, acentuando a subordinação das mulheres. A separação da produção de pessoas da obtenção do lucro imposta pelo sistema, outorgou ao gênero feminino um trabalho não remunerado. Sem o trabalho de reprodução social desenvolvido por mulheres, sobretudo negras, indígenas e periféricas, não existe vida e força de trabalho. Assim, a organização da reprodução social tem a opressão de gênero como uma de suas bases e se beneficia da dicotomia público-privado para gerar lucros (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, org. 2019, pp.37-38).

O trabalho doméstico, afetivo, de cuidados, estipulado como gratuito e obrigatório, é a chave da produtividade do salário, sua parte oculta, sua dobra secreta. Por que oculta e secreta? Porque é próprio do capitalismo explorar esse trabalho através de sua divisão sexual, o que permite hierarquizar a relação entre sexos (ainda mais em relação aos corpos feminizados e subordinar o trabalho grátis, enquanto ele é desvalorizado politicamente (GAGO, 2020, p. 41).

Dora Barrancos (2008) argumentou em *Maestras, librepensadoras y feministas en la Argentina (1900-1912)* que a historiografia demorou a reconhecer a participação feminina em esferas que não abrangem a vida doméstica. Afinal, nas décadas finais do século XIX ocorreu uma maior separação entre as esferas pública e privada, sendo destinadas às mulheres as tarefas reprodutivas da vida humana. Para a autora, esta divisão e a reformulação dos códigos civis latino-americanos que expressaram a institucionalidade republicana contribuíram para que as mulheres fossem privadas de seus direitos.

2.5. *Círculo de Estudios de la Mujer*

Em 1979, foi criado no Chile o *Círculo de Estudios de la Mujer*, associado à *Academia de Humanismo Cristiano*. A última, foi fundada pela Igreja Católica durante a ditadura militar com o objetivo de subsidiar estudos acadêmicos censurados pelos militares e relacionados às ciências sociais. A maioria do *Círculo* era composto por mulheres acadêmicas que tiveram seus trabalhos perseguidos pelos órgãos de censura. Um de seus objetivos era produzir a escrita da História das Mulheres do Chile e promover encontros de conscientização feminina (MARQUES, 2011). Na teoria, a *Academia de Humanismo Cristiano* era responsável por um pluralismo epistêmico que englobava diversos sujeitos históricos. Não é coincidência o fato de que ações entre as duas instituições aqui mencionadas foram articuladas ao longo de suas atuações. Ao descrever as relações entre feminismos e a Igreja Católica em Brasil e Chile com o auxílio da História Oral, Gabriela Marques (2011) ressaltou algumas dessas atividades em comum:

Podemos destacar também um encontro de mulheres convocado pela Pastoral Obrera (operária) do Chile, que contou com a participação de mulheres do *Círculo de Estudios de la Mujer* para discutir o tema “mulher e trabalho” sob uma ótica feminista. Outra militante chilena, Lorena Fries, narra que realizava trabalhos sobre violência contra a mulher e outras oficinas de conscientização com mulheres da periferia com o apoio das pastorais ligadas e mantidas pela Igreja chilena (MARQUES, 2011, pp. 80-81).

De acordo com Woitowiczp e Pedro (2009), a segunda onda dos feminismos chilenos não explorou com ênfase questões como a reprodutividade e a sexualidade. Muito por causa do conservadorismo predominante na sociedade do Chile, a influência da Igreja Católica e o fato dos movimentos manterem forte ligação com instituições de esquerda. Algo que observamos em *Mensaje*, pois os temas anteriormente citados foram pouco abordados nos exemplares da revista. O que não significa que todos os feminismos chilenos deixaram de incorporar estas temáticas. O *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena*, por exemplo, apoiou o controle da natalidade como ferramenta de saúde pública e a distribuição de anticoncepcionais para as camadas mais pobres da população (MARQUES, 2011, p. 88).

Pode-se dizer, diante destes discursos produzidos pelo movimento feminista no Chile, que o principal inimigo a ser combatido, durante e após a ditadura militar, foi o conservadorismo da sociedade, que - em

sintonia com a ação da Igreja Católica - pregava uma determinada concepção de família em que não havia espaço para questões como divórcio, aborto, liberdade sexual e direito ao corpo (WOITOWICZP; PEDRO, 2009, p. 54).

De acordo com Marques (2011), as mulheres da *Academia de Humanismo Cristiano* não tinham o apoio da Igreja para discutir assuntos como o aborto, o divórcio, a pílula e a sexualidade feminina e quando ousaram questioná-los, a ruptura entre as duas instâncias foi inevitável. A edição número 10 de 1982 do jornal publicado pelo *Círculo*, o *Boletín*, trouxe os temas do divórcio e do aborto para debate, o que foi decisivo para que as componentes da organização fossem consideradas subversivas e contra a família cristã. Segundo María Antonieta Saa, militante chilena, tal questão implicava “(...) em tempos de ditadura, muita orfandade porque ficávamos sozinhas, desprotegidas do guarda-chuva da Igreja, era realmente uma questão de sermos lançadas aos leões da ditadura”¹⁶.

O *Círculo de Estudios de la Mujer* foi extinto em 1983, quando Raúl Henríquez não fazia mais parte do comitê da *Academia de Humanismo Cristiano* (MARQUES, 2011). Ressaltamos que o boletim *Nos/Otras*¹⁷, em sua edição 1 de 1984, publicou um texto em que criticava a expulsão do *Círculo* e a concepção de humanismo cristão conservadora exercida pela *Academia*. Além disso, dizia que muitas mulheres da instituição compartilhavam de princípios cristãos diferentes dos da direção que de forma autoritária optou pela punição de suas integrantes.

¹⁶ Trecho de entrevista para o documentário *Calles Caminadas*, transcrito no artigo 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto (LARGO, 2019), p. 106.

¹⁷ A edição do boletim se encontra digitalizada no site do Arquivo Nacional do Chile. Disponível em https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-93709.html?_noredirect=1. Acesso em 06 de abril de 2022, às 20:34.



Imagem 3: Boletim *Nos/Otras*
 Fonte: Arquivo Nacional do Chile

en el mundo moderno" y "El verdadero humanismo", inspirados en la preocupación por defender la dignidad y los derechos de la persona contra cualquier tipo de autoritarismo —ya sea de instituciones sociales como del Estado— y llenos de auténtico espíritu democrático (entendido no sólo como el triunfo de la voluntad de la mayoría, sino también como el respeto y la defensa de los derechos de las minorías), me plantearon otras interrogantes.

¿Cuáles son, entonces, las bases y las referencias al Humanismo Cristiano que se supone inspiran los criterios de los miembros del Directorio de la Academia? La hegemonía de los valores cristianos se realiza a través de la persuasión y del amor, de la comprensión y del perdón. Un humanista cristiano que tiene miedo de la realidad, que no sabe cómo enfrentarla, que no quiere buscar la "verdad" en una realidad en constante cambio, ha perdido la fuerza y la capacidad de difundir la fe con la única arma que le corresponde: el respeto por los que disienten, el amor y la comprensión.

No es aceptable que sólo un grupo monopolice y se sienta intérprete del Humanismo Cristiano. Este no es un "corpus doctrinae" sino un proceso creativo dinámico que se construye cada día con las contradicciones que nos toca vivir, aceptando las diversidades cómo cada uno vive su cristianismo; con tolerancia.

Estas reflexiones, no obstante lo amargo, el dolor y un poco de rabia que las colorean, están escritas también con mucho amor hacia quienes piensan que las mujeres del Círculo nada tienen que ver con el Humanismo Cristiano.

Julia Chetry

A tí, mi amiga.

*Tengo de que el silencio perdure,
de que la palabra se vaya,
de sentir que no te he sentido.*

*Tengo soledad de encontrarte,
de sentirte lejana,
de amarte como hermana.*

*Tengo voraces sueños juntas
que se pierden en una noche
sin ser transmitidos.*

*Tengo una culebra en el estómago
que ansiosa chilla entre líquidos
por salir entre mis piernas
y poder vernos en una mañana.*

*Tengo ansias de partir,
angustia de dejarte
pero lo más fuerte que tengo
es un gran deseo de encontrarte
de no perderte
de saberte cerca.*

Francisca Luco A.
4º Medio — 1983

Imagem 4: Boletim *Nos/Otras*
Fonte: Arquivo Nacional do Chile

O artigo foi assinado por Julia Chetry, mas nós não encontramos muitas informações sobre este nome, o que nos leva a pensar que pode ser um pseudônimo utilizado como forma de proteção contra a ditadura, a Igreja Católica e a sociedade chilena que condenava as pautas feministas. Apesar do descontentamento, a autora reforçou os seus ideais cristãos e os de suas companheiras, o que pode ter sido um instrumento de

defesa contra as acusações levantadas pelos católicos, mas também de reafirmação de sua fé. Vale lembrar que muitas feministas da época eram católicas e que a primeira atividade do *Círculo* ocorreu dentro de uma igreja.

Rosalba Todaro em sua entrevista narra que a primeira atividade das feministas ligadas ao *Círculo* foi dentro da Igreja São Francisco Xavier, encontro no qual compareceram em torno de 800 mulheres e que foi possível graças à colaboração de pessoas ligadas e do grupo oficial da igreja na região. Já na entrevista de Eliana Largo, (idem) que também fez parte do *Círculo de Estudios de la Mujer*, onde realizou, entre outras coisas, oficinas de teatro, vemos mais um trabalho que contou com o apoio e participação de parte da Igreja (MARQUES, 2011, p. 7).

Apesar do rompimento entre a *Academia de Humanismo Cristiano* e o *Círculo de Estudios de la Mujer*, as feministas chilenas continuaram atuando em *Mensaje*. Os debates intelectuais por elas desenvolvidos englobaram temáticas como a participação feminina em partidos políticos, a criação de centros de conscientização feminina e o processo de redemocratização, porém assuntos como o aborto, o divórcio e a reprodução sexual foram pouquíssimos abordados. Estamos falando de um feminismo tutelado pela Igreja Católica? A revista se colocou como um impresso democrático, mas até qual ponto essa democracia se estendia às pautas levantadas por mulheres? *Mensaje* tinha como um dos propósitos desenvolver “novas formas de ser Igreja”. Será que essa estrutura a ser construída pelos cristãos estaria disposta a incorporar os debates feministas?

2.6. Não há democracia sem feminismo: institucionalidade e neoliberalismo nas produções feministas em *Mensaje*

“Não há democracia sem feminismo” é uma frase atribuída a Julieta Kirkwood que foi muito difundida entre os movimentos feministas chilenos que lutaram contra a ditadura militar. Como já mencionado, a instauração do autoritarismo corroborou para a eclosão de múltiplas organizações de mulheres que salientaram as intersecções entre feminismo e democracia, assim como entre os espaços público e privado.

Ao longo deste tópico, buscaremos evidenciar o quanto a institucionalidade política e as eleições livres consistiram em pautas de destaque nas produções feministas materializadas em *Mensaje*. Também vamos ressaltar o quanto as demandas femininas daquele contexto perpassaram as tarefas de reprodução social que delegaram ao gênero feminino as atividades de manutenção da vida. É digno de destaque que todos estes

aspectos contribuíram para o debate sobre a articulação entre os espaços público e privado na sociedade chilena e acompanharam a conjuntura política nacional.

A institucionalidade do feminismo manifestado na fonte acompanhou as conversas sobre a participação feminina na política e a democratização da educação para as mulheres. Estas ganharam destaque maior, à medida que o processo de redemocratização se aproximava. A preocupação com a inserção feminina neste movimento se mostrou cada vez mais presente, o *MIEL: Mujeres Integradas por las Elecciones Libres*, por exemplo, foi criado em 1987, paralelamente às discussões em *Mensaje* sobre a construção de ações afirmativas para mulheres em cargos políticos e a necessidade de prepará-las para a atuação nestes espaços de poder.

Em *MIEL: un aporte alegre a la democracia* (1987) de Sol Serrano, foi defendido que a questão eleitoral era fundamental para as mulheres chilenas. A autora disse que a ideia de construção da instituição surgiu a partir de um grupo de mulheres de *San Antonio* que pensaram que a democracia era como *miel* (mel em espanhol) e que o produto nascia da organização de abelhas que constituíam colmeias. O MIEL foi formado em bairros e sua primeira ação foi vender *empanadas* para financiar a sua licença, se inscrever nos registros eleitorais e lutar por eleições livres. Posteriormente, o movimento se expandiu a nível nacional com o objetivo de abranger uma quantidade maior de mulheres que reivindicavam por democracia.

No dia 23 de setembro de 1987, a organização convocou todas as mulheres chilenas para buscar a conquista de direitos de cidadania, reformar a Constituição de 1980 e celebrar as eleições livres, abertas e competitivas como o primeiro passo rumo à reestruturação da democracia no Chile. O MIEL tinha um caráter de unificação, pois tentou se aproximar de mulheres pertencentes a partidos políticos e movimentos sociais, mas também de sujeitas não organizadas e que queriam viver em um país justo e igualitário para os seus filhos e todos os chilenos.

El llamado de MIEL ha sido ampliamente acogido. Ya no sólo son muchas las mujeres que llevan el distintivo de una abeja, que junto a una flor lleva un voto a la urna con la bandera chilena, sino que en los barrios se han organizado las colmenas, y a partir de finales de octubre comenzarán las actividades en las comunas - reparto de cartillas casa por casa, teatro callejero, pic-nics con los niños, cantos, bailes y volantes - que culminan en la inscripción en los registros electorales. El llamado ha sido escuchado, el número de mujeres inscritas ha aumentado claramente el último mes (SERRANO, 1987, *Mensaje*, nº 364, nov., p.508).

É interessante como o movimento se organizou em bairros de maneira ampla e usou de aspectos como esperança e alegria para alcançar diversos grupos de mulheres. O contexto chileno da época era de fortes mobilizações e conciliação de interesses em prol do processo de abertura democrática, provavelmente estas sujeitas usaram termos como “alegria” e “esperança” como forma de convocar outras mulheres a construir um futuro que, de acordo com o documento, seria caracterizado por justiça social à toda a sociedade chilena. O tom otimista existente no chamado do MIEL e a metáfora das abelhas trabalhando nas colmeias reforçou o caráter de construção coletiva e possivelmente contribuiu para que o público, em contato com o material, se sentisse agente histórico capaz de promover transformações políticas em conjunto.

Outro órgão citado nas produções feministas em *Mensaje* foi o *RIDEM: Rede de Información de los Derechos de la Mujer*. A rede era composta por uma equipe multidisciplinar de mulheres que buscavam intercambiar informações sobre temáticas como legislação, saúde, vivência e educação. Pois, muitas feministas entendiam que havia uma relação entre a falta de informação e a servidão feminina. A demanda por democratização do conhecimento possibilitou que os movimentos feministas tivessem contato maior com as mulheres da classe trabalhadora e incorporassem problemáticas diversas em suas análises que pautaram a formulação de políticas públicas, capacitação para as mulheres e assistência psicológica.

As organizações feministas que surgiram em resposta às medidas autoritárias adotadas pelo aparato militar *Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH), *Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Comité de Defensa de los Derechos de la Mujer* (CODEM), *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independientes* (MMI), *Mujeres por el Socialismo*, *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO), *Coordinador Político de Mujeres de Oposición e Agrupación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* (WOITOWICZP, PEDRO; 2009; p. 50), apresentavam, muitas vezes, relações com partidos de esquerda, o que outorgava às suas componentes a carga de dupla militância.

Tal como ocurrió con MUDECHI, la doble militancia constituyó un problema pues los partidos trataban de guiar o utilizar las actuaciones de la agrupación e impedían que las mujeres adoptaran posiciones críticas frente a algunas realidades femeninas que no estaban problematizadas al interior de los conglomerados políticos (SEPÚLVEDA, 2013, p. 109).

Vale destacar que a própria esquerda concebia o feminismo como subalterno e alegava que a igualdade entre os gêneros desviava a atenção da revolução comunista, principal pauta a ser posta em execução. Segundo Brito e Vasquez (2007), acreditava-se que com o socialismo em vigor todos os indivíduos poderiam usufruir de seus direitos de forma plena e igualitária. Tal posicionamento foi debatido dentro das organizações feministas e conseqüentemente denunciado em artigos de *Mensaje*. Às mulheres componentes de instituições de esquerda eram destinadas tarefas domésticas, um reflexo do que a sociedade como um todo esperava do sujeito mulher. Em *Acerca del lugar de las mujeres en política ¿Una mujer presidente?*, Josefina Rosseti (1988)¹⁸ salientou que as mulheres correspondiam à metade da população eleitoral do Chile e mesmo assim não participavam, de forma destacada, das análises políticas do país. Ao refletir sobre a pouca expressão de lideranças femininas nos cargos públicos destacou “¿Participar en política para servir el café?”¹⁹. Uma crítica à hierarquia de gênero presente dentro dos partidos.

Como esperado, também se observam na fonte debates sobre a vocação política das mulheres e as formas como deveriam se organizar institucionalmente. *Concentarse para tener una voz en política nacional* também de Josefina Rossetti (1989) e *Sobre la vocación política de las mujeres* de Mariana Aylwin (1990), ilustraram bem a situação ao reconhecerem que a categoria “mulher” era abrangente e seria preciso pensar qual a sua institucionalização no governo democrático e a integração das mulheres chilenas na vida política, respectivamente.

Ressaltamos que entre as ditaduras do Cone Sul, a chilena foi uma das que mais se projetou com toda a sua força programática no momento pós-ditatorial. Por mais que Augusto Pinochet tenha sido derrotado no plebiscito de 1988, a democracia chilena ainda é fortemente assombrada pela manutenção do projeto do Estado ditatorial que privatiza a água, a aposentadoria, a educação e a saúde do povo chileno. O processo de abertura democrática, fomentou a refundação capitalista neoliberal e limitou a participação popular por meio do sistema eleitoral que é criticado pela população na atualidade. A centralidade do projeto imposto pela ditadura garantiu instrumentos para que ele fosse mantido mesmo após a derrota do seu líder personalista, Augusto Pinochet, e continuasse sendo reproduzido institucionalmente (LINCÓN, 2021; VALDIVIA, 2015).

¹⁸ Josefina Rossetti é a exilada chilena que mais teve textos publicados em *Mensaje*. Os seus conteúdos serão melhor explorados no próximo capítulo deste trabalho.

¹⁹ ROSSETI, J. *Acerca del lugar de las mujeres en política: ¿Una mujer presidente?*, *Mensaje*, Santiago, nº 368, Maio, 1988, p. 145.

Os gremialistas e os neoliberais ficaram de acordo sobre impor uma economia de mercado, a qual regularia não apenas as atividades da área econômica, mas também as sociais e culturais, modificando a noção empresarial e benfeitora do Estado para abrir espaço para uma sociedade regulada pelo mercado e pelo individualismo. Os neoliberais conseguiram impor a noção de Estado Subsidiário, ou seja, aquele que poderia agir apenas quando o setor privado não quisesse ou não pudesse, atendendo às necessidades sociais básicas somente dos extremamente pobres, aqueles que não conseguissem supri-las sozinhos (VALDIVIA, 2015).

Nelly Richard (2001), identificou as problemáticas dos discursos feministas chilenos que marcaram o período de transição democrática, iniciado depois do plebiscito de 1988 e sinalizador do processo de abertura para a democracia. Os governos da *Concertación de Partidos por la Democracia*, coalizão de partidos que se uniram em prol de lançar uma única candidatura presidencial para as eleições de dezembro de 1989, deram continuidade às políticas neoliberais impostas pela ditadura de Augusto Pinochet que conciliaram repressão e modernização. Para a autora, a política de transição adotou o consenso como forma de neutralizar forças que anteriormente se encontravam em disputa.

Dessa forma, consenso, memória e mercado foram a fórmula instrumentalizadora desta “democracia da transição” que moldou discursos e silenciou violências cometidas pelos militares. As negociações geradas pela democracia moderada contribuíram para a fragmentação e dispersão dos movimentos de mulheres que se radicalizaram nos anos de autoritarismo. Afinal, os mecanismos de transição fizeram muitas delas abandonarem a dinâmica de atuação em movimentos sociais impulsionadas pela promessa de exercer funções estatais que lhes possibilitasse disseminar a consciência de gênero em redes institucionais. A ideia era promover uma maior atuação do gênero feminino em cargos de representação pública da sociedade.

No Chile, os anos 80 são considerados como o momento do surgimento de grupos importantes, mas ainda temerosos da ditadura de Pinochet. De acordo com Nelly Richard (2001), um feminismo dividido entre o autônomo e o socialista. Argumenta ela que a “transição” chilena significou fragmentação, uma dispersão dos movimentos sociais que exerceram grande força político-contestadora nos tempos da luta contra a ditadura (PEDRO, 2001, p.5).

Além disso, o *Servicio Nacional de la Mujer*, formado pelo governo da *Concertación*, proporcionou espaços para que feministas fossem coordenadoras de políticas públicas de igualdade sexual, o que tirou o foco das reivindicações de gênero pautadas pelos feminismos e as orientou conforme o binômio mulher-família abordado no registro predominante da Democracia Cristã. Como consequência, a lógica de reconciliação obrigou os movimentos feministas a adotarem posturas menos radicais em seus atos e pronunciamentos. Inclusive, sobre assuntos como aborto, divórcio e sexualidade “(...) para que los antagonismos de posturas entre el feminismo y el discurso oficial sobre mujer y familia no desequilibraran el término medio (centrista) de lo políticamente consensuado.”²⁰

Portanto, o feminismo militante que buscava reorganizar e desconstruir simbologias do poder perdeu força de mobilização política e institucionalizou a sua prática em ONG’s e departamentos de Estudos da Mulher e de Gênero. Destacamos que as questões apontadas por Nelly Richard (2001), estão materializadas nas produções feministas em *Mensaje*. Nota-se que os discursos produzidos pelas sujeitas atuantes no impresso apresentam silêncios que correspondem às estratégias por elas adotadas para exercer a consciência de gênero em espaços autorizados pelo Estado. O que ressalta a complexidade da análise do material e da intencionalidade de cada autora que expôs as suas ideias nos textos publicados na revista.

Em meio a este contexto, as sujeitas que participaram do impresso também adotaram um caráter de conciliação e união entre os próprios movimentos feministas. Reconhecer que a opressão se localizava em estruturas públicas e privadas, desconstruindo binarismos entre as duas instâncias, consistiu em discutir se o feminismo deveria seguir como movimento autônomo ou filiado a partidos políticos. Julieta Kirkwood, grande intelectual e militante socialista e feminista, defendia que não existiria feminismo, sem democracia. Patricia Verdugo (1986), em *Mujeres en movimiento*, destacou que não existiria sociedade democrática sem a democratização da condição de mulher e mostrou como dicotomias entre feminismo e política poderiam romper-se, fazendo com que políticas e feministas entrassem em acordos. Afinal, entre os propósitos do movimento não se encontrava a divisão entre os membros.

²⁰ C. RICHARD, Nelly. *La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001, p.230.

De acordo com Torres, assim como outros movimentos de mulheres na América Latina, “las chilenas organizadas buscan crear sus propios medios de expresión, formando parte de lo que se llamó la “corriente alternativa en comunicación”. Segundo a autora, as publicações das mulheres oscilam entre dois pólos: os temas políticos e os feministas: “las mujeres de las organizaciones editoras de estos boletines o revistas son confrontadas al autoritarismo político y al autoritarismo de la sociedad chilena, dos elementos cotidianos bajo el régimen militar (WOITOWICZP; PEDRO, 2009, p. 50).

A reivindicação da unidade entre as mulheres também esteve presente no texto *Demandas de las mujeres a la democracia* de Alicia Frohmann, publicado na seção *Hechos y Comentarios* em agosto de 1988. O artigo, mencionou que 22 coletivos e organizações feministas apresentaram em julho daquele ano uma proposta que prezou a união entre todas as mulheres chilenas. Além disso, enfatizou que estas sujeitas deveriam manifestar quais eram as suas demandas frente a democracia e a necessidade de incorporá-las no projeto político aspirado pela maioria da população.



Imagem 5: Primeira página do texto *Demandas de las mujeres a la democracia*
Fonte: Revista *Mensaje*

Alicia Frohmann (1988), é especialista em política comercial e têm experiências com consultorias e promoções de exportações. Já integrou a CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) e prestou assessoria para diversos governos latino-americanos²¹. Entre as suas produções teóricas temos *Democracy in the country and in the home. The Women's Movement in Chile* publicado junto com a intelectual Teresa Valdés em parceria com a FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais)²². Da mesma forma que outras feministas atuantes em *Mensaje*, defendeu que não existiria democracia sem a participação feminina em todos os âmbitos políticos e para sustentar a sua ideia utilizou de mobilizações e marcos históricos protagonizados por mulheres. A autora salientou que a proposta feminista das instituições que se reuniram fez uso de documentos marcantes dos movimentos de mulheres no Chile como a plataforma do MEMCH'83 e o ofício apresentado na *Asamblea de la Civilidad* em 1986. Observamos no artigo, o resgate histórico do passado das mulheres chilenas para articulação no presente e construção de um futuro emancipador e feminista.

O texto de Frohmann (1988) também se relaciona com a institucionalidade dos movimentos feministas chilenos. O processo de abertura democrática corroborou para que as feministas se organizassem em prol de mudanças do legislativo, inclusive a reforma da Constituição de 1980 e a composição de cotas para mulheres em cargos de poder. Fato que fomentou mecanismos para que os movimentos feministas se distanciassem das pautas revolucionárias defendidas pelas esquerdas comunistas e socialistas da década de 1970 e até mesmo das teorias feministas elaboradas por Julieta Kirkwood. Como já salientado, determinados movimentos focaram na institucionalidade e se afastaram das articulações populares, se aproximando da esquerda institucional e conciliadora.

Las mujeres son más del 50 por ciento de la población del país, pero están virtualmente ausentes de los cargos de representación social, política y gremial. Para eliminar esta discriminación y dar una igualdad de oportunidades a quienes constituyen más de la mitad de la ciudadanía, las feministas proponen, como un primer paso, “que el 30

²¹ Simpósio de Comércio e Desenvolvimento Sustentável. Alicia Frohmann. Disponível em <https://tsds2017.sched.com/speaker/aliciafrohmann>. Acesso em 02 de março de 2023.

²² *Democracy in the country and in the home: the women's movement in Chile*. Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-67283.html>. Acesso em 02 de março de 2023.

por ciento de los cargos de responsabilidad gubernamental sean ejercidos por mujeres” y que se asegure que el 50 por ciento de las candidaturas a cargos representativos sea cubierto por mujeres (FROHMANN, 1988, *Mensaje*, nº371, ago., p. 342).

Porém, a própria Alicia Frohmann (1988) ressaltou que as transformações institucionais eram apenas uma das medidas necessárias para superar a condição de subordinação imposta ao gênero feminino. Educar a sociedade consistia em outra ação essencial para o fim da desigualdade entre os gêneros. Esta educação também deveria contemplar os meios de comunicação que, em diversos momentos, difundiram uma imagem da mulher enraizada em costumes, tradições e objetificações sexuais. Outra demanda destacada pela autora foi o reconhecimento das mulheres enquanto pessoas e cidadãs, o que pedia a reforma da legislação civil, penal e trabalhista no que tange aos aspectos que as marginalizavam.

Observa-se no texto uma crítica ao fato de que a sociedade chilena, em grande medida, negligenciava o papel feminino para além de suas funções enquanto mães, esposas e donas de casa. As reformas apontadas deveriam superar este modelo de mulher historicamente fomentado por escrituras eclesiásticas, partidos políticos, discursos da ditadura e outros espaços chilenos. Elas deveriam garantir que a educação das crianças, por exemplo, não fosse responsabilidade apenas das mulheres, mas de todo o coletivo.

Alicia Frohmann (1988), não citou diretamente a descriminalização do aborto e a pílula anticoncepcional, mas enfatizou que a proposta feminista exigiu respeito pela escolha das mulheres de serem mães ou não e a liberdade de decidir o número de filhos que desejavam ter, o intervalo entre os seus nascimentos e o acesso à informação, educação e meios que permitiriam o cumprimento deste direito.

Provavelmente, a autora não usou os termos sinalizados devido às polêmicas que os seus usos poderiam acarretar ao serem publicados em uma revista católica que ainda perpetuava estereótipos de gênero em suas páginas. No entanto, as palavras escolhidas para a elaboração e defesa de suas ideias também podem indicar que Alicia Frohmann (1988) escolheu adotar um discurso moderado devido ao cenário de negociações com os setores políticos, econômicos e sociais que compunham a *Concertación* e representavam a transição consensual. Quem podia ou não falar no seguinte contexto? Quais são os silenciamentos por trás do texto da autora? Como confrontar o discurso oficial do Estado sem ser punida?

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2021, p. 30-31).

Mesmo com todos os silêncios decorrentes das estruturas de poder, a importância de valorização das mulheres enquanto trabalhadoras foi outro ponto levantado pelo documento construído pelos coletivos e organizações feministas. Esta valorização não contemplou apenas o plano social, mas também o econômico. Esta lógica reconheceu que o trabalho doméstico deveria ser remunerado e o entendeu enquanto atividade essencial para a reprodução da vida e força de trabalho existente na sociedade chilena.

Con este fin, se propone que el trabajo doméstico sea compartido por hombres y mujeres; que se asegure una previsión para la dueña de casa; que se garantice el derecho de las mujeres a un trabajo remunerado y elimine todo tipo de discriminación en cuanto a sueldo y salario y acceso a cargos de responsabilidades y directivos (FROHMANN, 1988, Mensaje, nº 371, jul., p. 342).

Os debates sobre os salários destinados às mulheres são uma das características da economia feminista emancipatória. É uma necessidade do sistema capitalista usufruir do trabalho não remunerado das mulheres e ordenar o salário como ferramenta de manutenção da divisão entre o público e o privado e hierarquização entre os gêneros (GAGO, 2020). Mesmo com a demanda explícita por remuneração do trabalho doméstico, o texto não desenvolveu uma crítica direta ao capitalismo explorador orquestrado pela ditadura. O que evidencia o tom moderado existente entre as atuantes de *Mensaje* e solidifica a ideia de que o golpe de 11 de setembro de 1973 não foi apenas um plano de destruição da Unidade Popular, mas também um projeto de desarticulação dos partidos políticos, implementação da modernização socioeconômica e despolitização do povo chileno, o que inclui o enfraquecimento das mobilizações radicais advindas dos movimentos feministas (VALDIVIA, 2015).

No entanto, em 1986, a própria Alicia Frohmann escreveu para a seção *Libros de Mensaje* um texto chamado *El trabajo doméstico remunerado*. Nele, a autora desenvolveu uma resenha crítica do livro *Yo trabajo así ... en casa particular* de autoria

de Rosalba Todaro e Thelma Gálvez, publicado pelo *Centro de Estudios de la Mujer*²³. A obra conta a história de quatro trabalhadoras de casas particulares, Magdalena, Luz, Patrícia e Elcira.

Na resenha, Frohmann (1986), usou em diversos momentos o termo "trabalhadoras" ao se referir às condições de trabalho precarizadas das protagonistas do livro e a invisibilidade que este tipo de atividade recebia. Ela realizou uma crítica um pouco mais direta ao sistema capitalista ao dizer que as condições de trabalho atribuídas à estas sujeitas não eram um dado natural e sim, o resultado de uma estrutura sociocultural hierarquizada que sustentava a opressão da mulher e a dupla opressão sofrida pelas mulheres que trabalhavam com o serviço doméstico.

Uma comparação entre os dois textos publicados pela escritora nos permite induzir que houve uma transição entre o tom adotado em sua escrita de 1986 para 1988. Ao que tudo indica, a mudança de postura é decorrente da conjuntura política chilena que substituiu a denúncia explícita do capital pela conciliação entre amplos setores políticos, econômicos e sociais. É interessante que a resenha foi publicada em julho de 1986 na edição 350 da revista, cuja capa teve o título *Mujeres en movimiento*, provavelmente em referência ao texto de Patricia Verdugo que também esteve presente neste exemplar e recebeu o mesmo nome.

²³ O *Centro de Estudios de la Mujer* foi criado em abril de 1984 por um grupo de pesquisadoras das áreas das ciências sociais e econômicas que participaram do *Círculo de Estudios de la Mujer*. A instituição se dedica aos estudos sobre gênero e desenvolve formações, assessorias e investigações nas áreas de Trabalho e Emprego, Cidadania e Política e Políticas Públicas. Disponível em <https://cem.cl/nosotras/>.



Imagem 6: Capa da edição 350 de *Mensaje*, intitulada *Mujeres en movimiento*
Fonte: *Memoria Chilena*

O texto de Alicia Frohmann (1988) pode ser analisado como uma continuação de *Mujeres en política* de Gisselle Munizaga, uma das fundadoras do CENECA, um dos mais importantes centros de estudos da cultura e da sociedade chilenas²⁴ e uma das autoras da obra *Mundo de mujer: continuidad y cambio* lançada em 1988 pelo *Centro de Estudios de la Mujer*²⁵. O seu escrito publicado em 1987 na seção *Hechos y Comentarios* de *Mensaje*, abordou a fragilidade da opinião política feminina no que diz respeito à

²⁴ Cooperación Española. Cultura/ Santiago de Chile. *Conversación de Gisselle Munizaga*. Disponível em <https://ccesantiago.cl/evento/conversacion-de-gisselle-munizaga/>. Acesso em 01 de março de 2023.

²⁵ Centro de Estudios de la Mujer. *Mundo de Mujer: continuidad y cambio*. Disponível em <https://cem.cl/mundo-de-mujer-continuidad-y-cambio-centro-de-estudios-de-la-mujer-cem-1988/>. Acesso em 01 de março de 2023.

campanha pelas eleições livres. Evidenciou a existência de mulheres despolitizadas que acreditavam que o “fazer político” era restrito ao gênero masculino e de mulheres que entendiam que o “fazer político” deveria ser assumido, conquistado e compartilhado com os homens. Estas agentes não podiam se mobilizar com autonomia suficiente devido ao fato de não possuírem um discurso “adequado”. Logo, eram privadas de certas palavras e recursos teóricos que compunham o campo político.

A autora reforçou o caráter individual e coletivo da luta pelas eleições democráticas e o combate ao autoritarismo. Além disso, questionou qual seria o papel das mulheres frente a este processo de convocação das massas. Para desenvolver o seu argumento, salientou que a conquista do voto feminino no Chile se deu somente em 1949 e que o para a presidência ocorreu apenas em 1952. Acrescentou que em períodos anteriores, as mulheres chilenas não tiveram acesso a cidadania plena e eram concebidas como politicamente incapazes; condições que foram naturalmente aceitas por muitas delas.

Também respaldou que o gênero feminino tinha usufruído de sua cidadania nas urnas e que o fato da abstenção eleitoral das mulheres ser menor que a dos homens comprovou a informação. Segundo a autora, a experiência mostrou que as motivações políticas das mulheres não perpassavam os espaços de negociações de poder que constituíam a prática política formalizada e profissional. E sim, questões que permeavam aspectos da reprodução do social:

Ellas actúan masivamente en el espacio político cuando conciben que es necesario asegurar, defender o promover cuestiones que aparecen fundamentales para un modo de producción de lo social (no necesariamente del conservación) que es congruente con el despliegue de una identidad centrada en lo material-familiar. La mujer está dispuesta a moverse por la defensa de la vida, la paz, el orden, la autoridad. Esta postura no debe ser pensada como una postura necesariamente conservadora o retrógrada. Puede ser muy revolucionaria. Las mujeres buscan la traducción práctica e histórica de ciertos valores para ellas naturalizados e inmutables, en la vida diaria. Los defienden no en abstracto sino que historicados y aceptando su concreción dinámica (MUNIZAGA, 1987, *Mensaje*, nº 360, jul., pp. 276-277).

A “mulher” era uma das bases de sustentação da estrutura social chilena, reprodutora da força de trabalho e foi diretamente afetada pela crise econômica que gerou baixos salários e carestia de itens básicos de consumo. Logo, estas questões eram caras

para elas, principalmente para as não-brancas e pobres. Somada à crise econômica, havia o grande número de desaparecidos e perseguidos pela repressão do Estado, o que mobilizou até mesmo mulheres que nunca se organizaram politicamente antes, a protestarem em nome da sua família (VALDÉS, 1987). No entanto, as questões econômicas não foram criticadas de forma profunda nos textos investigados neste trabalho. Os discursos aqui presentes adotaram um caráter de conciliação com o neoliberalismo e a institucionalidade conforme o processo democrático ganhou corpo. O que não significa que as feministas atuantes em *Mensaje* desconheciam as realidades das sujeitas que mais sofreram com os impactos econômicos do governo de Pinochet, mas que optaram por seguir um caminho de negociações e concessões que interferiu diretamente em seus discursos e práticas, se distanciando de teorias socialistas que em momentos anteriores receberam mais espaço em suas trajetórias.

2.7. Escrita da História das Mulheres no Chile

Em seu artigo “A escrita tem sexo?”, Nelly Richard (2002), analisou o Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-Americana que ocorreu em Santiago, capital chilena, em 1987. O evento, organizado por escritoras e críticas literárias nascidas no Chile, consistiu no acontecimento literário mais importante realizado perante a ditadura militar. As suas participantes discutiram sobre termos como “mulher”, “escrita” e “poder” e se empenharam em resgatar e elaborar palavras que lhes foram negadas pelo autoritarismo e pela estrutura patriarcal. Para a autora, desconstruir o feminino no texto e sua identidade essencial é um exercício necessário para a teoria literária feminista. Assim, seria importante incorporar a escrita como produtividade textual e a identidade como um jogo de representações.

As observações concretizadas pela intelectual podem nos ajudar a refletir sobre a escrita da História das Mulheres do Chile pretendida pelas feministas em *Mensaje*. Da mesma forma que as escritoras e críticas literárias, elas também encontraram na linguagem instrumento de subversão e questionamento da dupla opressão sofrida pelas mulheres chilenas. Ao inquirir as disputas existentes em espaços de poder como a história e a política, estas sujeitas mostraram que o neutro é o universal-masculino. Portanto, dizer que a linguagem e a escrita não possuem distinções no que tange ao masculino e feminino consiste em homogeneizar a cultura masculina dominante. Implica em assumir que o que

tomamos como neutro, na verdade, é o masculino sendo concebido como universal (RICHARD, 2002).

Frente a essas armadilhas, a crítica literária feminista considerou que seus principais objetivos deviam consistir, primeiro, em evidenciar o abuso de autoridade, que obriga as escritoras mulheres a se deixarem reger por catalogações masculinas e, depois, em estimular modelos afirmativos e valorativos do “ser mulher”, como experiência “própria” (diferencial) que remeta, por sua vez, à necessidade de criar um sistema de referências autonomamente feminino, que não obrigue as obras das mulheres a serem lidas através de um dispositivo alienante de interpretação oficial, que falseia suas características ou marginaliza suas singularidades (RICHARD, 2002, p.131).

As produções feministas expressas em *Mensaje* assumiram o compromisso de desenvolver e divulgar trabalhos teóricos escritos por e sobre mulheres, resgatando o passado dos movimentos feministas chilenos e inserindo-os na história; concebendo as sujeitas que dele participaram como agentes históricas e relacionando-os com as ações das organizações no presente. Assim como as escritoras e críticas literárias, elas se dedicaram a confeccionar e disseminar um sistema de referências feminino, rompendo com o sujeito universal masculino e escrevendo uma “nova história”.

“Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história” (SCOTT, 1985, p.4).

Um exemplo deste movimento de inserção das mulheres na história e disseminação de um sistema autônomo de referências femininas é o seguinte trecho escrito por Patricia Verdugo para a revista e publicado na seção *Sociedad* em julho de 1986:

El Centro de Estudios de la Mujer (CEM) y Pehuén Editores presentaron cuatro obras: *Oficios y Trabajos de las mujeres de Pomaire*, de Ximena Valdés y Paulina Matta; *Andar andando*, de Kirai de León; *Quinchamalí, reino de mujeres*, de Sonia Montecino; y *Yo trabajo así ... en casa particular*, de Thelma Gálvez y Rosalba Todaro, donde se recogen impactantes testimonios de cuatro empleadas domésticas (VERDUGO, 1986, *Mensaje*, nº 350, jul., p. 250).

Mujeres en movimiento, de Patricia Verdugo (1986), exemplifica perfeitamente a segunda fase dos movimentos feministas do Chile. Nota-se a preocupação da autora com a conciliação entre assuntos feministas e políticos, a análise de dados e a citação de nomes de intelectuais envolvidas em organizações e produções acadêmicas que abordam a condição feminina. *La otra mitad de Chile*, de Angélica Meza, por exemplo, citado pela autora, contou com as entrevistas de várias mulheres, incluindo Isabel Allende, Julieta Kirkwood e Ana Vásquez. A obra discutiu o autoritarismo patriarcal que imperava no Chile e oprimia homens e mulheres, ressaltando como a luta feminina era importante para todo um coletivo. As professoras, sociólogas, filósofas e demais intelectuais envolvidas nesta mobilização atuaram na escrita da *Histórias das Mulheres no Chile* através da leitura, discussão e divulgação de produções protagonizadas por si e outras mulheres.



Como já mencionado, o próprio *Círculo de Estudios de la Mujer* tinha como uma das finalidades escrever a História das Mulheres no Chile - começou com um pequeno grupo que se juntava para discutir a situação feminina e alcançou proporções maiores com o decorrer do tempo. Um segundo objetivo era fomentar a consciência de gênero das mulheres, possivelmente inspiradas nas teorias da francesa Simone de Beauvoir (SEPÚLVEDA, 2013). Nelly Richard (2002) também nos chama a atenção sobre a feminização da escrita com a qual estamos trabalhando. Para a autora, a crítica literária feminista se preocupou em enfatizar a dominação masculina característica da escrita para depois construir uma estrutura de referências autonomamente femininas. Identificar o diferencial entre os gêneros, contribuiu para a elaboração do "ser mulher" e o estímulo de modelos que afirmam a condição. Porém, assumir que certo conteúdo é "feminino" significa colocá-lo como referente a uma identidade-essência, o que torna a relação entre "as mulheres que escrevem" e o "escrever como mulher" algo não passível de transformação. O ato ignora as maneiras como identidade e representação se unem e separam no decorrer do texto.

Assim, é perigoso confeccionar um universo em contraposição ao dos homens, pois ele impede que o "feminino" tenha contato com diversas redes de cultura onde se inserem os signos "homem" e "mulher". Segundo Richard (2002), feminino e masculino são forças que se inter cruzam como "(...) partes de um sistema de identidade e poder, que as conjuga tensionadamente."²⁶ Logo, os deslocamentos do "eu" que atravessam a transversalidade textual ultrapassam a realidade biográfica-sexual que define o que é ser "homem" ou "mulher". O apontamento da intelectual é importante para apresentarmos um contraponto a escrita feminista materializada em *Mensaje* e salientarmos que ela também apresenta limitações, principalmente no que tange à essencialização do ser feminino, algo muito criticado pelas teorias feministas da atualidade.

2.8. Intelectuais feministas e suas contribuições

²⁶ C. RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 132.

Os escritos das intelectuais da *Academia de Humanismo Cristiano*, assim como os das produções feministas em *Mensaje*, moldaram-se conforme regimes discursivos que imperavam nas instâncias de poder nacionais e internacionais. Nos anos 1960 e 1970, os laços construídos por mulheres engajadas na luta por direitos humanos e participação no espaço público encontraram, na linguagem, instrumento de consolidação: “(...) lugar onde o conhecimento sobre nós mesmas se realiza e onde a subjetividade é construída”. Nesse caso, pensar a linguagem como espaço de construção da subjetividade revolucionária, implicou em propor discursos e ações políticas que desafiaram papéis de gênero culturalmente definidos no público e no privado. Tornar públicas inquietações feministas, consistiu em ato de resistência perante a estrutura ditatorial comandada por Pinochet e a cultura patriarcal que imperava na sociedade chilena. Dessa forma, exercer a intelectualidade em prol da elaboração de epistemologias feministas consistiu em instrumento de luta.

Já sinalizamos que os contextos históricos do início da década de 1980 foram expressivos para a incorporação de debates feministas em *Mensaje*. Todavia, é válido ressaltar que em períodos anteriores o impresso já havia assumido um compromisso com a intelectualidade do Chile e de outros países. A presença feminista em nossa fonte também pode ter se manifestado porque é inegável a importância que as instituições compostas por mulheres desempenharam frente à luta pela emancipação feminina e retorno à democracia, cabendo à revista inseri-lás em suas páginas. As entidades feministas criadas com a deflagração da ditadura militar, promoveram a organização de debates e ações coletivas que uniram teoria, prática cotidiana e, em determinados casos, catolicismo, um exercício defendido pela revista e seu fundador, Padre Hurtado.

Me parece que también se debe considerar el interés del Padre Hurtado por dar presencia a los intelectuales católicos. Sin ser él propiamente un intelectual, comprendía el valor de la inteligencia y quería ponerla al servicio de la Iglesia y del prójimo. No sé si siempre habría estado de acuerdo con algunos artículos y algunos nombres señaladamente políticos que han aparecido en sus páginas. Sin embargo, reitero, *Mensaje*, como revista buscadora de la verdad, de la justicia y del amor personal y universal, muy ligada a la Jerarquía Eclesiástica, prolonga a mi juicio el espíritu del Padre Hurtado (*Mensaje*, n. 303, 1981, p. 551).

Julietta Kirkwood e Teresa Váldez, duas das principais integrantes dos feminismos chilenos, estavam ligadas às sujeitas que atuaram em *Mensaje* e a produção cultural por

elas consumida. É muito provável que a revista corroborou para a divulgação dos trabalhos dessas mulheres e das associações às quais pertenciam. Kirkwood e Váldez tiveram contato com ideais do exterior, seja através das retornadas do exílio ou dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe e, ao que tudo indica, tal fato, refletiu no papel que desempenharam no conteúdo materializado em *Mensaje*. Para Verdugo (1986), Kirkwood era a liderança intelectual do Feminismo Chileno, ao destacar a obra mais famosa da socióloga, *Ser política no Chile: las feministas y los partidos* (1982), evidenciou uma fala da autora sobre a importância do livro para uma leitura feminista da história das mulheres engajadas na luta por emancipação.

“Más que una historia feminista exhaustiva, este texto es una lectura feminista de nuestra historia con mis ojos abriéndose a la idea. Es una historia para que la conversemos, la dudemos, la reflexionemos, le restituyamos vida (...) Creo que toda esta reflexión nos puede ser útil para los actos que emprendamos en la construcción de la nuestra historia, humanizada por la sola voluntad de desprenderse de las limitaciones que, las feministas hemos probado, constituyen un freno para la constitución de una sociedad verdaderamente democrática”, explica la autora Kirkwood en la contratapa de esta obra que la revive con fuerza en sus 235 páginas (VERDUGO, 1986, *Mensaje*, nº 350, jul., p. 250).

Ser política en Chile: las feministas y los partidos foi publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 1982 e reeditado em 1986, um ano após a morte de Julieta Kirkwood. É a primeira obra que compilou os escritos da autora e foi editado novamente na década de 1990 com o subtítulo *Los nudos de la sabiduría feminista*. O prólogo desses volumes é intitulado *Por qué este libro y el rollo personal*. Nele, a socióloga destacou o sexismo presente nas ciências, a força dos movimentos feministas de seu espaço-tempo e as relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Questões que foram mais aprofundadas nos seis capítulos que completaram o livro: *La formación de la conciencia feminista*, *La mujer en la política chilena*, *Encuentro con la historia*, *Triunfo, crisis y caída*, *Tiempos difíciles* e *Tiempo de Mujeres*.

É necessário compreender que a estudiosa era socialista e acreditava na relação entre teoria e prática cotidiana, assim como outras mulheres que participaram ativamente dos movimentos feministas e estabeleceram contatos com partidos políticos socialistas e comunistas. Na obra evidenciada, Kirkwood (1982) escreveu que a teorização por si só não seria capaz de eliminar a dominação imposta pelo sistema capitalista e que o processo geral de liberação social acarretaria em novas formas de dominação. Dessa forma, a ação concreta e a organização coletiva seriam essenciais para o enfrentamento das opressões.

A autora questionou a dificuldade das ciências sociais, no que diz respeito à inclusão em suas análises de um problema que era considerado privado - a condição da mulher, o fato de muitos movimentos populares não conseguirem pensar categorias como gênero e a insuficiência da resolução do conflito de classes, no que tange à eliminação de todos os problemas da sociedade chilena. Julieta Kirkwood também falou sobre a importância da articulação dos setores sociais emergentes que lutavam por transformação e emancipação política.

Além disso, apontou que existiam contradições entre os estudos universais da ciência e da cultura burguesa ocidental e as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres chilenas. Dessa forma, apontar as contradições entre universalidade e particularidade era necessário para o entendimento de histórias não escritas de mulheres e outros distintos setores e classes. Vale lembrar que Julieta elaborou um programa de docência feminista que levou em consideração as categorias de gênero e classe e a materialização da teoria na prática cotidiana. Para a sua concretização, seria imprescindível a formação da consciência feminista e a escrita da História das Mulheres no Chile. Sobre a primeira, a intelectual disse que existia um vasto tempo entre a denúncia, a tomada de consciência e a elaboração teórica-objetiva da condição de opressão (KIRKWOOD, 1982).

Em 1983, a intelectual auxiliou na formação do MEMCH83 (*Movimiento Pró Emancipación de la Mujer Chilena*) que propunha um resgate histórico do movimento de mesmo nome fundado em 1935. O MEMCH da década de 1930, conquistou o direito ao voto feminino em 1949 e foi lembrado pelas mulheres componentes de movimentos feministas que lutaram contra a ditadura militar. Romper com o silenciamento sobre as lutas femininas implicava em inserir essas organizações coletivas na História do Chile e conceber mulheres como agentes históricas. Julieta defendeu (1982) a recuperação da História das Mulheres em *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*.

La recuperación de la historia femenina no escrita, desde una perspectiva que asuma su virtual liberación, nos permitirá entender mejor el por qué y el cómo de su opresión y emprender la búsqueda de los significados y los mecanismos de autosustentación de dicha opresión (KIRKWOOD, 1986, p. 27).

Já a socióloga Teresa Valdés escreveu um texto para *Mensaje*, intitulado *Mujeres jóvenes, ¿vencidas por la vida?* em conjunto com Marisa Weinstein. O artigo foi publicado em outubro de 1990 na edição de número 393 da revista. Ao contrário da

maioria das produções investigadas nesta pesquisa, não esteve presente na seção *Hechos y Comentarios* ou *Sociedad* e sim em um espaço chamado *Sobre los jóvenes*. É digno de nota que o ano de publicação do material diz muito sobre o seu conteúdo. Teresa Valdés e Marisa Weinstein (1990) escreveram o texto quando Patricio Aylwin já havia tomado posse do cargo de presidente da República. Logo, a pauta do momento não eram as eleições e sim como o gênero feminino seria reconhecido na redemocratização.



Imagem 8: Primeira página do texto *Mujeres jóvenes, ¿vencidas por la vida?*
 Fonte: Revista *Mensaje*

O conteúdo do escrito, realizou uma crítica ao fato de que os papéis de gênero atribuem comportamentos distintos à homens e mulheres e que estes moldam opções pessoais que, na prática, não são neutras. Afinal, a cultura privilegia o modelo de mulher, mãe, esposa e dona de casa e desde a infância ensina as meninas a reproduzirem este

ideal. As autoras destacaram como estas atribuições de gênero se manifestam na educação básica, no ensino superior e no mercado de trabalho.

Além disso, discorreram sobre as realidades das jovens dos setores populares urbanos que, muitas vezes, precisam abandonar os estudos para ajudar em casa, seja financeiramente ou exercendo funções de reprodução social. É interessante acompanhar como os discursos feministas manifestados em *Mensaje* se transformaram ao longo dos anos e que o processo de abertura democrática interferiu diretamente em suas mudanças.

Teresa Valdés e Marisa Weinstein também são autoras do livro *Mujeres que sueñan: Las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989* que tinha como um de seus objetivos romper com o anonimato que envolvia as organizações de lutas de mulheres; ressaltando que as que moravam em bairros periféricos sofreram uma tripla opressão: a de gênero, a de classe e a ditatorial. A obra publicada em 1993 contou com o auxílio de documentos que recuperam dados e acontecimentos que transmitiram as memórias dessas mulheres historicamente silenciadas e foi dividida em duas partes *Antecedentes: las raíces y el escenario* e *Las organizaciones de pobladoras*.

Outro ponto destacável é que o título do texto remete à organização *Mujeres por la vida*, criada em 1983, que contou com a participação de mulheres que optaram por difundir a política da vida em resposta à política da morte imposta pela repressão. Unidade e pluralismo foram palavras chave para a ampliação da coordenação e convocação de núcleos de mulheres contra a ditadura. A instituição fomentou a importância do consenso político para aquele contexto e potencializou a imagem da “mulher” enquanto ator social político. No mesmo ano da publicação do artigo em *Mensaje* (1987), Teresa Valdés²⁷ lançou a obra *Las mujeres y la dictadura militar en Chile* com o apoio da FLACSO. Na terceira parte do trabalho - *Las mujeres hoy: afirmación y negación de la opresión* - escreveu sobre *Mujeres por la vida* e sua potência frente às organizações de mulheres contra o autoritarismo.

A jornalista e escritora Patricia Verdugo (1947-2008), já citada neste trabalho, foi uma das fundadoras da entidade em pauta. Além de *Mensaje*, teve atuação nas revistas chilenas *Ercilla*, *Hoy* e *Apsi*. Ao longo de sua carreira, exerceu funções altamente politizadas, denunciando a ditadura militar e se destacando na área de jornalismo

²⁷ Outras obras produzidas pela autora foram *Venid, benditas de mi padre: las pobladoras, sus rutinas y sus sueños* (1988), *El movimiento social de mujeres y la producción de conocimientos sobre la condición de la mujer* (1993) e *El movimiento populacional: la recomposición de las solidaridades sociales* (1986). Todas estão disponíveis no site *Memoria Chilena* <https://www.memoriachilena.cl/602/w3-propertyvalue-141651.html>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

investigativo, tornando-se referência sobre a temática. Publicou diversas obras, entre elas, *Detenidos desaparecidos: Una herida abierta* (1979) que fala sobre detidos e desaparecidos em contexto de repressão, *André de la Victoria* (1984) que engloba o assassinato do sacerdote André Jarlan, liderança em bairros periféricos, *Quemado Vivos* (1986) que conta como uma patrulha pinochetista ateou combustível em dois jovens militantes e os incendiou e *Bucarest 187* (1999) que narra o assassinato de seu próprio pai, Sergio Verdugo, pela DICAR (*Dirección de Inteligencia de Carabineros*)²⁸. A trajetória de Patricia Verdugo evidencia o quanto *Mensaje* incorporou em seu corpo editorial sujeitas cujas trajetórias articulam feminismo e luta contra a ditadura militar.



Imagem 9: Patricia Verdugo em manifestação do grupo *Mujeres por la Vida* em 1983
Fonte: Memoria Chilena e Biblioteca Nacional do Chile

Sublinhamos que *Mujeres por la vida* buscou resgatar o valor da vida, salientando que as mulheres dão a vida e a ditadura a tira. A maternidade foi usada pelo grupo como ferramenta de ação contra a repressão do Estado, algo perceptível em outras diversas formas de manifestações contra as ditaduras militares ocorridas na América Latina. Ao

²⁸ Patricia Verdugo, *la periodista que desvistió a la dictadura*, *Colegio de Periodistas de Chile*, 2016. Disponível em <https://www.colegiodeperiodistas.cl/2016/10/patricia-verdugo-la-periodista-que.html>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

Patricia Verdugo (1947-2008), *Mujeres Bacanas*. Disponível em <https://mujeresbacanas.com/patricia-verdugo-1947-2008/>. Acesso em 19 de outubro de 2022.

mesmo tempo, que o ato de ser mãe foi utilizado pelo autoritarismo como forma de derrubar o governo de Salvador Allende e sustentar o regime de exceção, ele também consistiu em instrumento de potencialização das lutas dos movimentos de mulheres que denunciaram as violações aos direitos humanos (POWER, 2008).

Ideologicamente, a mulher foi concebida como mãe e esposa pela ditadura que usou de ferramentas para manter este modelo feminino juntamente com o sistema político e econômico vigente. As mensagens dos militares destinadas às mulheres nos níveis econômico, comercial, político e social reforçaram que elas eram reconhecidas enquanto guardiãs da ordem, forjadoras da pátria e formadoras de futuros soldados (VALDÉS, 1987, p.16). Estas questões evidenciam que ocorreram disputas pelas demandas historicamente atribuídas ao gênero feminino entre grupos que eram contra e a favor do Estado ditatorial e que estas constituíram uma série de discursos, saberes e análises da complexa conjuntura chilena (FOUCAULT, 2021).

2.9. Atuações feministas na democracia

Neste tópico, daremos ênfase ao artigo *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres* de Mariana Aylwin, publicado em setembro de 1990. O artigo é uma versão do trabalho apresentado no seminário *¿Existe la vocación política de la mujer?* realizado em Santiago, contém cinco páginas, está presente na seção intitulada *Sociedad* e é dividido em sete tópicos: *La lucha por el voto femenino*, *Sorprendente retirada*, *Mujeres en el Parlamento*, *Protagonismo en crisis de sobrevivencia*, *Situación legal desmedrada*, *Políticas estatales hacia la Mujer* e *¿Servir sin mandar?*. A escolha se deu porque a fonte explicita muito bem a articulação entre a escrita da História das Mulheres no Chile, a institucionalidade, o neoliberalismo e a política do consenso estipulada pela *Concertación*.



MARIANA AYLWIN O.

Una aproximación histórica

Sobre la vocación política de las mujeres

No ha sido fácil la integración de la mujer chilena en la vida política y hay esquemas culturales que impiden que ella se realice plenamente. Como historiadora, Mariana Aylwin analiza la participación política de las chilenas en el mundo político formal y las políticas estatales referidas a la mujer. Este artículo es una versión de la ponencia presentada en el Seminario "¿Existe la vocación política de la mujer?" organizada por Participa.

Recientemente se realizó en Santiago un interesante seminario convocado por Participa. Bajo la pregunta "¿Existe la vocación política de la mujer?" se reflexionó sobre uno de los temas pendientes que tenemos las mujeres.

No deja de ser significativa la interrogante planteada, e inevitablemente me sugiere una relación con preguntas que ya se hicieron en otras épocas sobre las mujeres y que, felizmente, hoy más bien parecen una broma. Pero lo cierto es que los hombres se preguntaron alguna vez si las mujeres tenían alma o si tenían razón. Estamos avanzando. Hoy nos preguntamos si tenemos vocación política.

Si bien es obvio que la participación pública de las mujeres ha sido y sigue siendo muy limitada y que, probablemente, sea el ámbito que les ha presentado más dificultades en su proceso de integra-

ción a la vida social, hay múltiples evidencias a través de la historia del interés de muchas mujeres por los asuntos públicos. En innumerables casos han ejercido influencia política significativa a través de la vida privada, desarrollando su vocación intermediada por esposos, padres, hermanos o hijos, tal vez ejerciendo un rol bastante femenino, como es el de hacer de puente.

En este siglo, podemos ver una creciente voluntad femenina de acceder a todos los espacios, incluido el de la política. Esto se manifestó claramente en las luchas de las sufragistas a comienzos de siglo y en el movimiento de mujeres que, a partir de los sesenta, ha reivindicado el fin de las discriminaciones y el derecho a una plena igualdad de oportunidades.

Por todo ello, creo que la pregunta que se debe responder es más bien respecto a las caracte-

rísticas de la vocación política de las mujeres, a cómo se ha expresado y qué tiene de específico... si es que la vocación política tiene sexo.

Para estas interrogantes, hemos intentado buscar respuestas en nuestra historia reciente. Lo hemos hecho analizando, por una parte, cómo ha sido la participación política de las mujeres chilenas en el mundo del poder formal y, por otra, cuáles han sido las políticas que desde el Estado se han desarrollado en torno a las mujeres.

Este último aspecto tiene significación en la medida que refleja las sensibilidades y mensajes que han estado presentes en la sociedad en relación al rol político de las mujeres y su inserción en el ámbito estatal.

La lucha por el voto femenino

Durante el siglo XIX y hasta la Primera Guerra Mundial las reivindicaciones femeninas estuvieron centradas básicamente en el ámbito cultural. No obstante, la lucha por conseguir el derecho a voto marcó la acción de las mujeres en la esfera de la política durante casi toda la primera mitad de la centuria.

En esta época no existía consenso entre ellas respecto al tema del sufragio. Mientras algunas

Imagem 10: Primeira página do texto *Sobre la vocación política de las mujeres*
Fonte: Revista *Mensaje*

O texto realizou uma análise da participação política das chilenas no mundo político formal e as políticas estatais destinadas a elas ao longo dos acontecimentos históricos. Para tal, apontou a dificuldade da integração feminina na vida política e a existência de toda uma estrutura que impedia o acesso feminino a este ambiente, condicionando-lhe uma participação pública limitada. Ao defender que a vocação política tinha gênero, buscou por respostas na história recente do Chile para sustentar o seu argumento.

Mariana Aylwin (1990), disse que as mulheres alcançaram influência política significativa por meio da vida privada, através de esposos, pais e irmãos. E que, no século XX, inúmeras delas manifestaram o desejo de ocupar espaços políticos, algo que fez parte

da luta das sufragistas e dos movimentos de mulheres da década de 1960. Durante o século XIX e no decorrer da Primeira Guerra Mundial, as reivindicações femininas foram centralizadas em aspectos culturais; sendo que, a luta pelo voto feminino, marcou as ações das mulheres em âmbito político diante de quase toda a primeira metade do século.

A escritora acrescentou que as consequências da Primeira Guerra Mundial fomentaram um ambiente de busca por igualdade no mundo social, o que contribuiu para que as mulheres, sobretudo as intelectuais, elaborassem pensamentos em diálogo com os feminismos europeus e estadunidenses. Neste contexto, surgiram no Chile os primeiros projetos sobre direitos civis e políticos das mulheres e organizações femininas de múltiplos setores. Além do voto feminino, reivindicaram melhores condições de vida para mães e filhos, a proteção da família e a valorização das mulheres no mercado de trabalho.

Mariana Aylwin (1990), usou de sua autoridade e conhecimentos de historiadora para traçar a história do voto feminino no Chile. Sinalizou que em 1917 o Partido Conservador apresentou a primeira iniciativa a favor do voto feminino, porém ela não saiu do papel. Já em 1930, as mulheres maiores de 25 anos conquistaram o direito ao voto nas eleições municipais por meio de um decreto do general Ibáñez que foi efetivado apenas em 1935. Quatro anos depois, um deputado independente elaborou um segundo programa sobre o voto feminino que não foi sequer discutido. Enquanto em 1941, Pedro Aguirre enviou ao Congresso um terceiro projeto com a temática, mas a sua morte não permitiu que o documento fosse debatido.

Em 1945, após essas medidas não alcançarem grande êxito, a *Federación Chilena de Instituciones Femininas* - que contava com cerca de 200 organizações - construiu um novo programa com ampla participação partidária e proporcionou debates sobre a condição feminina nos espaços público e privado. A luta pelo voto feminino foi permeada pelas seguintes ideias: a presença feminina na esfera pública iria corroborar para o seu afastamento do lar, os partidos políticos serviam a interesses particulares em contraposição aos nacionais e a atuação não partidária das mulheres lhes outorgava certa virtude “(...) *se manifestó muy fuerte una vocación purista que deriva de una imagen bastante arraigada en la mujer latinoamericana que se percibe a sí misma como descontaminada o virtuosa frente a un hombre ligado a los vicios del mundo.*”²⁹

Aylwin (1990) ressaltou que a conquista plena do voto feminino se deu apenas em 1949 e que a partir desta data teve início o Silêncio Feminista, também estudado por

²⁹ AYLWIN, Mariana. *Una aproximación histórica: Sobre la vocación política de las mujeres*, Mensaje, nº392, 1990, p.331.

Julieta Kirkwood (1982). O fenômeno inaugurado após a oficialização do direito eleitoral somente teve fim em 1973 com a instauração da ditadura militar. Neste recorte, houve uma queda da expressão das mulheres frente aos departamentos femininos e as instituições de decisão. Porém, a autora criticou o fato da atuação feminina nos partidos perante o Silêncio Feminista não ser, de fato, investigada. Pois, nesta etapa da história chilena, as mulheres cumpriram papéis destacáveis frente as eleições e provavelmente foram linha de frente no que tange às políticas públicas que englobaram a figura da mulher e seus filhos.

O texto da historiadora, exemplifica o compromisso das feministas em *Mensaje* em romper com a dicotomia público-privado e de salientar o quanto as tarefas de reprodução social demandavam que o Estado elaborasse iniciativas de proteção às mulheres e sua família. Ao longo de seu escrito, foi destacado o quanto as leis de jardins de infância foram praticamente desenvolvidas por parlamentares mulheres durante o período de Silêncio Feminista e o fato das atuantes no Congresso, enfatizarem as suas condições de mães e esposas, assim como os próprios homens fizeram. Ou seja, reforçando estereótipos de gênero.

No início desta participação feminina no Congresso, as mulheres fizeram uso de características atribuídas ao seu gênero para debater e discursar. Todavia, esta questão mudou à medida que se aproximavam do ato de “fazer política”. Neste momento, elas reconheceram que faziam política enquanto políticas e não enquanto mulheres. Muito provavelmente, as parlamentares que adotaram as medidas ressaltadas por Aylwin (1990) não se intitulavam feministas e sim, pessoas empenhadas em promover uma melhora de condições de vida para o seu gênero. Já com a instalação do golpe de 11 de setembro, tornar-se feminista e reconhecer-se publicamente como tal consistiu em um posicionamento político contra o autoritarismo e de politização do binômio público-privado.

Ao destacar o protagonismo feminino frente às crises de sobrevivência que acometeram o Chile, a historiadora pontuou as mobilizações das mulheres frente aos problemas de abastecimento de alimentos perante o governo de Salvador Allende. Ela argumentou que poderiam ter ocorrido muitas manipulações neste cenário, mas que mesmo diante delas o que se tinha de concreto era que houve um grande movimento de mulheres atuando nestas condições. As devidas manipulações não foram exploradas pela autora, porém acreditamos que elas abrangem as medidas anticomunistas adotadas pela direita em conjunto com grandes empresários e veículos de comunicação. Um de seus

objetivos era destinar ao gênero feminino propagandas que atribuíam ao presidente socialista e seus apoiadores, o status de destruidores da família, dos bons costumes e causadores da fome (POWER, 2008).

Logo após realizar esta observação, Aylwin (1990) enfatizou o protagonismo das mulheres em defesa aos direitos básicos na ditadura militar e a todo o conjunto social que enfrentou as consequências da crise econômica, da carestia e da violação aos direitos humanos deste período. Chegou a destacar a importância da participação feminina em organizações de base e na continuação das atividades de partidos políticos que atuaram na clandestinidade. Dessa forma, as mulheres estariam assumindo importante papel de decisão política e de consciência diante das crises de sobrevivência.

Foi ressaltado que o Chile tinha naquele momento uma das legislações mais atrasadas da América Latina no que tange aos direitos das mulheres, o que não condizia com as efetivas mobilizações das chilenas que agiram naquele contexto. E que o trabalho voluntário feminino foi promovido pelo Estado em determinados momentos da história do país, inclusive potencializado pelas primeiras damas. Como vimos no capítulo anterior, o aparato estatal influenciou na organização de mulheres periféricas em *Centros de Madres* que comportavam o mais notável sistema de mobilização feminina do Chile.

Para concluir, a autora disse que cada governo realizou aproximações diferentes frente aos temas das mulheres e que a consolidação de políticas públicas de gênero incorporou expressiva força eleitoral e social. Assim, as ações do Estado diante das mulheres revelaram uma diferença entre a noção de poder e a de serviço na política. O primeiro, seria destinado aos homens e o segundo às mulheres. Dessa forma, seria um desafio para ambos os gêneros conceber as noções de poder e serviço com a finalidade de romper com a desigualdade entre eles.

É interessante que o trabalho de Mariana Aylwin (1990) foi o mais completo que encontramos em *Mensaje* se levarmos em consideração o resgate da luta histórica das mulheres no Chile. O texto foi publicado em setembro de 1990 quando o seu pai, Patricio Aylwin, já havia tomado posse como presidente da República. É notável que a sua publicação conteve cinco páginas e esteve presente na seção *Sociedad*, com grande presença. Será que o espaço recebido pela autora no impresso consistia em forma de expressar para o público leitor de *Mensaje* o compromisso do novo governo com as pautas femininas? Ao que tudo indica, o ato foi uma maneira de explicitar o apoio da revista ao programa político desenvolvido pela *Concertación*.

Outro aspecto que necessita ser considerado é que Mariana Aylwin criou em 1987 a *Concertación de Mujeres por la Democracia* e paralelamente foi nomeada como vice-diretora nacional do *Departamento de la Mujer del Partido Demócrata Cristiano* e secretária executiva da *Fundación para el Desarrollo y la Cultura Popular*. No mesmo ano da publicação de seu texto, assumiu o cargo de *Dirección de Estudios del Ministerio Secretaría General de la Presidencia*. Os dados evidenciam que a historiadora teve participação direta e nada imparcial na política chilena de seu contexto e que cabe a nós investigar a intencionalidade por trás de seu discurso³⁰.

Observa-se que mesmo com o resgate histórico da História das Mulheres no Chile ela não se aprofundou na temática sobre a violação aos direitos humanos que foi uma das principais denúncias feitas por organizações feministas durante a ditadura militar. Além disso, não explicitou quais foram as maneiras de manipulação da direita destinadas às mulheres chilenas durante o governo de Salvador Allende. Inclusive, amenizou o ocorrido ao se referir a ele em tom de dúvida e incerteza. Muito provavelmente, a sua formação enquanto historiadora lhe oferecia métodos eficientes de análise do acontecimento histórico a ponto de não abordá-lo da forma como foi feito e sim, evidenciando a sua veracidade.

Não apenas a política de conciliação deve ser levada em consideração, ao estudarmos a parcialidade materializada no texto de Mariana Aylwin, mas também o fato dela fazer parte da Democracia Cristã, partido de grande influência na política chilena e que se dividiu entre grupos favoráveis e contra a consolidação do golpe de 11 de setembro de 1973. Provavelmente, assumir que a direita usou de propagandas anticomunistas para criar um cenário favorável à instalação do autoritarismo, implicaria em fomentar desavenças com setores de seu próprio partido que apoiaram Augusto Pinochet em momentos anteriores e com outros segmentos dispostos a abrir mão da justiça histórica efetiva para com as vítimas da ditadura em nome da instauração de uma democracia tutelada e representada pelo governo de seu pai.

³⁰ Mariana Aylwin Oyarzún, *Reseñas biográficas parlamentarias*. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mariana_Aylwin_Oyarz%C3%BAn. Acesso em 20 de outubro de 2022.

2.10. Escrituras eclesiásticas

Devido ao fato de estudarmos um feminismo tutelado por organismos religiosos julgamos importante incorporar, em nossa análise, textos publicados em *Mensaje* sobre a “mulher chilena” diante das estruturas eclesiásticas. Estas fontes nos auxiliarão no entendimento das conexões entre feminismos e catolicismos materializadas no impresso. Como uma das tensões existentes entre feministas e católicos consistia na manutenção da reprodução de estereótipos atribuídos historicamente ao gênero feminino pelas escrituras sagradas, é necessário entender como estes conflitos permeiam a revista. Para a concretização de nosso objetivo, analisaremos quatro textos “*Maria, mujer de esperanza*” *reflexiones de una mujer catolica*, *Mujer y hombre en la comunidad creyente*, “*Venid, benditas de mi padre*” e *Carta apostólica “Mulieris dignitatem”*.

“*Maria, mujer de esperanza*” *reflexiones de una mujer católica*, de Sofia Correa S., foi publicado na seção *Iglesia* da edição de dezembro de 1984 e contém cinco páginas. O artigo tem como ponto central a carta pastoral *Maria, Mujer de Esperanza* entregue pelo arcebispo de Santiago aos católicos da cidade no dia da festa de *Asunción de la Virgen*, gerando tensões entre mulheres religiosas e pertencentes a outros grupos. Segundo Sofia Correa (1984), o seu conteúdo foi criticado, sobretudo por sujeitas comprometidas com a emancipação feminina. Ela defendeu que o documento trouxe palavras iluminadoras para a “mulher chilena” e que muitos dos dizeres do arcebispo poderiam apresentar um significado diferente para os indivíduos que não possuíam familiaridade com as escrituras eclesiásticas.

De acordo com a carta, Maria era símbolo da máxima dignidade não apenas da mulher, mas de qualquer ser humano. Este apontamento contrapõe a ideia tradicional de que a mãe de Jesus consiste em exemplo de doçura e castidade a ser seguido por todas as mulheres e lhe insere na história do catolicismo como personagem importante para além da maternidade e das tarefas de cuidado. Para Sofia Correa (1984), a imagem da “mulher” transcendia as definições de mãe e esposa e antes de assumir ambos os papéis ela deveria se encontrar consigo mesma e com Deus. Assim, todas as mulheres tinham um pouco de Eva e Maria, de Adão e de Jesus, de pecado e de graça, desconstruindo a ideia da “mulher” enquanto indivíduo exclusivamente pecador. E, ao mesmo tempo, contrariando o binarismo bom-mal presente nas leituras católicas. A autora justificou o seu argumento de que todos eram iguais perante o divino, ressaltando que de acordo com a tradição da

Igreja Católica desde o Gênesis, a “mulher” era concebida em igualdade de natureza com o homem.

A carta pastoral mencionou que a “mulher chilena” estava diante de novas possibilidades e que elas lhe permitiram expandir os seus afazeres para além do trabalho doméstico tradicional, ocasionando insegurança a respeito de sua identidade. Nela, se fez presente o reconhecimento de que historicamente a “mulher” foi concebida como sensível, amorosa e pertencente ao âmbito privado e o homem como um ser racional constituinte do espaço público. O que não significava que a “mulher” era um indivíduo sem racionalidade e o homem um ser incapaz de demonstrar afetividade, mas que ambos os gêneros foram socializados para desempenharem determinadas funções.

O ofício pastoral também afirmou que a Igreja se alegrava da “mulher” ter conquistado a igualdade com o homem e reconheceu a sua atuação no espaço público. Foi realizado um pedido para que a “mulher”, a construtora da civilização do amor, estendesse o sentimento materno para fora do lar. Nota-se que, ao mesmo tempo que o documento, defendeu que os gêneros são iguais, pontuou as missões específicas atribuídas ao sujeito feminino.

Em seu texto, Sofia Correa (1984) destacou a importância do rompimento das dicotomias público-privado e feminino-masculino. De acordo com a sua interpretação, a mensagem do arcebispo de Santiago consistiu em um chamado para que homens se tornassem mais presentes em seus lares, assim as mulheres poderiam dedicar mais tempo ao “fazer social” e transformar os seus companheiros em nome da humanização das relações. Dessa forma, o homem integrado ao lar contribuiria para modificar a cultura masculinizada moderna.

Na quarta página de *“Maria, mujer de esperanza” reflexiones de una mujer católica*, vemos um quadro com um texto intitulado *Otro punto de vista* de autoria de Beatriz Toha, profissional licenciada em letras. Nele, foi destacado um processo em curso que consistia na transição de uma sociedade patriarcal para uma centrada na força nuclear da pessoa, onde as mulheres, sejam elas cristãs ou não, estavam denunciando a posição de subordinação que historicamente lhes foi atribuída.

Além disso, disse que o pensamento teológico latino-americano deveria estender o significado do termo “pobres” para todos os sujeitos marginalizados e oprimidos, o que incluía as mulheres, principalmente as pertencentes às classes populares. Assim como em outras produções de *Mensaje*, observamos neste texto a ênfase no fato das sujeitas de condições econômicas menos favoráveis sofrerem dupla e tripla opressão. Beatriz Tohá

(1984) concebeu estas mulheres como agentes históricas ao dizer que elas potencializavam ações importantes em relação à busca profunda de suas identidades e ao protagonismo de mudanças sociais.

De certa forma, ela desenvolveu uma crítica ao texto de Sofia, ao indagar que pensar apenas a dimensão pessoal e a identidade feminina seria algo abstrato, pois o histórico e o concreto evidenciaram a necessidade de uma conversão profunda em homens e mulheres. Esta seria capaz de produzir mutações estruturais nas relações humanas em todos os seus níveis e gerar instrumentos para que ambos se portassem como agentes históricos capazes de desenvolver transformações e arcar com as suas consequências. Beatriz Tohá, uniu a luta de classes e o gênero em seu escrito, não apenas desconstruindo interpretações a respeito das escrituras eclesiásticas, mas também da aplicação da Teologia da Libertação na América Latina.

Já *Mujer y hombre en la comunidad creyente* (1988) de HNA. M. Francisca Morales S. argumentou que a marginalização e a opressão da “mulher” na comunidade eclesiástica deveria ser estudada e reparada. Para tal, o assunto teria que ser abordado a partir de uma perspectiva global para avançar na reconstrução de uma redefinição de vínculo nas relações entre homens e mulheres crentes enquanto sujeitos criados por Deus em sua imagem e semelhança em comum vocação e tarefa.

De acordo com a autora, a Igreja enquanto comunidade estava inserida em um contexto histórico e social que reproduzia, em seu núcleo, o sistema de dominação machista característico das sociedades latino-americanas. Observa-se que mesmo após enfatizar a manutenção do patriarcado presente no interior da instituição, ela apresentou um exemplo de renovação da Igreja no que tange à dicotomia homem-mulher, mostrando as alternativas a este modo de dominação. O processo de renovação teve origem nas práticas do povo pobre e crente inserido na Igreja Católica. A presença das camadas populares na hierarquia, propiciou o surgimento de comunidades onde a participação de mulheres era majoritária e qualitativamente significativa, contribuindo para que elas assumissem o posto de “educadoras da fé”.

O surgimento das comunidades cristãs de base onde existia a cooperação entre jovens e homens e mulheres que atuavam com igual responsabilidade na preparação e realização das liturgias corroboraram para uma transformação dentro do núcleo católico. Francisca Morales disse que “Por otra parte, las religiosas y las mujeres laicas consagradas formamos parte de los consejos sectoriales, decanales y zonales, según

corresponda y en igualdad de condiciones con nuestros hermanos sacerdotes, diáconos y laicos”³¹.

Não encontramos muitas informações sobre Francisca Morales, porém o conteúdo de sua publicação, assim como o de Beatriz Toha, revela o conhecimento da Teologia da Libertação que prega uma reformulação da instituição eclesial e concebe as classes menos abastadas da população como agentes históricos e possivelmente, da Teologia Feminista que entendeu as mulheres enquanto sujeitas capazes de promover transformação social e política. No geral, os próprios teólogos da libertação se mostravam conservadores na abordagem de assuntos que envolviam os direitos sexuais e sociais das mulheres (LOWY, 2016). Apesar desta Teologia reconhecer as populações mais pobres como sujeitos históricos, abrindo espaço para a inclusão de mulheres nessa categoria, não houve um intercâmbio efetivo entre os seus membros e os movimentos feministas. No entanto, as teólogas encontraram nos feminismos instrumentos de reconhecimento das mulheres enquanto agentes históricas (GEBARA, 1993).

Para concluir, a autora destacou que essa nova forma de ser Igreja potencializava o entendimento dos signos dos novos tempos e respostas a respeito dos desafios da história, tomando como objetivo a construção de um Reino em sobreposição a de uma Igreja institucional fechada em si mesma. Acrescentou que extremos de pobreza e violação aos direitos humanos trouxeram à homens e mulheres da ordem a sensação de impotência frente às forças do mal. Dessa forma, a necessidade de estabelecer trocas entre irmãos permitiria a incorporação da diferença de gênero como um valor que contemplava a acolhida fraterna e a comunhão entre Deus e a comunidade.

É digno de nota que Beatriz Toha escreveu para *Mensaje*, em 1990, um artigo que apresentou o livro *Venid, benditas de mi padre: las pobladoras, sus rutinas y sus sueños* da intelectual Teresa Valdés. A obra foi publicada no ano de 1988 pela FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais), abrangendo um total de 366 páginas. O texto de Beatriz está presente na seção *Sociedad* e contém quatro páginas, algo destacável, visto que, os demais resumos e resenhas de livros por nós analisados, tiveram cerca de duas páginas e foram impressos na seção *Libros*.

³¹ MORALES, Francisca. *Mujer y hombre en la comunidad creyente. Mensaje*, n.367, mar-abr. 1988.



BEATRIZ TOHA G.

"Venid, benditas de mi Padre"

Este artículo presenta el libro de Teresa Valdés *Venid, benditas de mi Padre. Las pobladoras, sus rutinas y sus sueños* (Flacso, Santiago, 1988, 396 pp.). Desde una óptica femenina aparecen descritas las diversas opciones a las que se ven o se han visto enfrentadas las mujeres del mundo popular en relación a su capacidad de ser madres. El artículo, como el libro, se mueve en el plano de lo sociológico-cultural sin entrar a hacer valoraciones éticas sobre dicho comportamiento reproductivo, pero aportando valiosos antecedentes para elaborarlo. La autora del artículo es licenciada en letras.

Uno como mujer nunca, nunca puede decir: me voy a mandar sola. Cuando está con los papás, la mandan los papás. Está casada, la manda el marido... Después, si está viuda, los hijos. A veces se casan para ser libre. Todo lo contrario (Ema, 44 años).

¿Cómo se comprende a sí misma la mujer popular chilena? ¿Cómo enfrenta, resuelve o no resuelve esa superposición de "negaciones" que constituyen en el fondo su manera de vivir?

Este libro de Teresa Valdés que comentamos, constituye un aporte importante para la comprensión del mundo de la mujer de sectores populares, y del rol que ella desempeña en sus propios proyectos de vida, si los hay.

El título es provocativo y ambiguo. Pero sin duda encierra una apelación a las lectoras y lectores cristianos, en la medida en que la negación de sí mismo ha

podido interpretarse muchas veces como anulación de la personalidad sometida a la autoridad divina o humana. Negación que debe ser asumida con alegría, o, al menos, con resignación.

Los "relatos de vida" de 26 mujeres de poblaciones y campamentos del área suroriental de Santiago, que viven en condiciones semejantes y con edades diferentes, sirven de base para el estudio que presenta T. Valdés. En estos relatos ellas se expresan sobre un aspecto que es determinante en su condición de mujeres: el llamado "comportamiento reproductivo", es decir, las opciones a las que se ven o se han visto enfrentadas en relación con su capacidad de ser madres y que la autora define como el "conjunto de hechos, conductas y acciones que llenan como consecuencia la procreación de los hijos".

Factores biológicos y condicionantes culturales inciden en este comportamiento y han lle-

vado a su "regulación y vigilancia en las diversas culturas desde hace milenios". Así, cada cultura aporta elementos que le darán su peculiar dimensión simbólica.

Partiendo desde una concepción de la vida como proyecto en la que cada uno es actor y forjador de su identidad y entendiendo esta vida como articulada en torno a la satisfacción de necesidades y a la "negación" de la imposibilidad de hacerla, el libro busca, entonces, descubrir en la vida de las mujeres "la presencia de 'proyectos' que son propuestos o adoptados a partir de las interpretaciones o construcciones de sentido que la cultura pone a su alcance". Para ello propone dos lecturas.

Primera lectura: el tiempo corto

Hay en la vida de toda mujer una sucesión de etapas socialmente demarcadas: niñez, juventud, adultez, vejez, etapas que ella interioriza y da por universales. Constituyen el "ciclo de vida", y, dentro de éste, el llamado "tiempo corto" comprende el período durante el cual es posible la maternidad. En esta etapa la mujer se ve enfrentada a decisiones que conllevan cambios profundos y que finan que var con esas "negaciones" que les va presentando el presente en que viven. Distinguir o determinar el grado de autonomía de tales deci-

Imagem 11: Primeira página do texto "Venid, benditas de mi padre"
Fonte: Revista Mensaje

Na sua apresentação do livro de Teresa Valdés (1998), Beatriz Toha concebeu o matrimônio e a gravidez como construções sociais, cuja a "mulher" era condicionada a almejar, sendo estas decisões tomadas a partir de normas estabelecidas pelo social que indicavam qual o sentido comum e natural da vida para o gênero feminino. A letrista mencionou que a mulher era obrigada a ser virgem até o seu casamento, ressaltando o quanto esta condição e tantas outras eram historicamente e socialmente fomentadas pela estrutura como um todo. Sobre a sexualidade feminina também indagou se ter filhos era uma escolha individual ou inscrita em um projeto de sociedade onde a mãe que era solteira, perdia respeito frente ao social.

A autora afirmou que as leituras feministas explicavam que o sistema de dominação masculino impactava na sexualidade feminina, relacionando tal questão com as realidades das mulheres das classes populares. Para ela, as mulheres mais jovens tinham mais chances de experimentar diversos métodos anticoncepcionais, apesar de existirem inúmeras limitações no que dizia respeito às políticas de controle da natalidade e a insuficiência da qualidade do programa de saúde estatal. Além disso, argumentou que o nível de autonomia feminino dependia da inserção social e do grau de instrução escolar de cada sujeita. Beatriz Toha retomou um debate comum das páginas impressas em *Mensaje*: a associação entre falta de informação e submissão.

A letrista também resgatou uma discussão presente em outras obras de Teresa Valdés e em epistemologias feministas marxistas da atualidade, a associação entre projeto de sociedade capitalista e patriarcal e a reprodução da força de trabalho que atribui às mulheres a função de ser mãe e esposa. Ela trouxe novamente para o debate o dualismo público-privado, ao dizer que a busca por melhores condições de vida, fazia com que as mulheres de classes populares se inserissem no mercado de trabalho através de cargos informais e de baixa remuneração. Dessa forma, além de lidar com a jornada desgastante e precária laboral, elas ainda tinham que exercer as atividades domésticas do lar, o que lhes outorgava outra forma de opressão. Para concluir, ressaltou a existência de uma distância entre os sonhos e as rotinas das mulheres periféricas.

O texto de Beatriz (1990) foi o mais questionador que encontramos em *Mensaje* no que tange a abordagem sobre a sexualidade feminina e a desconstrução do modelo nuclear de família. Observa-se que, ao analisar as informações contidas no livro de Teresa Valdés, ela não utilizou a religião como instrumento de análise e sim a ciência, materializada em teorias feministas. Vale lembrar que o escrito foi impresso em 1990, momento em que algumas das pautas dos movimentos feministas eram os papéis das mulheres diante da democracia e a promoção de políticas públicas que englobassem as sujeitas pertencentes às classes menos abastadas. Supomos que o cenário de democratização possibilitou que as mulheres conseguissem abordar tais assuntos com mais autonomia, o que também se estendeu às católicas.

Em *Carta apostólica “Mulieris dignitatem”* (1989) também de Beatriz Toha, publicada na seção *Hechos y Comentarios* da edição de janeiro-fevereiro de 1989, foram destacadas as novidades no discurso da Igreja sobre as mulheres e a oportunidade de uma possível releitura de suas participações nas escrituras. O seu objeto de investigação foi a Carta Apostólica de João Paulo II que, de acordo com as suas interpretações, realizou o

esforço de problematizar o lugar das mulheres frente às mudanças históricas da humanidade. O conteúdo do documento adotou o ethos humano que dizia que homens e mulheres existiam como pessoas e em relação com os outros, não podendo existir sozinhos. Da mesma forma que Francisca Morales, Beatriz Toha, ressaltou os princípios da Gênesis que salientam que homens e mulheres foram criados em imagem e semelhança com Deus.

Em seu texto, evidenciou que a Carta Apostólica reconheceu que a Bíblia continha elementos suficientes para reconhecer a igualdade entre os gêneros e a existência de uma concretude histórica que atribuiu às mulheres a herança do pecado, muitas vezes, centrada na figura de Eva. Sendo que essa condição histórica foi inserida nas tradições que criminalizavam as mulheres e outorgavam ao indivíduo masculino maior poder e superioridade. Também segundo a Carta Apostólica, a dignidade original da “mulher” foi instaurada em Maria. Ao concluir o artigo, Beatriz Toha indagou se não seria necessária uma releitura bíblica desde a abordagem da origem da “mulher” que rompesse com o silenciamento de Maria manifestado nas escrituras.

Os espaços que os artigos de Beatriz Toha alcançaram em *Mensaje*, sobretudo em 1990, assim como o conteúdo neles expressos, nos induzem a pensar que a autora teve fortes relações com movimentos feministas e teológicos que se conectaram em sua trajetória na revista. Nos inquieta pensar como uma personagem que conhecia e provavelmente dominava os conceitos da Teologia da Libertação e de teorias feministas, conseguiu escrever sobre temas tão caros para a sociedade chilena em um impresso católico.

Vale lembrar que o sistema neoliberal implantado pela ditadura de Pinochet implicou em privatização de direitos básicos como saúde e educação, crises econômicas e internacionais e inserção da mulher no mercado de trabalho perante salários baixos e condições precárias. Nesse contexto, os menos favorecidos viam-se insatisfeitos, abrindo espaços para rebeliões e transformações no modo de pensar da sociedade chilena. A ideia de família sofreu desconstrução, visto que, muitas mulheres, sobretudo de bairros populares, tiveram que trabalhar fora de seus lares, mudando as configurações econômicas e sociais dos núcleos familiares.

“La nueva economía rompía la unidad familiar tradicional ya que quitaba autoridad al marido – cesante ya no proveedor – y alejaba a la mujer del hogar, contradiciendo la médula del discurso dictatorial sobre el espacio privado: la defensa de la familia como célula básica de la sociedad.” (SEPÚLVEDA, 2013, p.105).

Como vemos nas fontes aqui investigadas, essas mudanças de pensamento social e econômico se estenderam a Igreja que se viu obrigada a reformular as suas concepções acerca do gênero feminino. As mutações presentes neste cenário também acompanharam as mobilizações feministas que pautaram o rompimento das dicotomias público-privado e homem-mulher, gerando condições para que as questões de gênero fossem incorporadas pela teologia. Infelizmente, não sabemos em qual medida as feministas atuantes em *Mensaje* mantiveram relações com as Teologias Feministas. Não encontramos menções a ela em suas produções, porém defendemos que o contexto da época e a aproximação com os catolicismos podem ter contribuído para que tivessem contato com as suas epistemologias. Inclusive, as próprias escritoras citadas neste tópico podem ter sido teólogas feministas.

Estudar o desenvolvimento da Teologia Feminista Latino-americana é um trabalho complexo que ultrapassa os limites teóricos e temporais desta pesquisa. Afinal, a ação demanda conhecer as transformações vivenciadas por movimentos sociais, a recepção das teorias escritas por teólogas feministas da "primeira geração" nos Estados Unidos e na Europa da década de 1960, o surgimento de novas espiritualidades e sobretudo, o androcentrismo presente na própria Teologia da Libertação (CAYUMÁN; GAJARDO, 2017). Colocados tais pontos ressaltamos que, mais uma vez, nos deparamos com os silêncios que atravessam os discursos de feministas e órgãos católicos nesta pesquisa (FOUCAULT, 2021).

CAP. 3 - CONEXÕES ENTRE EXÍLIOS E FEMINISMOS

Neste capítulo, investigaremos com maior ênfase às conexões entre exílios e feminismos expressas em *Mensaje*. Para a concretização de nosso objetivo, ele foi dividido nos seguintes tópicos: Exílio feminino chileno; Exílios e feminismos de segunda onda; Encontros internacionais de mulheres; A exilada, Ana Vásquez; Quem foi Josefina Rossetti?, Divulgação de obras escritas por mulheres, *Instituto de la Mujer*, Informação e servidão, Inserção feminina na política e *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*.

Ao todo, estudamos onze textos publicados pelo impresso durante o período histórico de 1982 a 1990: *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio de las mujeres exiliadas en Francia* (1982), *Nairobi: Estrategias para el año 2000* (1985), *El problema del retorno* (1986), *Sobre Simone de Beauvoir* (1986), *Los derechos de la mujer* (1988), *Acerca del lugar de las mujeres en política - ¿Una mujer presidente?* (1988), *Los Búfalos, los Jerarcas y la Huesere (De la literatura del exilio)* (1988), *El Instituto de la Mujer* (1988), *Más atención a las escritoras* (1988), *Mundo de mujer: continuidad y cambio* (1988) e *Concertarse para tener una voz en política nacional* (1989). No total, foram trinta e duas páginas analisadas que se encontram em quatro seções: *Cultura, Hechos y comentarios, Literatura, e Sociedad*.

Para desenvolver o mapeamento dos artigos selecionados, fomos até o arquivo histórico disponível no site de *Mensaje*, selecionamos os anos que compreendem o nosso recorte temporal e buscamos os termos “exílio” e “feminismo”. O método utilizado foi semelhante ao realizado no capítulo anterior. No entanto, o critério usado para a separação do material abordado nesta parte da pesquisa, consistiu em agrupar os textos escritos por exiladas chilenas ou que tenham relação com as suas trajetórias.

Nós conseguimos indicar quais os textos foram escritos por exiladas após diversas buscas pelo google. Ao longo da investigação, encontramos redes sociais, jornais, documentos digitalizados, livros e sites que nos ajudaram a tecer alguns dos seus caminhos profissionais e políticos. Ou seja, os artigos publicados em *Mensaje* não trouxeram estas informações de forma explícita. Também deve ser destacado que podem existir desterradas, inclusive presentes no capítulo anterior, que não tiveram esta condição identificada por nós. Afinal, diante do contexto de repressão muitas delas podem ter utilizado codinomes em seus textos. Sem contar que existe um silenciamento social e

historiográfico no que tange às histórias destas sujeitas e de outras múltiplas que lutaram contra as ditaduras da América Latina. Dessa forma, mesmo com todas as ferramentas tecnológicas ao nosso dispor, não é uma tarefa simples encontrar informações sobre estas agentes em mídias digitais e impressas.

Outro aspecto que deve ser respaldado é que usamos o termo “exilada” para nos referirmos às exiladas que retornaram ao Chile, ou seja, teoricamente ex-exiladas. Entendemos que a experiência do exílio foi marcante para os percursos feministas e políticos de todas elas e adquiriu destaque em suas vidas mesmo após o retorno ao país de origem. Logo, a experiência do exílio e suas implicações as acompanharam por muito tempo, corroborando para que o desterro fosse uma condição permanente de suas existências.

Por fim, ressaltamos que já que romper com anonimatos e silenciamentos sobre a história dos exílios e feminismos chilenos é uma das finalidades desta dissertação, optamos por tecer um pouco sobre os caminhos percorridos por exiladas que alcançaram maior atuação em *Mensaje*. Já que muitas delas provavelmente tiveram as histórias invisibilizadas pela estrutura patriarcal vigente, escolhemos contar um pouco de suas trajetórias, as articulando com o conteúdo impresso na revista.

Segue uma tabela com os textos mapeados:

| Título | Autora | Data de publicação | Edição | Seção | Número de páginas | Sequência de páginas |
|--|--------------------|---------------------------|---------------|--------------|--------------------------|-----------------------------|
| Mujeres en el exilio: la percepción del exilio de las mujeres exiliadas en Francia | Ana Vasquez | Novembro de 1982 | 314 | Sociedad | 7 | 618-624 |
| Nairobi: Estrategias para el año 2000 | Maria Ester Aliaga | Novembro de 1985 | 344 | Sociedad | 4 | 458-461 |

| | | | | | | |
|--|--|-----------------------------|-----|----------------------|---|---------|
| El problema del retorno | Josefina Rossetti | Maio de 1986 | 348 | Sociedad | 1 | 145 |
| Sobre Simone de Beauvoir | Agata Gligo | Julho de 1986 | 350 | Cultura | 2 | 256-257 |
| Los derechos de la mujer | Carmen Gloria Aguayo e Josefina Rossetti | Janeiro e fevereiro de 1988 | 366 | Hechos y comentarios | 2 | 42-43 |
| Acerca del lugar de las mujeres en política - ¿Una mujer presidente? | Josefina Rossetti | Maio de 1988 | 368 | Sociedad | 5 | 143-147 |
| Los Búfalos, los Jerarcas y la Huesere (De la literatura del exilio) | Agata Gligo | Maio de 1988 | 368 | Literatura | 2 | 177-178 |
| El Instituto de la Mujer | Josefina Rossetti | Junho de 1988 | 369 | Hechos y comentarios | 2 | 225-226 |
| Más atención a las escritoras | Agata Gligo | Junho de 1988 | 369 | Literatura | 2 | 235-236 |
| Mundo de mujer: continuidad y cambio | Guillermo Campero | Outubro de 1988 | 373 | Hechos y comentarios | 3 | 450-452 |
| Concertarse para tener una voz en política nacional | Josefina Rossetti | Junho de 1989 | 379 | Hechos y comentarios | 2 | 220-221 |

3.1. Exílio feminino chileno

Como salientado no primeiro capítulo desta dissertação, o exílio chileno adquiriu um caráter massivo e político, fomentado pela institucionalidade imposta pelo regime de exceção e materializada em decretos, listas e outros documentos oficiais. Um deles é a Lei 81 de 6 de novembro de 1973, que legitimou a expulsão de chilenas/os e estrangeiras/os consideradas/os inimigas/os do Estado e que não poderiam retornar ao Chile sem autorização do Ministério do Interior. Ato de expulsão política que se acentuou com a Lei 604 de agosto de 1974 que prosseguiu com a prática de exílio como punição para as pessoas subversivas aos olhos dos militares (JAMMET-ARIAS, 2018).

Segundo Carolina Espinoza (2019), as investigações sobre o exílio chileno cumprem o papel de estudar as experiências dos exilados por meio da psicologia, principalmente no contexto de retorno ao Chile e das barreiras de inserção no país na década de 1990. Outro aspecto englobado pela área é a produção cultural desenvolvida no desterro. No entanto, estudos sobre as experiências de mulheres no exílio através de testemunhos, biografias e questões psicossociais são pouco explorados. Fato que silencia uma rica perspectiva de análise que conecta os espaços público e privado, mostrando as formas como as exiladas chilenas questionaram o lugar de submissão imposto a elas historicamente. É digno de nota que de acordo com a Oficina Nacional de Retorno (1991), as mulheres representam 30% da comunidade chilena exilada. Dados que mostram que a participação feminina no desterro não foi inexpressiva e nos permitem afirmar que ela carece de maiores significações teóricas (CARTES, 2019).

De forma geral, as exiladas chilenas vivenciaram dificuldades impostas pelo idioma, o mercado de trabalho, a criação dos filhos, a busca por formação profissional, a desintegração do núcleo familiar e a instabilidade financeira e psicológica nos países receptores. Muitas delas continuaram com a sua militância e ativismo político no exílio, se constituindo enquanto agentes imprescindíveis para a resistência no exterior. Uma das ações protagonizadas por estas sujeitas foi a arrecadação de fundos para os partidos políticos que se encontravam na clandestinidade no Chile (BRITO; VASQUEZ, 2007; CARTES, 2019).

Las mujeres que militaron en partidos políticos chilenos en el exilio, trabajaban organizando eventos para recaudar fondos y enviarlos a los partidos chilenos en la clandestinidad. Cada filial del partido en el país receptor, tenía un objetivo definido. Además de la organización interna, las mujeres participaron en las comisiones de prensa y de activismo,

porque en tiempos en que no existía Internet, toda la difusión estaba en los medios de comunicación, que cubrían la actualidad de Chile y las acciones de denuncia que se realizaban constantemente desde el exilio (CARTES, 2019, p.177).

Neste trabalho, o exílio chileno será analisado por meio da perspectiva de gênero; buscando romper com a centralização do sujeito universal masculino existente na historiografia. Nos próximos tópicos, investigaremos trajetórias, trabalhos e projetos desenvolvidos por exiladas chilenas e evidenciaremos como o desterro feminino demanda a elaboração de análises complexas no que tange aos aspectos psicossociais e históricos que permeiam as vivências de sujeitas que enxergaram na militância feminista e política um instrumento de emancipação individual e coletiva.

Se homens e mulheres atravessaram experiências similares na situação de exílio, às vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Assim, não se pode restituir a complexidade do exílio sem analisar a maneira específica pela qual as mulheres o vivem, pois, ainda que ambos os gêneros partilhem de um mesmo imaginário social, o sentido que as mulheres lhe emprestam como grupo social é bastante diferente do dos homens (BRITO; VASQUEZ, 2007, p.16).

As exiladas de maior destaque na fonte analisada, Ana Vásquez (1931-2009) e Josefina Rossetti receberam asilo na França, local onde grande parte da intelectualidade latino-americana estava exilada, o que diz muito sobre o status político e socioeconômico que elas ocupavam na sociedade. Segundo García (2012), cerca de 41% da comunidade chilena exilada na França era composta por mulheres. A informação nos permite refletir sobre o impacto das concepções de gênero em um contexto caracterizado por formação de redes de sociabilidade e intensa circulação de ideias.

Na França, as exiladas chilenas foram recebidas pelo governo de Georges Pompidou com um documento de boas-vindas que ofereceu a comunidade exilada um sistema de distribuição de casas de acolhimento, vestimentas, escolas para os filhos, ensino do idioma francês e, em alguns casos, um emprego semelhante ao exercido no Chile (CARTES, 2019). Parte considerável delas chegou ao país por meio da política de reagrupação familiar, o que atribui ao exílio de chilenas um caráter de centralidade na concepção de núcleo familiar (JAMMET-ARIAS, 2018).

Em 4 de novembro de 1973, chegaram em Paris os primeiros exilados chilenos. No ano de 1974, o seu fluxo foi contínuo. No total, foram 15000 chilenas e chilenos que

receberam o status de refugiada/o. Muitos deles residiam em outras partes do globo antes de habitar a capital francesa, apenas 37% dos homens e 50% das mulheres vieram diretamente do Chile. Geralmente, os primeiros exílios ocorreram em território latino-americano, o que foi ficando insustentável à medida que as ditaduras militares se fortaleceram pela região (JAMMET-ARIAS, 2018).

Los archivos subrayan que muchos exiliados residieron, antes de llegar a Francia, en otros países. Sólo el 37% de los hombres y el 50% de las mujeres llegaron directamente de Chile. Muchos experimentaron dos exilios (52% de los hombres, 43% de las mujeres), tres exilios (9,5% de los hombres y 7% de las mujeres) y hasta cuatro exilios (1,7% de los hombres). La diferencia entre hombres y mujeres se debe a que muchas mujeres llegaron después de los hombres mediante la política de reagrupación familiar y pudieron salir con menos apuro de Chile y organizar el viaje. En cuanto a estos exilios anteriores, el primero fue normalmente en un país latinoamericano que muchas veces fue abandonado por motivos de seguridad, el segundo exilio fue principalmente en Europa (90%) (JAMMET-ARIAS, 2018, p.5).

Com a intensa repressão existente no continente americano, parcela massiva da comunidade chilena exilada se deslocou para a Europa. Na Suécia, por exemplo, embarcaram mais de 5000 chilenas e chilenos sob o governo do social-democrata Olof Palme. A sua incorporação à sociedade se deu por meio de políticas de imigração que lhes ofereceram algumas condições materiais de sobrevivência. Na Bélgica, também foi implementado um plano de acolhida, contribuindo para a continuação de estudos iniciados no Chile. Nas etapas iniciais destes desterramentos, as organizações de direitos humanos e solidariedade internacional foram muito importantes para o recebimento da comunidade exilada (CARTES, 2019). O que não significa que na América Latina, o impacto do exílio de chilenas e chilenos não foi grande. A Costa Rica, por exemplo, acolheu cerca de 3000 desterradas/os. Sendo que uma grande parte destas pessoas foi incluída em setores das artes e da academia do país. Muitas exiladas chilenas encontraram realização política e inserção no espaço público através destas experiências (ROJAS, 2007).

Observamos que analisar as vivências das exiladas e concebê-las como sujeitos históricos significa resgatar os dados anteriormente mencionados e tecer problematizações que entendam seus impactos historiográficos e sociais. As reivindicações por narrativas que contemplem mulheres, realizadas pelas feministas e/ou exiladas que serão aqui abordadas, é reflexo de todo um social que carece de pesquisas

de gênero e escritas de histórias silenciadas pela centralização do sujeito histórico cis, masculino, branco, heterossexual e sem deficiência.

3.2. Exílios e feminismos de segunda onda

Nesta pesquisa, também entendemos que existem múltiplas intersecções entre as experiências de exiladas chilenas e as chamadas segundas ondas dos feminismos da América Latina. Portanto, veremos como as ações protagonizadas por exiladas tanto no país de origem quanto no receptor foram fundamentais para a rearticulação dos movimentos feministas do Chile. Como salientado por Dora Barrancos (2022), “Não se pode ignorar que a volta dos exilados foi um combustível singular para o renascimento do feminismo chileno.”³²

Enfatizamos que parte considerável das experiências de exiladas feministas latino-americanas que atuaram na segunda metade do século XX, foram marcadas por transformações individuais e coletivas e discursos que eclodiram para além do continente americano. Além das frases de efeito, a politização dos espaços público e privado, a elaboração de epistemologias feministas, a exploração da sexualidade e a luta contra as ditaduras, estes movimentos, encontraram enorme capacidade de mobilização nacional e internacional, expandindo a luta feminista para múltiplas localidades.

A percepção de que o pessoal é político, surgiu atrelada à compreensão dos corpos e as violências de gênero historicamente fomentadas pelas instituições. Foram reconhecidas as formas de opressão enraizadas pelo sistema capitalista e naturalizadas pelos Estados. Logo, ocorreram denúncias às violências cometidas contra as mulheres e foram adotadas medidas de combate às estruturas de reprodução dessas violações. Uma delas foi a criação de órgãos difusores de informação para as sujeitas de classes sociais distintas com o objetivo de oferecer-lhes ferramentas de proteção jurídica e psicológica diante de situações de violência de gênero.

Se cabe um resumo do discurso feminista dominante na cena da “segunda onda”, este foi o da disposição do corpo, que esteve longe de ser a maternidade anatômica e fisiológica, mas sim o território de inscrições dos modos de identificação do perceber-se mulher. Se o corpo reapropriado já resultava uma nova geografia, a outra dimensão que veio à tona e se situou no mais alto patamar da reivindicação foi

³² BARRANCOS, Dora. História dos feminismos na América Latina. In: *Chile*. 1 ed. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2022, p.171).

expor a violência perpetrada pelos homens, enunciar os maus-tratos e propor o fim das manifestações dolorosas, sair do alcance dos ataques e, sobretudo, de suas escaladas. “Violência contra as mulheres” foi um conceito criado pela segunda onda; não existia no repertório das agitações feministas da primeira fase (BARRANCOS, 2022, p.43).

Outra ação de combate foi a construção de documentos, revistas, folhetos e jornais que explicitaram estes pontos, evidenciando a importância das mulheres se entenderem enquanto agentes cujas histórias e experiências eram atravessadas por percepções de gênero. O exílio consistiu em instrumento potencializador destas discussões e ações elaboradas por mulheres que encontraram nos feminismos uma maneira de “perceber-se mulher”.

Um ótimo exemplo de articulação entre feminismos, exílios e impressos é o boletim *Nosotras*, confeccionado pelo “Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris”, fundado pela brasileira Danda Prado e formado por mulheres latinas, sendo parte delas exiladas. A organização deu início às suas reuniões em 1972 e realizou debates e projeções de filmes sobre temáticas femininas. *Nosotras* circulou clandestinamente, entre 1974 a 1976, no Brasil e em outros países da América Latina. Além disso, foi impresso em português e espanhol, o que ressalta o seu caráter latino-americanista (ABREU, 2013; ROSA, 2013).

O boletim denunciou a violência de gênero e a ditadura militar brasileira, somando-se a outras formas de resistências feministas que encontraram nos impressos um instrumento de luta contra as opressões de gênero materializadas nos espaços público e privado. Ele também defendeu a descriminalização do aborto e falou de maneira crítica sobre a sexualidade e o casamento, contrariando setores conservadores da sociedade latino-americana. *Nosotras* é um grande veículo para estudarmos as redes internacionais de mulheres compostas e construídas por exiladas e entendermos as suas articulações com os feminismos da chamada “segunda onda” na América Latina (ABREU, 2013; ROSA, 2013).

Ressaltamos que inúmeras exiladas latino-americanas, inclusive as atuantes em *Mensaje*, tiveram contato com teorias feministas do Norte Global durante as suas trajetórias nos desterrados. Um movimento iniciado na década de 1960 nos EUA, proporcionou espaço para que mulheres, principalmente as brancas e de classe média, construíssem núcleos de formação de consciência para discutir o que era “ser mulher”. Além disso, se pensar como um indivíduo diferente do homem universal, muitas vezes, representado na figura do sujeito cis, branco, hétero e sem deficiência.

Em 1968, o movimento ganhou corpo na França e possibilitou que latino-americanas no exílio criassem os seus próprios grupos de conscientização, sendo o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, um deles. Criado em meados da década de 1970, por exiladas brasileiras que compunham, em sua maioria, organizações de esquerda e almejavam refletir sobre gênero e classe no contexto das ditaduras militares na América Latina. O grupo tinha como texto base o documento chamado “Por uma tendência feminina revolucionária”, assinado pelo Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias. Dessa forma, o material foi desenvolvido por militantes do *Campanha*, jornal fundado no Chile em 1972 que objetivava fazer do exílio um espaço de luta contra o autoritarismo dos militares (BASTOS, 2006; PEDRO, J; WOLF, C, 2007).

Embora tenha sido oficializado em 1976, no ano anterior, o Círculo de Mulheres Brasileiras publicou um boletim com o título “Agora é que são elas”, que se manteve até 1979. A instituição era composta por cerca de 100 mulheres e dividida em grupos e subgrupos que discutiram sobre vários temas. Sendo assim, uma vez por mês era realizada uma assembleia geral e suas atividades principais consistiam em assembleias e subgrupos (BASTOS, 2006; PEDRO, J; WOLF, C, 2007).

Muitas das sujeitas que compunham as organizações de exiladas entenderam que os papéis de gênero eram uma construção social imposta pela estrutura que definia quais deveriam ser os seus comportamentos nos espaços público e privado. Entre elas, existia a ideia de “irmandade”, na qual se propunha que cada uma levasse outra mulher nas reuniões e assembleias das organizações. Seguindo tal perspectiva, todas deveriam participar das decisões do grupo; ressaltando a ideia de coletivo e união entre mulheres. As características aqui descritas, compreenderam diversos feminismos denominados como da segunda onda. Geralmente, estes núcleos formados por pessoas do gênero feminino eram chamados de “grupos de consciência”.

Aquilo que os chamados “grupos de consciência” passaram a compor a partir de meados dos anos 1970, nos Estados Unidos, foi a noção do que era uma “Mulher”, separada da noção de “Homem” universal. Por meio da constituição de grupos de consciência, mulheres - muitas donas-de-casa de classe média urbana, já com filhos crescidos, personagens focalizadas, muitas delas, no livro de Betty Friedan - passaram a discutir a própria vida. Nessas discussões, essas mulheres não somente se deram conta de que o que viviam individualmente era vivido também por todas as demais - portanto, como questão coletiva, como parte da cultura, como relação política -, mas também passaram a constituir uma noção de “irmandade”. Fazia parte das práticas dos grupos de consciência as componentes, em cada reunião, levarem consigo uma outra mulher,

chamada de “irmã”. Na medida em que o grupo crescia, deveria se fragmentar, nunca passando de 24 mulheres (PEDRO, J; WOLFF, C., 2007, p.58).

O seguinte trecho, demonstra que os chamados grupos de consciência foram pensados por mulheres e para mulheres, ainda que esta concepção de “mulheres”, muitas vezes, não levasse em consideração categorias como raça e classe. Inclusive, Betty Friedan recebeu diversas críticas por isso. Apesar da sua formação ter se dado a partir do contexto estadunidense, os grupos de consciência foram realocados e adaptados para outras partes do globo. Esta noção de “irmandade” entre mulheres se materializou em escritos e testemunhos promovidos pelas exiladas chilenas participantes de *Mensaje*. Assim como as pioneiras na criação das agrupações, elas também adotaram práticas de convívio e organização próprias que lhes auxiliaram na socialização de leituras, ações e pensamentos no que tange ao ato de “perceber-se mulher”.

Outro aspecto digno de atenção é que muitas delas, principalmente as exiladas na França, receberam influência da obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” de 1949. Quando escreveu o livro, a intelectual francesa, ainda não se identificava como feminista. No entanto, a forma como demonstrou o quanto o indivíduo mulher era subalternizado dos pontos de vista filosófico e social, fez com que alcançasse destaque entre as teorias feministas. “O segundo sexo” foi traduzido para várias línguas durante a década de 1950, sendo o espanhol, uma das primeiras, um dos fatores que explicam a sua intensa inserção entre as epistemologias lidas pelas mulheres latino-americanas de modo geral e não apenas pelas que se encontraram no desterro. Após o incrível sucesso da obra, a própria Simone de Beauvoir se denominou feminista.

Beauvoir realizou de forma ponderada e minuciosa a extensa conjectura biológica das diferenças hierarquizadas com resultados de enorme significado, embora indiretos. Hasteou um lema que foi a ponta de lança para o que se configuraria como o renascimento do feminismo “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BARRANCOS, 2022, p. 38).

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” foi uma das frases de efeito pronunciadas pelos feminismos de segunda onda e ainda nos dias atuais, é consagrada entre inúmeros movimentos feministas de alcance mundial. As influências de Simone de Beauvoir também podem ser observadas em *Mensaje*. Na edição 350 da revista foi publicado *Sobre Simone de Beauvoir* de autoria de Agata Gligo. O texto contém duas páginas e está presente na seção denominada *Cultura*. Como sinalizado anteriormente, esta edição do

impresso datada de 1986, trouxe o título *Mujeres en movimiento* em sua capa. Contou com dois textos já abordados nesta dissertação: *El trabajo doméstico remunerado* de Alicia Frohmann e *Mujeres en movimiento* de Patricia Verdugo, expressos nas seções *Libros* e *Sociedad* respectivamente. Acreditamos que a compilação de textos incorporou uma edição especial sobre o gênero feminino, mas não sabemos se a intenção por trás do feito era homenagear e valorizar os movimentos feministas chilenos ou a trajetória de Simone de Beauvoir que faleceu em abril daquele ano (a edição era correspondente ao mês de julho). Poderiam ser ambas as finalidades ou até mesmo outras não identificadas por nós. Explicitamos que saber as exatas motivações que levaram a revista a construir esse número se encontra para além dos limites desta investigação.



Imagem 12 - Primeira página do texto *Sobre Simone de Beauvoir*

O artigo de Agata Gligo (1986), abordou o falecimento de Simone de Beauvoir em 14 de abril de 1986. Ele englobou a apresentação desenvolvida pela escritora chilena em maio daquele ano para a mesa redonda que aconteceu em homenagem à teórica em um evento do Instituto Chileno-Francês de Cultura. No texto, Agata Gligo (1986) não se prendeu ao conteúdo de “O segundo sexo”, muito pelo contrário, desenvolveu um paralelo entre os ensinamentos da intelectual e algumas das suas obras, entre elas, “A mulher maltratada” e “A convidada”.

O texto disponível em *Mensaje*, falou sobre a intelectualidade francesa frente à ameaça de guerras na Europa e a transformação pessoal de Simone de Beauvoir com a consolidação da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), momento em que renunciou ao individualismo e adotou o sentimento de coletividade em sua percepção de mundo. Ao relembrar de frases pronunciadas pela autora ao longo de sua vida, Agata Gligo (1986) as articulou com a expansão da consciência existencialista de Simone de Beauvoir.

A apresentação deu maior ênfase à relação da escritora francesa com o existencialismo e a liberdade do que com a sua produção teórica concebida como feminista. Apenas em uma passagem do artigo, Agata Gligo (1986), ressaltou especificamente os estudos sobre gênero de autoria da pensadora. Foi quando disse que o trabalho intelectual e as relações amorosas permitiram a Simone de Beauvoir teorizar sobre a situação da “mulher”. Concluiu que seria impossível separar as obras escritas pela autora de suas experiências. O texto também retratou a autobiografia e a comunicação na literatura, entrelaçando a construção da existência de Beauvoir para si e os outros.

Vale destacar que Agata Gligo (1936-1997), foi uma escritora chilena que escreveu textos para a seção *Literatura* de *Mensaje*. Informações que nos ajudam a entender por quais motivos a sua comunicação para o evento se atentou à relação de Simone de Beauvoir com a literatura e não com a produção de teorias feministas. Em breve, falaremos sobre outros textos que Agata Gligo publicou para a revista durante o recorte temporal desta pesquisa (1982-1990). Ela é uma agente importante para a execução de nossos objetivos, pois articulou as relações entre literatura, exílios e feminismos.

É digno de nota que reiteramos a hipótese de que as exiladas e /ou feministas atuantes em *Mensaje* se inspiraram nas obras de Simone de Beauvoir para a condução de suas mobilizações teóricas e práticas. Afinal, a francesa se consolidou como referência

para muitas feministas latino-americanas da época, sobretudo exiladas brancas e de classe média residentes em Paris. No entanto, observamos que as sujeitas atuantes em nossa fonte se entenderam enquanto mulheres chilenas. Logo, tinham ciência de que as suas demandas eram diferentes das expostas pelas mulheres brancas estadunidenses e europeias, sobretudo no que diz respeito às realidades das *pobladoras*. Ou seja, por mais que Simone de Beauvoir tenha se constituído como grande referência para os movimentos feministas, as sujeitas desta investigação se propuseram a tecer as suas próprias epistemologias; dialogando com múltiplos núcleos de mulheres e entendendo que pertencer a uma região historicamente caracterizada pela colonialidade demanda a elaboração de estudos que contemplem a sua materialidade. Julieta Kirkwood (1936-1985) e Teresa Valdés (1951) são dois exemplos de intelectuais chilenas que pensaram neste pertencimento à América Latina de maneira crítica e não eurocêntrica, inspirando sujeitas que almejaram pensar e praticar a escrita da História das Mulheres do Chile. Ato de desobediência epistêmica abraçado por exiladas e/ou feministas atuantes em *Mensaje*.

3.3. Encontros internacionais de mulheres

O contato entre diversas sujeitas que encontraram nos feminismos e nas lutas contra as ditaduras militares um projeto coletivo, possibilitou a construção de encontros, seminários, grupos de leitura e frentes partidárias. A socialização estabelecida, potencializou mecanismos para que as feministas e/ou exiladas aqui destacadas construíssem redes sociais e intelectuais entre mulheres que, de alguma forma, corroboraram para o estudo e a escrita da História das Mulheres no Chile. Estas estiveram muito presentes nos exílios chilenos e latino-americanos e atuaram de maneira destacável na denúncia das violações aos direitos humanos cometidas pela Junta Militar de Augusto Pinochet.

A través de encontros culturais, dos congressos acadêmicos, da fundação de editoras, da criação de selos musicais e de rádios, e da publicação de revistas, além da atuação dos tradicionais e combativos partidos políticos de esquerda, a intelectualidade chilena exilada consolidou a formação de redes tramadas com laços muito bem fortalecidos, o que contribuiu para robustecer a resistência ao governo de Augusto Pinochet. O sentido de formação de redes no exílio chileno consistiu não somente em “ayudarse y reforzar una identidad, sino para

lo que ocurría en Chile”, afirmó la historiadora e antropóloga chilena Loretto Rebolledo González (NETO, 2017, p. 226).

Al concluir decenio de la mujer - Nairobi: Estrategias para el año 2000 escrito por Maria Ester Aliaga para *Mensaje* em novembro de 1985 ilustra bem estas articulações estabelecidas por mulheres e a forma como alcançaram projeções nacionais e internacionais. O texto abordou a Conferência de Nairobi, ocorrida em Nairobi, capital do Quênia, em julho de 1985, salientando que o seu ponto mais interessante foi a *La Carta de la Paz*. O documento contribuiu para que as feministas chilenas discutissem a pouca abertura que as pautas das mulheres tinham no Chile, a importância da superação do patriarcado para a construção de uma nova sociedade e a convicção de que a emancipação da “mulher” aconteceria a partir de transformações estruturais das sociedades.

SOCIEDAD

AL CONCLUIR DECENIO DE LA MUJER NAIROBI: ESTRATEGIAS PARA EL AÑO 2.000

MARIA ESTER ALIAGA

Lo más interesante del encuentro de Nairobi parece que fue "la Carta de la Paz". Sobre lo que allí se dijo y se vivió, la autora —periodista— nos hace reflexionar: la valoración de la pluralidad, lo poco presente que se tiene en Chile el problema de la mujer, la necesidad de terminar con el patriarcado para construir una sociedad no feminista sino de iguales derechos, la convicción de que no habrá cambios sustantivos para la mujer a menos que se den cambios estructurales en nuestras sociedades de tantas dominaciones.

Concluye este año el Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer. Sus grandes objetivos fueron buscar **Igualdad, Desarrollo y Paz** para la mujer. Durante el mes de julio se reunieron más de 16.000 mujeres, de 140 naciones, en Nairobi, capital de Kenya, para "evaluar y examinar los progresos alcanzados y los obstáculos encontrados durante el Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer".

En Nairobi se realizaron, casi simultáneamente, dos eventos. Una Conferencia Gubernamental, del 15 al 26 de julio, a la que asistieron alrededor de tres mil delegadas de los países miembros de Naciones Unidas y de algunas organizaciones de carácter consultivo u observadoras. Por otra parte, se efectuó una Conferencia Paralela o Foro '85 del 10 al 19 de julio, donde participaron cerca de 14.000 delegadas de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG).

El Decenio se inició con una Conferencia Mundial efectuada en Ciudad de México en 1975. Las mujeres descubrieron entonces que "junto a otras podían llegar a ser una gran fuerza". En 1980 hubo en Copenhague dos Conferencias, una gubernamental y otra paralela, para evaluar la marcha del Decenio. Se las ha considerado de denuncia, porque allí unas 6.000 delegadas llegaron a planificar "lo que se debía hacer" para mejorar la situación de la mujer.

Este año, en Nairobi, las mujeres pudieron mostrar realizaciones. Investigaciones y publicaciones muy diversas de manuales, libros de recursos, folletos, afiches, videos, revistas, etc., son materiales que permiten, en cierta forma, medir los frutos de diez años dedicados a la mujer.

Contribuciones del decenio

Según Naciones Unidas, las respuestas de los gobiernos y de las ONG al Decenio contribuyeron que éste ha contribuido a mejorar la imagen de la mujer en la sociedad actual, a reconocer su aporte y a identificar sus necesidades. Indican que los cambios han sido lentos y no siempre positivos. Se constatan logros importantes en educación, en el campo de la salud y el económico, y en la participación de la mujer en las campañas pro-paz a nivel mundial.

Pero se indica también que aún falta mucho por hacer en relación a la participación de la mujer en la vida política de cada país y en el proceso de toma de decisiones a todo nivel en la sociedad actual. Es esto lo que deberían considerar las "Estrategias para el año 2.000", que se elaboraron al concluir el Decenio.

En Chile existe gran desconocimiento respecto del significado del Decenio de la Mujer, de lo que fueron sus reuniones regionales, de otras preparatorias y particularmente de lo que fue Nairobi. Desde nuestro país viajaron a Kenya cuatro delegadas a la Conferencia Oficial y unas veinte al Foro de las ONG, que se sumaron a otras chilenas que viven en el exilio.

Se podría destacar la presencia de Hortensia Bussi de Allende, Mireya Baltra, Sofía Palmiquen, Isabel Letelier, Carmen Gloria Agustoy, Fabiola Letelier, Teresa Chadwick, Carmen del Río, María Asunción Busto, Nora Mahuenda, y muchas otras, representantes de organizaciones sociales, medios de comunicación e

458

MENSAJE N° 344, NOVIEMBRE 1985

Imagem 13 - Primeira página do texto *Al concluir decenio de la mujer - Nairobi: Estrategias para el año 2000*

Fonte: Revista *Mensaje*

O evento fez parte do *Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer*, estipulado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e vigente entre os anos de 1975 e 1985. De acordo com Maria Ester (1985), a década da “mulher” teve como finalidade a busca pela igualdade, a paz e o desenvolvimento. Já o encontro de Nairobi, que reuniu mais de 16 mil mulheres de 140 nações distintas, almejou analisar os resultados conquistados e os obstáculos encontrados para a melhor incorporação dos direitos das mulheres durante este período.

A autora contextualizou a estrutura de organização do evento e destacou a sua relação com o início do *Decenio de la Mujer*, inaugurado com uma conferência mundial realizada na Cidade do México em 1975. Ao longo de seu texto, Maria Ester Aliaga (1985) ressaltou o caráter de união e potência entre mulheres “Las mujeres descubrieron entonces que junto a otras podían llegar a ser una gran fuerza”³³. E respaldou o quanto as participantes da Conferência de Nairobi tiveram oportunidade de apresentar as suas obras e investigações múltiplas que permitiram refletir sobre os resultados alcançados perante a “década da mulher”.

Os pontos positivos do movimento foram mostrados, assim como as suas ineficiências. Um dos aspectos levantados foi que ainda faltava muito para uma efetiva participação do gênero feminino na vida política. No artigo, Maria Ester Aliaga (1985), partiu da conjuntura ampla que englobou o evento para falar sobre a sua repercussão no Chile; ela apontou o desconhecimento do país a respeito de seu significado, da década estabelecida pela ONU e suas reuniões regionais.

Posteriormente, identificamos no escrito um trecho muito importante para a nossa pesquisa “Desde nuestro país viajaron a Kenya cuatro delegadas a la Conferencia Oficial y unas veinte al Foro de las ONG, que se sumaron a otras chilenas que viven en el exilio”³⁴. As seguintes palavras sustentam a nossa ideia de que exiladas e /ou feministas chilenas estabeleceram trocas de experiências e posicionamentos que contribuíram para os debates nacional e internacional sobre a ditadura chilena e a emancipação das mulheres.

³³ ALIAGA, Ester. *Al concluir decenio de la mujer - Nairobi: Estrategias para el año 2000*. Mensaje, 1985, p.458.

³⁴ ALIAGA, Ester. *Al concluir decenio de la mujer - Nairobi: Estrategias para el año 2000*. Mensaje, 1985, p.458.

A autora citou alguns nomes de exiladas que participaram do evento, entre elas temos, Hortensia Bussi de Allende (na época, a ex-esposa de Salvador Allende), cujo exílio foi no México e o retorno ao Chile ocorreu em 1988, Carmen Gloria Aguayo (1929-2001), exilada na França e participante da organização *Mujeres Chilenas Exiliadas de Paris*, falaremos mais sobre ela logo mais. Outro nome mencionado foi o de Mireya Baltra (1932-2022), socióloga, jornalista e política filiada ao Partido Comunista do Chile. Foi exilada na Holanda, Tchecoslováquia e Cuba, sendo que no último país, ocupou o cargo de secretária executiva da Frente Continental Feminina contra o golpe, trabalhando com Vilma Espín, presidenta da Federação Cubana de Mulheres. Mireya retornou ao Chile em 1987³⁵. Além das sujeitas acima, outras mulheres foram citadas, porém não encontramos informações que confirmem a sua experiência de exílio. São elas: Sofía Painiqueo, Isabel Letelier, Fabiola Letelier, Teresa Chadwick, Carmen del Río, María Asunción Busto e Nora Maluenda.

É digno de nota que o artigo pontuou que *Mensaje* reuniu algumas das sujeitas que participaram da conferência de Nairobi com a finalidade de conhecer as suas experiências no evento e conversar sobre o alcance das pautas das mulheres em cenário global. Foram destacados os nomes e as posições de Adriana Santa Cruz, Graciela Borquez e Silvia Lamadrid, ambas atuantes nas causas feministas. Provavelmente, uma das intenções por trás da publicação era evidenciar que o impresso apoiou os movimentos de mulheres do Chile e suas implicações internas e externas.

Revista Mensaje reunió a algunas de quienes fuimos a Nairobi, a la clausura del Decenio. Intercambiamos puntos de vista respecto a lo que fue esa experiencia y sobre el alcance del tema de la mujer hoy en el mundo. Asistieron la investigadora y comunicadora feminista Adriana Santa Cruz, la dirigente política Graciela Borquez, y la representante de una organización de defensa de los derechos de la mujer (CODEM), Silvia Lamadrid (ALIAGA, Mensaje, n.344, 1984, p.459).

Vale ressaltar que não sabemos se a autora do texto e as lideranças feministas entrevistadas pela revista foram exiladas. Segundo as nossas investigações, Maria Ester Aliaga, Mireya Baltra e Graciela Borquez foram componentes da instituição *Mujeres por la Vida*, já estudada neste trabalho. Uma reportagem publicada pelo Diário U Chile em 29 de novembro de 2021 e um documento intitulado *Acto de mujeres por el fin del exilio*

³⁵ Reseña Biográfica Mireya Baltra. História Política. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mireya_Baltra_Moreno. Acesso em 02 de janeiro de 2023.

disponível no arquivo digital do site da Pontifícia Universidade Católica do Chile nos ajudaram a chegar a esta conclusão³⁶.



Imagem 14 - *Acto de mujeres por en fin del exilio*
Fonte: Pontifícia Universidade Católica do Chile

A fala de Adriana Santa Cruz trouxe um aspecto muito importante para a nossa abordagem. De alguma forma, ela retomou a nossa contextualização sobre a eclosão dos feminismos do Terceiro Mundo realizada no capítulo anterior, ressaltando que o início das mobilizações se deu nos Estados Unidos e na Europa. E evidenciando uma de suas

³⁶ Mujeres por la vida vuelven a alzar la voz: triunfo de la ultraderecha significaría "un grave retroceso en las conquistas logradas". *Diário U Chile*. Disponível em <https://radio.uchile.cl/2021/11/29/mujeres-por-la-vida-vuelven-a-alzar-la-voz-triunfo-de-la-ultraderecha-significaria-un-grave-retroceso-en-las-conquistas-logradas/>. Acesso em 2 de janeiro de 2023.

Acto de mujeres por el fin del exilio. *Patrimonio Cultural UC Archivos*. Disponível em <https://archivospatrimoniales.uc.cl/>. Acesso em 2 de janeiro de 2023.

particularidades, a sua relação com projetos não governamentais. O trecho também nos possibilita refletir sobre o entendimento de pertencimento de exiladas e/ou feministas chilenas a uma região historicamente e culturalmente subalternizada e marginalizada.

“Los aportes más significativos – según Adriana Santa Cruz – fueron los de proyectos no gubernamentales, que obedecen a una eclosión del feminismo que no se había dado antes de la década en países del Tercer Mundo. Este desarrollo del feminismo – que comenzó en EE.UU. en los años 60 y que posteriormente se desarrolló en Europa – ha entrado embrionariamente en nuestros países, a partir de espacios no gubernamentales” (ALIAGA, Mensaje, n. 344, 1984, p. 460).

Adriana Santa Cruz acrescentou que o contexto autoritário chileno deixou consequências incalculáveis para a sua população, o que tornou necessário o debate sobre o mundo a ser construído pelos seus cidadãos. O que, de acordo com a sujeita, não ocorreu em outros países. Pois alguns deles, conseguiram sistematizar conhecimentos sobre as mulheres ao longo do período de 1975 e 1985 e desenvolveram “(...) lo que las feministas definen como “conciencia de género”. Esto es, la conciencia del significado del “ser mujer.”³⁷ Vemos aqui a preocupação em aplicar na prática os conceitos definidos por feministas do Chile e de outros países, alimentando a intersecção entre prática e teoria.

“Historias y situaciones distintas explican que, por ejemplo, a las delegadas chilenas el conflicto político clásico – la demanda por la democracia y defensa de los Derechos Humanos – les preocupara especialmente. Pero también para las chilenas – se agregó – resultó evidente que en nuestro país no hay un análisis adecuado sobre la condición de la mujer. La reflexión está atrasada en relación a otras partes. Subsiste el mito de que las chilenas viven una situación de privilegio” (ALIAGA, Mensaje, n.344, 1984, p.460).

Novamente destacamos que o clima de solidariedade entre mulheres distintas foi fomentado em algumas passagens do texto e que ele se estendeu às exiladas. Ao longo do material analisado, Maria Ester Aliaga (1985) ressaltou que durante a conferência, houve respeito das participantes para escutar não apenas as expositoras, mas todas as sujeitas que se sentiram à vontade para intervir nas discussões propostas, a valorização da pluralidade e a superação de tensões imersas na política internacional. Graciela Bórquez, uma das entrevistadas por *Mensaje*, ressaltou a integração entre feministas que residiam no Chile e as exiladas, fomentando o clima de coletividade e solidariedade entre mulheres.

³⁷ ALIAGA, Ester. Al concluir decenio de la mujer - Nairobi: Estrategias para el año 2000. Mensaje, 1985, p.460.

“El problema general del idioma – comentó – impedía una fluidez mayor de la comunicación. Sin embargo, el solo hecho de encontrarse en talleres, de verse, de estar juntas en los patios, ya era algo significativo. Además, vivimos la experiencia de poder juntarnos con tantas chilenas que viven exiliadas. Abrazarse con ellas, aun teniendo trincheras políticas distintas, fue muy rico.” (ALIAGA, Mensaje, n.344, 1984, p. 461).

A necessidade de uma mudança estrutural na sociedade também foi pautada durante todo o texto, observamos que o ano de publicação do artigo foi 1985, contexto em que as narrativas de conciliação entre classes e campos políticos divergentes não eram tão intensas. Neste contexto, as feministas e/ou exiladas chilenas tinham a democracia como uma de suas principais reivindicações. No entanto, estas eram entrelaçadas a outros debates, sendo o rompimento com estruturas de opressão um deles.

Concluimos que o artigo analisado pautou a união entre mulheres e a necessidade de tomada da consciência de opressão vivida, assim como outros escritos materializados em *Mensaje*. Além disso, percebemos a necessidade de valorização das falas de lideranças dos movimentos feministas do Chile e as suas percepções sobre um evento de proporções internacionais. Notamos que o impresso manteve uma narrativa que se transformou de acordo com a conjuntura política chilena e internacional. Semelhanças e diferenças entre as fontes publicadas foram observadas e destacadas nesta investigação, considerando o quanto as exiladas delas participaram.

3.4. A exilada, Ana Vásquez

Ana Vásquez-Bronfman (1931-2009) é uma das exiladas chilenas de atuação mais notória em *Mensaje*, durante o recorte temporal de 1982 a 1990. De acordo com a nossa pesquisa, desenvolvida com o auxílio de fontes disponíveis no site da Biblioteca Nacional do Chile³⁸, ela exilou-se em Paris em 1974 e nesta cidade permaneceu até a sua morte em 2009. O material consultado, nos possibilita supor que ela alcançou certo destaque na mídia chilena e teve a sua trajetória profissional diretamente associada à experiência do exílio.

Nesta etapa da investigação, destacamos o texto escrito pela exilada: *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*, que é a publicação

³⁸ Arquivo de Referências Críticas. Biblioteca Nacional do Chile. Disponível em <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-propertyvalue-325302.html#data=%7B%22page%22:1%7D>. Acesso em 26 de dezembro de 2022.

mais questionadora sobre o exílio feminino chileno encontrada em *Mensaje*, está presente na seção denominada *Sociedad* e contém sete páginas. O material é dividido em tópicos, são eles, *Marco teórico*, *Rasgos generales del exilio*, *Iniciación de un proceso de cambio*, *El modelo de hombre/mujer heredado de Latinoamérica*, *Algunos problemas de las exiliadas militantes* e *Reafirmación de la mujer como tal*.

Na primeira parte do artigo, a autora - exilada chilena na França e socióloga com estudos na área de psicossociologia - escreveu sobre o marco teórico que engloba o exílio e suas características gerais que, *a priori*, são similares aos gêneros. Já na segunda, se atentou às questões específicas de gênero dentro da complexa estrutura que envolveu exiladas e exilados - partidos políticos, família, trabalho, sociabilização, etc.

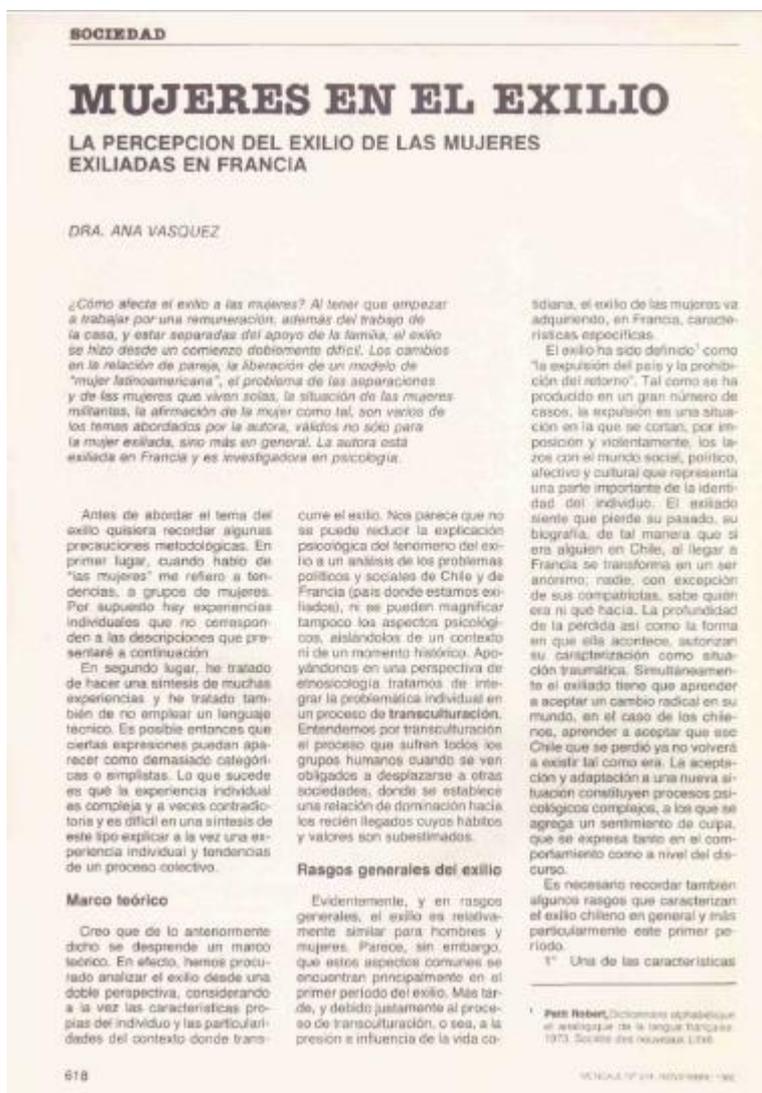


Imagem 15 - Primeira página do texto *Mujeres en el exilio - La percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*
Fonte: Revista *Mensaje*

Vásquez (1982), observou o desterro a partir de especificidades próprias dos sujeitos e particularidades dos contextos em que estavam inseridos. Pois, as conjunturas políticas de Chile e França, por si só, não eram capazes de sustentar uma análise psicológica do fenômeno em pauta. Segundo a intelectual, no estágio inicial do exílio, existe maior uniformidade entre experiências de mulheres e homens justamente por causa da transculturação; processo em que o sujeito exilado aprende a língua do país receptor e outros novos costumes. A transculturação é dolorosa e envolve contradição entre a cultura de origem e a que o agente está submetido.

A definição por ela utilizada para o termo “exílio” foi como o ato de expulsão do país de origem e a proibição do retorno, associado à imposição violenta. A autora destacou o caráter político do fenômeno ao explicitar que 10% da população chilena encontrava-se no desterro e afirmar que “El exilio de los chilenos, al igual que el exilio de todo el Cono Sur, puede ser considerado como un exilio de militantes, o exilio de personas que, de una otra manera, han hecho deliberadamente una opción política y han participado en un proceso político-social”³⁹. Tal significação é recorrente em estudos sobre os exílios latino-americanos da segunda metade do século XX, devido aos movimentos autoritários particulares do continente americano. Nesse cenário, a exclusão foi conveniente com as regras do jogo político determinadas pelo aparato militar em vigor.

Quanto à causalidade, sendo um mecanismo de perseguição política que não aniquila de forma total a oposição, o exílio fala - em termos gramscianos - de um modelo autoritário da política e da hegemonia, com independência da definição formal do sistema político. Estes padrões da política se baseiam na exclusão e são o resultado de um compromisso entre uma situação em que o ganhador do jogo político leva todo o poder e os perigos de uma luta de morte (de “soma zero”) no jogo ampliado de uma possível ou efetiva guerra civil (RONIGER, 2011, p.53).

Além de enfatizar o significado teórico dos desterrados latino-americanos no contexto das ditaduras militares, Vásquez (1982), por meio da psicologia, ressaltou que o rompimento com elos afetivos e culturais esculpem a identidade do indivíduo exilado. O anonimato ao chegar ao país receptor e o processo de adaptação à uma nova realidade envolvem processos psicológicos abstrusos que ela explicou em três fases, ambas comuns

³⁹ VASQUEZ, Ana. *Mujeres en el exilio: la percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*, Mensaje, n.314, 1982, p.619.

aos gêneros: a promessa do retorno, a solidariedade entre a comunidade exilada e a desqualificação profissional. Acrescentou que o exílio chileno, no geral, era composto por professores, intelectuais e sindicalistas que foram obrigados a vender sua mão de obra por salários inferiores aos recebidos no Chile. Alguns exerceram funções que nem sequer correspondiam à sua formação profissional, justamente por causa da criminalização do sujeito exilado.

A autora também argumentou que, determinadas assimetrias entre mulheres e homens manifestam-se logo no primeiro estágio do exílio porque mulheres lidam com a perda da família de forma específica, visto que, a noção ampla de família latino-americana outorga ao gênero feminino responsabilidades para com o cuidado com marido, filhos e tarefas correspondentes a vida privada. Problemática que percorre as ações realizadas pela comunidade exilada. Enfatizamos que o conceito de família tradicional e católica, concretiza-se na narrativa de *Mensaje*. Nota-se que a condição de desterro foi concebida pela revista como fenômeno destruidor de famílias tradicionais e que a maior parte dos escritos sobre a temática privilegiaram experiências masculinas, assim como grande parte da historiografia sobre o exílio.

No geral, o texto alvo desta investigação, respaldou a heterogeneidade existente no desterro, principalmente, no que tange às experiências femininas no país receptor (França). Vásquez (1982), salientou que a “transculturação” e todos os complexos processos psicológicos experienciados no exílio, propiciaram às exiladas confrontos com costumes conservadores impostos pelos espaços que estavam inseridos no país de origem. O material, evidencia como exiladas reformularam costumes e conceitos lhes impostos pela conjuntura social a qual viviam no Chile e como o contato com realidades múltiplas lhes possibilitaram entendê-los como construções sociais amparadas pelo sistema patriarcal que delegou o feminino ao espaço privado. Porém, é importante destacar que este cenário não correspondia a todas as práticas femininas possíveis no desterro e que nem as agentes do escrito de Vasquez (1982) vivenciaram a desconstrução logo de imediato.

Muitas militantes políticas dizem que o período de exílio significou “retroceder dez anos em minha vida”, na medida em que tiveram de reproduzir antigos padrões de comportamento dos quais pensavam ter-se livrado definitivamente. A reação instintiva das mulheres diante da sociedade de recepção é repetir os valores da sociedade de origem: elas valorizam a estrutura familiar, aceitam que seu trabalho receba um papel secundário e seja sempre avaliado como uma atividade

coadjuvante, e minoram seus projetos pessoais em benefício dos projetos familiares. Algumas mulheres casadas mantêm o status de subordinação a que estavam acostumadas (BRITO; VASQUEZ, 2007, pp.22-23).

A pesquisadora salientou que, mesmo com a incorporação de exiladas ao mercado de trabalho e inversão de costumes tradicionais, os papéis de gênero permaneceram no exílio. Mulheres militantes, por exemplo, lidaram com tripla jornada - atuaram em emprego remunerado, em casa e nas instituições políticas. Sem contar, o desprestígio sofrido dentro dos próprios partidos de esquerda, seus companheiros afirmavam que o feminismo não estava diretamente relacionado ao propósito maior - a Revolução Socialista - colocando-o como pauta subalterna deslocada do político.

Explorar qual foi a recepção do texto de Vasquez (1982) e de outras exiladas pelos leitores da revista não se encontra entre os objetivos desta pesquisa. Pretendemos refletir sobre as questões apontadas por estas mulheres no que diz respeito ao gênero e à luta contra a ditadura militar, seja ela realizada no desterro ou não. O posicionamento da exilada evidencia que o corpo editorial de *Mensaje* era múltiplo e apresentava ideias que nem sempre convergiam entre si, afinal, o contexto era caracterizado por grande circulação de informações, redes de sociabilidade e formação de grupos políticos.

Outro aspecto a ser levantado é que os textos analisados nesta pesquisa não apresentam muitas imagens. A revista era conhecida pelo seu teor teórico que englobava distintas áreas do conhecimento. Geralmente, os artigos publicados continham letras pequenas, eram impressos em preto e branco e apresentavam, muitas vezes, informações detalhadas sobre a pauta em destaque. Inclusive, o conteúdo produzido por *Mensaje* foi acusado de não chegar ao alcance de amplos públicos.

Apesar deste padrão, o texto de Ana Vásquez (1982) trouxe quatro figuras e todas explicitam as funções historicamente e socialmente outorgadas ao gênero feminino. As legendas escolhidas para as imagens também fomentam estas atribuições e, de certa forma, resumem as questões abordadas pela autora nos tópicos que compõem o escrito. Novamente, defendemos que nenhuma escolha editorial é isenta de parcialidade e a opção por incorporar fotos que mostram a relação entre mulheres e as tarefas de reprodução social podem ter sido uma forma encontrada para tornar o conteúdo mais didático e causar mais impacto ao leitor, em grande parte, imerso à cultura conservadora latino-americana criticada pela exilada.



Se han encontrado sin ayuda y consejo de la familia en los problemas domésticos

Imagem 16 - Fotografia do texto *Mujeres en el exilio - La percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*

Fonte: Revista *Mensaje*



El modelo latinoamericano implica una mujer abnegada, sacrificada, maternal

Imagem 17 - Fotografia do texto *Mujeres en el exilio - La percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*

Fonte: Revista *Mensaje*



Liberación de un modelo hombre/mujer tradicional

Imagem 18 - Fotografia do texto *Mujeres en el exilio - La percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*

Fonte: Revista *Mensaje*



¿Cuáles son los rasgos esencialmente femeninos?

Imagem 19 - Fotografia do texto *Mujeres en el exilio - La percepción del exilio en las mujeres exiliadas en Francia*

Fonte: Revista *Mensaje*

O escrito de Vásquez (1982) foi o mais longo dentre todos os publicados sobre o exílio mapeados por nós, fato que nos permite pensar qual era a influência da autora

dentro do corpo editorial da revista e sua relação com a comunidade exilada não só na França, mas em outros países. De acordo com as referências bibliográficas sobre o desterro consultadas e a análise de nossas fontes realizadas, o caráter transnacional do exílio permitiu que Ana Vásquez (1982) e outras exiladas consumissem conteúdos e produções da intelectualidade que se encontrava em Paris, “a capital” dos exílios latino-americanos, e se inserirem nos espaços por ela frequentados, corroborando para trocas de experiências e teorias.

É digno de nota que, ao longo de sua carreira, Ana Vásquez buscou relacionar psicologia, literatura e exílio. No geral, as obras literárias de sua autoria retratam personagens imersos no contexto político chileno das décadas de 1970 e 1980 que experienciaram o desterro. Em uma entrevista para o jornal *El Mercurio* em 2002, a escritora falou sobre uma delas, *Las jaulas invisibles*, lançada na Biblioteca Nacional do Chile. Ela disse que o exílio está presente em seus escritos devido a sua experiência como exilada, condição que ofereceu mecanismos para que ela ressignificasse o seu passado familiar.

Antes, en Chile, el pasado no me interesaba. Estaba en un proyecto de futuro sin tomar conciencia de que mi padre era un exiliado, solo me di cuenta cuando me tocó a mi ser exiliada. Ellos partieron con menos que yo, porque yo tenía un título universitario. Pero nunca se quejaron, ni tampoco añoraron tanto. Tenían una actitud muy positiva (VÁSQUEZ, 2002, El Mercurio).

La extranjera vuelve a su patria

“Las jaulas invisibles” es el título de la novela que Ana Vásquez, autora chilena radicada en Francia, presentará este martes en la Biblioteca Nacional, libro en que una vez más desentraña su exilio y retorno eternos

Si algo caracteriza a Ana Vásquez es su capacidad para hacerse preguntas, todo tipo de preguntas, todo el tiempo. De este modo, entró en contacto con un interesante mundo de interrogantes. Su narrativa, por lo demás, también se ergue sobre la base de aquello que no se sabe y que se busca incansablemente, aunque con una nota de inocencia.

Precisamente su nueva novela “Las jaulas invisibles” (LON Ediciones), obra que presentará este martes en la Biblioteca Nacional, plantea el enigma del pasado y la manera en que determina la vida de un puñado de protagonistas ligados por historias familiares comunes. Como en sus anteriores cinco novelas, Ana Vásquez una vez más explora minuciosamente en la psicología de la mujer, en su intimidad, sumándose de ese modo a las corrientes modernas de la literatura feminista. Pero, eso sí, ella advierte que su suro no es en absoluto deliberado, sino producto de una necesidad ardiente por comprender a la gente y su mundo.

También conviene agregar que el exilio y la emigración son capitales en su escritura, como también la urgencia de recuperar una patria que tal vez no se encuentre en el mapa del planeta, pero que ella rastrea en el alma de sus personajes.

“De qué trata esta idea de los ‘dos exilios paralelos’ presente en su nueva novela?”

“Es la historia de mi familia novelada varias décadas después. Parto de algunos datos. Ellos tuvieron que emigrar desde Rusia a fines del siglo XIX debido a los program, que eran manifestaciones organizadas contra los jesuitas, como lo que ahora pasa en Palestina o Argentinia. Llegaron pobremente a Argentina, desde donde a lo más de multa vinieron a Chile. Es un tipo de exilio, pero no le puse un nombre. En mis familiares se empujaron los deseos de los más jóvenes por integrarse y la resistencia de los más viejos. La otra línea del relato me viene de la tana que me dió, que es la persona más autín-

camente chilena con quien estuve cuando chica. Era una mujer magnífica de la región de los Andes. Sus padres eran campesinos con tierras empujados pero a poco. Todo lo que ella me contaba se fue almacenando en mi inconsciente. Después, naturalmente, busqué completar esas historias con otras personas mayores que me ayudaron.”

“Según lo que aparece en la introducción, todo se desencadena a partir del encuentro de dos viejas amigas.”

“Sí, ellas son las descendientes de esas dos viejas familias. El problema que me plantea es qué heredamos de nuestros padres. Me refiero a sus deseos, aspiraciones, temores, porque muchas veces no heredamos el recuerdo de un hecho, sino el modo o la alegría que los causó ese hecho. Nos educan en ciertas represiones cuyo origen no sabemos. Y esas son las jaulas invisibles. La idea es, a partir de aquellas historias, recrear un pasado con su contexto político y humano y lo que la gente vivía en ese contexto.”

“¿Y usted descubrió las causas de esos miedos heredados?”

“Algunas. Escarbando en ellas o en obligaciones morales. Por ejemplo, en mi familia una debía estudiar en la universidad. No podía quedarse a ella, aunque a mí me hubiese gustado escribir desde un comienzo.”

“Por lo que sostiene, parece que usted sigue en la línea de vincular la psicología con la literatura.”

“Sí. La psicología es una manera de entender a la gente, a quienes le rodean y a uno mismo. Pero no pretendo teorizar. Lo que hago aquí es ficción.”

“Sin embargo, esto de entenderse a sí mismo puede implicar un gran sufrimiento...”

“No puedo generalizar. En un momento de la vida, uno se pregunta por qué estoy haciendo esto y no lo otro, por qué hago por algo que en realidad no es lo que quiero hacer... Nosotras sabemos. No sé si cuestionarse haga más mal que bien. Lo que menos tenemos son certezas, a

lo sumo gobiernos hipócritas.”

“¿Cómo hace para diferenciar lo que es propiamente psicología de los valores literarios que rigen en una creación?”

“No se trata de hacer un ejemplo psicológico. Creo que, mientras el autor intenta comprender algo al escribir un texto, de pronto se deja llevar por sus impulsos y sentimientos, que quizás vayan más allá de su entendimiento de las cosas. Deja de ser un ser racional que escribe. En mi caso, tengo un pasado de investigación científica que me pesa y que es constitutivo mío. Pero nunca he intentado hacer un tratado de psicología. Esta es una ciencia que ha avanzado mucho y, sin embargo, limitada por comprensiones estereotipadas. Yo creo que la literatura trasciende, que muchas veces logra ir más allá.”

CHILENA Y EXTRANJERA

El tema de la emigración, por otro lado, también tendría relación con su propia partida a París...

“Exactamente. Allí empezó a pensar en todo esto. Antes, en Chile, el pasado no me interesaba. Estaba en un proyecto de futuro sin tomar conciencia de que mi padre era un exiliado, sólo me di cuenta cuando me tocó a mí ser exiliada. Ellos partieron con menos que yo, porque yo tenía un título universitario. Pero nunca se quejaron, ni tampoco añoraron tanto. Tenían una actitud muy positiva.”

“¿Cuál es la principal diferencia entre el emigrante y el exiliado?”

“El emigrante tiene el derecho de regresar, aunque nunca lo haga. En su cabeza sabe que puede, a diferencia del exiliado. Cuando no se tiene esa posibilidad, uno idealiza más aquello que se perdió para siempre, porque está más en lo imaginario que en la realidad cotidiana.”

Todo indica que la cuestión del exilio se ha convertido en uno de núcleos de su narrativa.

“Sí, pero en ningún caso es deliberado. Tal vez yo lo tengo integrado dentro de mí, con toda su problemática, con toda su ambigüedad.”



Ana Vásquez

“No se ha preguntado cuán chilena es después de casi tres décadas viviendo en Europa?”

“No quiero hacerme esa pregunta. Por ese camino puedo caer en muchos estereotipos. Tampoco me he preguntado cuán francesa soy. Es un problema de identidad. Podría definirme como escritora, psicóloga, en fin... Pero no me definiría por el país en que nací, sino más bien por el proyecto, por un cuestionamiento. Finalmente, soy una mujer errante.”

“Entonces se ha olvidado de la chilenidad?”

“No. Pero, ¿qué es la chilenidad? No hay una sola. La gente del norte es diferente a la del sur; los ricos son bien distintos a los pobres... La chilenidad es sentirse comprometido con este país, interesarse tremendamente por todo lo que aquí sucede? Sí, comparto eso. Pero hay mucha gente que es absolutamente chilena y con quienes no me identifico para nada.”

“No se siente entonces chilena y extranjera al mismo tiempo?”

“Sí, a veces. Pasa más por los valores que por un sentimiento nacional. Cuando uno escucha a alguien tremendamente reaccionario, que dice algo así como: ‘Siempre tienen que haber pobres, porque no son inteligentes, o porque son flojos’, no puedo sentirme interpretada. En todo caso, ahora también se oyes cosas así. En verdad, todo depende de las personas. También es doloroso sentirse extranjero en tu propio país, cuando alguien te rechaza.”

“¿Esta esta ambigüedad también se refleja en sus personajes femeninos, quienes suelen estar perdidas en sus dudas. ¿No le parece?”

“Es verdad. La misma protagonista de mi anterior novela, ‘El mundo de Cere’, era una extranjera. Pero, mismo, nunca hay nada delimitado en la literatura. Mi personaje femenino más chileno en ‘Las jaulas invisibles’ es María Guara, una chilena en Chile, pero también es una mujer que busca su autonomía y que al final se va voluntariamente.”

Iván Quezada E.

Segundo a reportagem, “Ana Vásquez una vez más explora minuciosamente en la psicología de la mujer, en su intimidad, sumándose de ese modo a las corrientes modernas de la literatura feminista”⁴⁰. Fato que nos mostra que o trabalho da sujeita tinha como uma de suas características, a abordagem de gênero na psicologia. Tal temática também foi visível em artigos acadêmicos de autoria da intelectual. São eles, *La leyenda de Ulises, mito del exilio* de 1990 e “Mulheres latino-americanas no exílio: universalidade e especificidade de suas experiências” publicado em conjunto com Ângela Xavier de Brito em 2007. Em ambos, são realizadas críticas à forma como o “mito de Ulisses” é concebido por Jankélévitch em seu livro *L'irréversible et la nostalgie* como símbolo universal da experiência do exílio, como se o gênero feminino fosse incapaz de vivenciar este tipo de realidade (BRITO; VÁSQUEZ, 2007). O “mito de Ulisses” também foi retratado e adaptado ao mundo contemporâneo em seu livro de literatura *Los mundos de Circe*. A obra recebeu o prêmio de melhor novela inédita de 1999 do Chile pelo Conselho Nacional do Livro e da Leitura (Biblioteca Nacional do Chile).

⁴⁰ QUEZADA, Iván. La extrajera vuelve a su patria [entrevistas]. El Mercurio, Valparaíso, Chile, mar. 17, 2002, p. B20.



Imagem 21 - Ana Vasquez-Bronfman, hechicera del exilio
Fonte: Biblioteca Nacional do Chile

Em 1988, foi publicado na seção *Literatura de Mensaje* um texto da escritora Agata Gligo sobre a literatura no exílio. A autora, chamou a atenção para o fato de que as obras literárias sobre o golpe de 11 de setembro de 1973, lançadas no Chile, receberem maior prestígio do que as desenvolvidas no exílio, concebidas pelo público como nostálgicas e subalternas. Para questionar essas características atribuídas pelo leitor chileno às produções em questão utilizou o romance de Ana Vasquez, *Los Búfalos, los Jerarcas y la Huesera*, publicado em francês e escrito em castelhano. O livro de ficção, narra o contexto após a instauração da ditadura militar e o cotidiano da comunidade exilada, marcado por embaixadas e um futuro desconhecido. A história não contém um

protagonista e cada uma das personagens é portadora de um drama individual, provavelmente uma tentativa de Vásquez (1977) de salientar o caráter coletivo do desterro chileno, mas também os vários “exílios” dentro da totalidade do corpo social exilado.

Em outro texto do mesmo ano, Agata Gligo, escreveu sobre a importância do surgimento de vozes femininas na década de 1980 no Chile e como estas foram transgressoras da ordem estipulada pela mentalidade masculina. Para sustentar seu argumento, reproduziu trechos escritos por poetisas mulheres e citou escritoras que participaram do movimento de subversão. Nos dois escritos, observa-se a necessidade de Gligo de nomear autoras e citar as suas obras como forma de proporcionar visibilidade às produções protagonizadas por mulheres chilenas, característica que também se manifestou em outros artigos de autoria feminina materializados em *Mensaje*. Outro dado importante para a nossa pesquisa é que Agata Gligo (1936-1997) escreveu sobre a literatura do exílio, mas não encontramos informações que comprovem que foi exilada durante a ditadura militar.

3.5. Quem foi Josefina Rossetti?

Josefina Rossetti - provavelmente a socióloga chilena exilada de maior atuação em *Mensaje*, foram cinco textos publicados nas seções intituladas *Sociedad* e *Hechos y comentarios* - exilou-se na França e consagrou-se doutora pela Universidade de Paris. Seu marido, o compositor Vittorio Cintolesi, partiu para o desterro em Paris poucos meses depois do golpe de 11 de setembro e lá permaneceu até 1981. Provavelmente, o casal foi para o país de acolhida em datas próximas⁴¹.

A exilada foi uma das editoras da obra *Patricio Cariola Barroilhet: jesuíta inovador en educación y creador de consensos*, construída com apoio do Centro de Investigación e Desenvolvimento da Educação (CIDE) e da Universidade Alberto Hurtado. Ambas as instituições estiveram envolvidas com a publicação de seu texto *Educación y subordinación de las mujeres*, disponível no repositório da Universidade Alberto Hurtado. A última organização citada recebe o nome do jesuíta Padre Hurtado, criador de *Mensaje* e grande personagem da Igreja Católica Chilena. As fontes primárias desta pesquisa estão digitalizadas no repositório da instituição, assim como um estudo de

⁴¹ Música Teatral. Vittorio Cintolesi Ruz. Disponível em <http://www.musicateatral.cl/vittorio-cintolesi-ruz/>. Acesso em 05 de março de 2023.

Josefina Rossetti e Patricio Cariola sobre a inserção de exilados no mercado de trabalho e o retorno ao país de origem. Este foi divulgado em *Mensaje* por meio de um texto de autoria da intelectual em 1986: *El problema del retorno*. Um dos poucos escritos da revista sobre o exílio que foram desenvolvidos por uma figura feminina.

O texto publicado na seção *Sociedad* também pontuou a realização de um seminário que pautou as discussões sobre exílio-retorno presentes no estudo em destaque. Josefina Rossetti (1986) salientou a importância do encontro de soluções para os problemas que englobam a temática e do entendimento de que o desterro era uma questão de toda a sociedade chilena e não somente da comunidade exilada. Além disso, falou que o evento foi convocado pelo CIDE, patrocinado pela *Pastoral del Exilio de la Conferencia Episcopal* e apoiado por órgãos chilenos empenhados na execução de programas de retorno, entre eles, a *Vicaría de la Solidaridad* e a Comissão Chilena de Direitos Humanos.

A socióloga, também escreveu textos para o impresso sobre as ações dos movimentos feministas chilenos, sendo um deles, *La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia* de 1989. O título faz menção à organização, cujo objetivo era lutar pela participação de mulheres no processo de abertura democrática do Chile e contou com o apoio de María Elena Carrera, presidenta das mulheres da Unidade Popular em 1971, exilada no início da ditadura militar e também presidenta do grupo *Mujeres chilenas en el exilio* com sede em 35 países⁴².

Ao verem seus projetos pessoais e coletivos interrompidos pelas ditaduras militares, muitas exiladas teceram novas redes sociais e intelectuais e construíram grupos que lutaram pela democratização da condição da “mulher” e da política chilena. Josefina Rossetti é uma delas, os dados dos parágrafos anteriores nos permitem refletir sobre as formas de resistência em que a intelectual esteve inserida e como as suas produções são um reflexo delas. Sem contar a maneira como possibilitam que as histórias dos exílios chilenos sejam contadas e escritas a partir da perspectiva de gênero.

Muchas veces la memoria y el relato del exilio se registra en clave masculina. Son los hombres, por lo general intelectuales o con algún

⁴² Biblioteca del Congreso Nacional del Chile. María Elena Carrera Villavicencio. Reseñas biográficas parlamentarias. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mar%C3%ADa_Elena_Carrera_Villavicencio. Acesso em 03 de março de 2023.

Museu de la Memoria y los Derechos Humanos. Archivo de Fondos y Colecciones. María Elena Carrera. Disponível em <http://archivomuseodelamemoria.cl/index.php/302866;isad>. Acesso em 03 de março de 2023.

cargo de representación, los encargados de contar en reportajes, artículos académicos o libros de investigación o biográficos, el relato épico del exilio. En esos relatos hay marcas de heroicidad, fechas de hitos importantes, dejando entrever en todo momento el privilegio de haber sido testigos de la historia (CARTES, 2019, p. 161).

É inegável o protagonismo de Josefina Rossetti frente ao material feminista e político expresso em *Mensaje* durante o nosso recorte temporal e a maneira como ela alcançou espaço em um corpo editorial que, assim como a historiografia, corroborou para que a experiência do exílio fosse retratada como um fenômeno universal masculino. Logo, a trajetória da exilada expõe as contradições inseridas no próprio impresso. A investigação realizada indica que sua carreira profissional e política conecta exílios, feminismos e catolicismos por meio de mecanismos que perpassam as páginas impressas da fonte aqui estudada.

3.6. Divulgação de obras escritas por mulheres

Como explicitamos no capítulo anterior, escrever a História das Mulheres do Chile estava entre os objetivos dos movimentos feministas chilenos da segunda onda, impactando nas produções em *Mensaje*. Dessa forma, as exiladas e/ou feministas atuantes no impresso, se preocuparam em difundir obras acadêmicas e literárias, construir teorias e disseminar conhecimentos sobre a temática feminina em âmbito nacional. Um dos livros escritos por estas sujeitas e divulgado em *Mensaje* foi *Mundo de mujer: continuidad y cambio*. Em 1988, Guillermo Campero escreveu para a revista uma espécie de resenha sobre a obra publicada pelo *Centro de Estudios de la Mujer*. Segundo o autor, a produção trouxe onze trabalhos desenvolvidos por dezesseis cientistas sociais que deram conta da situação social, econômica e cultural da mulher chilena.

Guillermo Campero (1988), o único homem que escreveu sobre uma produção feminista encontrado em nosso mapeamento, ressaltou que o livro ocasionou um debate nas esferas intelectual, política e empresarial e teceu elogios a estética do material e ao cuidado das autoras que o confeccionaram. Acrescentou que a epistemologia elaborada, evidenciou uma vontade de se posicionar no meio intelectual e frente a opinião pública de maneira assertiva e orgulhosa. Também foi destacado, o teor investigativo de boa qualidade e o comprometimento das intelectuais com o desenvolvimento de uma teoria que contemplasse as mulheres e se dirigisse à sociedade chilena como um todo.

Mundo de mujer: continuidad y cambio foi concebida como uma atitude, uma observação cuidadosa e uma identidade comprometida destas sujeitas. Atitude e discurso que se articularam a partir de uma identidade aparentemente marcada pela lógica da subordinação e da resistência. Foi apontado o quanto o livro desafiou símbolos que consagraram a marginalização e a manifestação de uma série de lutas. Guillermo Campero (1988), pontuou que superar a marginalização consistia em entender o seu pertencimento a um grupo subalternizado e depois adquirir consciência de intervenção para superá-la. Dessa forma, sentir-se igual seria o primeiro passo para a conquista legítima de ideias e propósitos. Concluiu-se que o estudo inaugurou um processo de profundas transformações culturais na sociedade chilena, unindo consciência de subordinação, resistência e vocação de conquista.

O artigo trouxe um tópico intitulado *Una de las autoras comenta* de autoria de Josefina Rossetti. A exilada apontou que o lançamento da obra ocorreu em um seminário no Hotel Galerías no dia 26 de julho de 1988. Através de pesquisas na internet, descobrimos que Eugenia Holo foi a coordenadora da produção e suas outras autoras foram: Ana María Arteaga, Ximena Díaz, Thelma Gálvez e Rosalba Todaro, Liliana Letelier, Dánisa Malic e Elena Serrano, Sonia Montecinos, Mariluz Dussel, Angélica Wilson, Adriana Muñoz, Giselle Munizaga, Ximena Valdés S. e a própria Josefina Rossetti⁴³. De acordo com o site do *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM):

Mundo de mujer: continuidad y cambio presenta un diagnóstico de las formas concretas que asume la discriminación de la mujer en torno a la salud, la educación, el derecho, el trabajo, la cultura, los partidos políticos y las organizaciones sociales en una realidad que se transforma abruptamente a partir de 1973.

Na parte final de seu escrito, Josefina Rossetti (1988) questionou o fato de homens não terem assumido a sua responsabilidade frente à luta contra a discriminação das mulheres. Além disso, enfatizou que a condição de submissão feminina era uma barreira para a atuação das mulheres a nível individual e coletivo. Era preciso que a sociedade, os partidos e demais grupos se conscientizassem no que diz respeito à construção de ferramentas promotoras de igualdade entre homens e mulheres. Algumas das medidas

⁴³ Centro de Estudios de la Mujer. Mundo de mujer: continuidad y cambio. Disponível em <https://cem.cl/mundo-de-mujer-continuidad-y-cambio-centro-de-estudios-de-la-mujer-cem-1988/>. Acesso em 05 de março de 2023.

necessárias para a concretização desse objetivo seria a criação de ações afirmativas, cotas e outros instrumentos que rompessem com costumes tradicionais.

Não encontramos vínculos dos nomes citados anteriormente com o exílio. Porém, não descartamos a ideia de que entre eles se encontram exiladas chilenas. No entanto, sabemos que Josefina Rossetti (1988) foi uma delas e que é importante ressaltar a sua contribuição para a escrita da História das Mulheres do Chile ao longo de sua trajetória feminista e política que se conectou com os exílios. Sem contar que a sua participação no *Centro de Estudios de la Mujer* solidifica a nossa hipótese de que as exiladas chilenas corroboraram para a consolidação de epistemologias e instituições de gênero que ainda hoje estão em funcionamento no Chile e carregam um legado histórico das mobilizações de mulheres contra o Estado ditatorial.

3.7. *Instituto de la Mujer*

O retorno de exiladas ao Chile durante o período de 1988 e 1990 foi marcado por quebras de expectativas e tentativas de readaptação e socialização em uma sociedade que já não era a mesma de antes do exílio. Além disso, alguns de seus amigos e familiares se encontravam mortos, presos ou desaparecidos em decorrência das violações aos direitos humanos impostas pelo autoritarismo. Dessa forma, era necessário recompor os seus círculos sociais, iniciar novos ciclos ou até mesmo reconstruir projetos interrompidos. Um dos motivos que explicam a solidariedade entre exiladas que retornaram ao país e formaram associações compostas por mulheres é este sentimento de recomeço e desamparo gerado pela nova realidade (CORTES, 2019).

Las mujeres que retornaron a Chile entre 1988 y 1990 se encontraron con un escenario un tanto adverso, debiendo enfrentar periodos de desadaptación de ellas y sus familiares, así como también la evidencia de los años en el exterior que se manifestó en dificultades para recomponer las redes sociales. La recuperación del tejido social de las exiliadas se tornó como una tarea compleja, dado que parte de sus amistades y familiares estaban presos, habían muerto o seguían en paradero desconocido. Esta situación dejó literalmente a cientos de mujeres en la más absoluta soledad, razón que explicaría sus acercamientos posteriores a las organizaciones de mujeres en Chile (CORTES, 2019, p.173).

Um texto que exemplifica esta situação é *El Instituto de la Mujer* de autoria de Josefina Rossetti (1988) que contém duas páginas, foi publicado em 1988 na seção

Hechos y Comentarios de Mensaje e traz uma entrevista com Soledad Larraín, psicóloga com especialização em saúde mental ocupacional e diretora do *Instituto de la Mujer*. É digno de nota que o material comporta uma foto de um grupo de mulheres mobilizadas coletivamente, o que ressalta o caráter de grupo e união entre sujeitas organizadas em prol da emancipação feminina e a luta pela democracia. Ao que tudo indica, uma escolha editorial que conversa com a frase de destaque presente no início do artigo "Un grupo de mujeres se organiza para influir en el quehacer nacional".



Imagem 22 - Primeira página do texto *El Instituto de la Mujer*
Fonte: Revista *Mensaje*

De acordo com a profissional entrevistada, as agrupações de mulheres de origem feminista e progressista eram pouco conhecidas. E se levarmos em consideração o cenário chileno, a porcentagem de mulheres envolvidas nessas ações ainda era pequena. Outro ponto levantado foi que desde os fins da década de 1970, essas sujeitas desenvolveram atividades importantes que evidenciaram as suas elevadas capacidades de organização.

Josefina Rossetti (1988) ressaltou que Soledad Larraín estava ciente de que o *Instituto de la Mujer* atuava em conjunto com as mobilizações protagonizadas por mulheres ao longo dos anos. E que a instituição não governamental objetivava dialogar com conhecimentos e experiências adquiridos no decorrer do exercício das ações femininas que contemplavam as demandas nacionais. Além disso, almejava corroborar para a elaboração de políticas públicas que buscavam romper com as inúmeras maneiras de discriminações que acometiam as mulheres.

O *Instituto* procurava promover trabalhos que levavam em consideração a participação feminina nas áreas de saúde, trabalho e política, voltando-se para o desenvolvimento regional e nacional. A principal missão da instituição consistia em potencializar medidas de ação e difusão de informações como, por exemplo, oferecer capacitação e cursos de formação de múltiplas áreas. Já uma de suas preocupações englobava fornecer cursos para mulheres de diferentes espaços socioeconômicos. Um dos programas ofertados era sobre o comportamento reprodutivo de mulheres de diferentes gerações e grupos sociais. Da mesma forma que outras organizações feministas do período, potencializou a participação feminina em espaços públicos.

El Instituto de la Mujer tiene la intención de incidir sobre la cultura política de la población femenina. Está en curso un proyecto sobre el comportamiento político de las mujeres en las capas medias urbanas. Se pretende incentivar la participación de las mujeres en política y preparar a mujeres para desempeñarse en dicho campo (ROSSETTI, Mensaje, n.369, p.226).

Várias componentes do *Instituto* eram socialistas, porém foi explicitado no artigo em análise que a organização era autônoma e apartidária. Uma de suas metas seria expandir seus atendimentos para acolher mulheres de distintas vertentes políticas e feministas. No que tange às suas aspirações internas, procurou unir a democracia igualitária decorrente dos feminismos e a hierarquia necessária para colocá-la em prática. A sua direção coletiva foi salientada, além de Soledad Larraín, os nomes que compunham o cargo compartilhado eram Adriana Muñoz, Catalina Palma, Natacha Molina e Núria Núñez.

O texto apenas cita os nomes dessas mulheres, porém achamos importante para a pesquisa buscar mais informações sobre elas, assim como fizemos com outras personagens femininas atuantes em *Mensaje*. A socióloga chilena, Adriana Muñoz (1948), fundadora do *Instituto de la Mujer*, por exemplo, construiu uma carreira política

destacável em seu país (Chile). Em 1967, ingressou no Partido Socialista do Chile (PS) e já no ano 1973 atuou em órgãos que pautavam a reforma agrária e a capacitação campesina. O golpe militar, fez com que se exilasse em Viena, capital da Áustria, até 1982⁴⁴.

Ao retornar ao Chile, trabalhou como investigadora nos projetos *Formas de la Inserción de la Mujer de Sectores Populares al Trabajo Informal Urbano*, *Apoyo Talleres Productivos Mujeres Pobladoras* e *Centro de Capacitación Tecnológico para la Mujer*, ambos do *Centro de Estudios de la Mujer (CEM)*. Em 1987, auxiliou na fundação do *Partido por la Democracia (PPD)*, alcançando a sua vice-presidência no início da década de 1990. Já entre 1988 e 1990, foi presidenta da *Federación de Mujeres Socialistas*. Nos anos de 1997 e 1999, fez parte do conselho diretivo da *Concertación de Mujeres por la Democracia*, já mencionada neste trabalho. Segundo a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, foi consagrada a primeira mulher a assumir a presidência da Câmara de Deputados do país em 2002.

A trajetória feminista e política de Adriana Muñoz, reafirma a nossa hipótese de que o retorno de exiladas/os chilenas/os para o Chile, no início da década de 1980, foi essencial para a articulação entre feminismos, exílios e catolicismos expressa em *Mensaje*. Além disso, consiste em mais um exemplo de como as exiladas e/ou feministas atuantes no impresso, corroboraram para os debates e ações em prol do processo de abertura democrática. Inclusive, fazendo parte da *Concertación de Mujeres por la Democracia* que tinha como uma de suas finalidades, a inserção feminina em cargos políticos.

Vale ressaltar que Adriana Muñoz se tornou senadora e deputada na história recente do Chile, o que nos permite concluir que alguns dos objetivos destas sujeitas foram alcançados e muito provavelmente consistem em conquista histórica para determinados grupos de mulheres que lutam por emancipação nos dias atuais. Logo, precisamos destacar o quanto as atuações das exiladas chilenas contribuem para os feminismos chilenos da atualidade, seja através da militância ou da elaboração de políticas públicas e teorias de gênero. Como destaca, Dora Barrancos (2022):

⁴⁴ Adriana Muñoz D'Albora. Reseñas biográficas parlamentarias. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Adriana_Mu%C3%B1oz_D'Albora. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

Não se pode ignorar que a volta dos exilados foi um combustível singular para o renascimento do feminismo chileno. E não há dúvida de que o novo século trouxe mais associações de mulheres e suas repercussões na vida acadêmica, embora não tenham faltado análises precursoras sobre a participação feminina. Foram iniciados programas voltados para a mulher, como o Centro de Estudos da Mulher (CEM) na Academia de Humanismo Cristão e, posteriormente, o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Mais tarde se criou o mestrado em Estudos de Gênero e Cultura, com duas unidades, nessa Faculdade e na de Ciências Humanas. O território chileno tem sido palco de um movimento feminista diversificado, com apontamentos pioneiros na região latino-americana (BARRANCOS, 2022, pp.171-172).

Em um relato pessoal disponível no site *Nosotras en Libertad*⁴⁵, Catalina Palma, outra integrante do *Instituto de la Mujer*, mencionada por Soledad Larraín, contou um pouco de sua história que também conecta exílios, feminismos e catolicismos. A militante do Partido Socialista do Chile (PS), foi exilada em países como Argentina, Estados Unidos e Inglaterra. Em seu testemunho, citou o idioma como uma dificuldade e o sentimento de pertencimento como uma das sensações manifestadas em seus exílios, o que se relaciona com o estudo publicado por Ana Vasquez (1982) sobre as etapas psicológicas do desterro.

Em 1983, Catalina Palma, retornou ao Chile e se vinculou ao partido acima através da *Secretaría de la Mujer*. Além disso, recebeu apoio da *Vicaría de la Solidaridad* para desenvolver o projeto *Mujer y Desarrollo Local* que tinha o objetivo de analisar o tecido social chileno desde as mulheres que habitavam as *poblaciones* ao nível local. No depoimento sinalizado ela disse que:

(...) En la Vicaría Oriente conocí un grupo de mujeres increíbles, comprometidas con la justicia y los DDHH hasta la médula. La Vero, la Mirta, la Ana María y la Gloria me acogieron y me orientaron para la implementación de mi proyecto. Así llegué a la Villa O'Higgins de la comuna de La Florida, en Santiago, donde me contacté con las mujeres que dirigían ollas comunes, amasanderías populares, talleres de arpilleristas y talleres solidarios que ellas habían levantado para poder paliar el hambre, el desempleo y la pobreza de sus familias y comunidades (PALMA, *Nosotras en libertad*, 2022).

Nota-se que Catalina Palma não foi a única das sujeitas abordadas nessa investigação que procurou dialogar com mulheres de classes menos abastadas da

⁴⁵ Sentido de pertenencia. *Nosotras en libertad*. Disponível em <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/sentido-de-pertenencia/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

sociedade chilena. Teresa Valdés, por exemplo, importante teórica feminista chilena, cuja trajetória foi estudada no capítulo anterior também teve uma ação semelhante. As fontes analisadas, nos possibilitam dizer que as trocas de experiências e conhecimentos entre mulheres de grupos sociais distintos estavam entre as preocupações de certa parcela dos movimentos feministas chilenos. No caso das exiladas, pode ter sido uma forma de pensar as suas vivências no(s) desterro(s) dos pontos de vista individual e coletivo.

Em seu relato, Catalina Palma, também abordou os protagonismos das mobilizações de mulheres e movimentos sociais de *pobladores*, que eclodiram no Chile no início da década de 1980. É interessante que ela apontou que esses setores da sociedade acompanharam as denúncias aos direitos humanos cometidas pelo autoritarismo, a formação de redes internas e externas ao país, a solidariedade internacional e o comprometimento da Igreja Católica. O depoimento da exilada, evidencia que o seu retorno ao Chile corroborou para a implementação de projetos sobre gênero em conjunto com uma entidade religiosa, a *Vicaría de lá Solidaridad*, e a consolidação de uma instituição feminista de notável destaque na esfera nacional chilena, o *Instituto de la Mujer*.

Entre los años 1980 y 1983 surgieron varias ONG's de mujeres. Empezaba un movimiento de protesta en el que las mujeres y el movimiento social de las y los pobladores fueron protagonistas. Fuimos testigos y parte de los masivos caceroleos, de las denuncias de los horrores de la dictadura, de la sintonía de las redes, tanto nacionales como en el extranjero, del rol comprometido de la Iglesia católica y de la solidaridad internacional (PALMA, Nosotras en libertad, 2022).

A própria Catalina Palma disse que muitas exiladas que retornaram ao Chile tiveram a oportunidade de se inserir no *Instituto de la Mujer*, o que indica que elas continuaram com a luta iniciada antes e no decorrer do exílio, mostrando como a experiência do desterro implica em rompimentos com planos, ideologias e indivíduos queridos e, ao mesmo tempo, recomeços e reencontros. O texto de Josefina Rossetti (1988) expôs que o *Instituto* também foi um espaço de sociabilidade e encontros entre mulheres, em um ambiente propício para debates sobre a cultura e política nacionais. Aspecto que ressalta o caráter de acolhida e integração entre mulheres, provavelmente um modo de socialização semelhante aos grupos de consciência feminina elaborados por exiladas e/ou feministas latino-americanas que lutaram contra as ditaduras militares.

Posterior a la visita del Papa en Chile se terminó con el programa de la mujer de la Vicaría. Entonces, me volqué a la idea que traía de Gran Bretaña: crear la Comisión de Igualdad de Oportunidades. Era el año 1985. Esta idea se concretó, finalmente, al año siguiente con la creación del Instituto de la Mujer. Junto con una compañera que vivía en Berlín y mi amiga Nani Muñoz -hoy presidenta del Senado de la República- iniciamos los primeros pasos e invitamos a otras más. Fue un proyecto que apoyó todo el proceso de institucionalización de la organización de las mujeres chilenas y que se cristalizó en el Servicio Nacional de la Mujer. Muchas mujeres, amigas y compañeras, que venían retornando, pudieron insertarse a través del Instituto. Al mismo tiempo, otras mujeres que habían permanecido en el país pero excluidas del sistema, encontraron su espacio de acogida y de trabajo (PALMA, Nosotras en libertad, 2022).

Na citação em destaque, Catalina Palma falou sobre a criação da instituição em pauta e sua relação pessoal com Nani Muñoz, questão que solidifica a ideia de que a socialização entre estas sujeitas era profissional, mas também pessoal. Afinal, o trabalho em um órgão como o *Instituto* demandava a percepção de subjetividades e histórias, muitas vezes, silenciadas pelo Estado ditatorial e o machismo que imperava em grupos da sociedade chilena. Outro aspecto importante, é a necessidade da autora de falar sobre a institucionalidade e organização feminina da época. Como já salientado, pensar a institucionalização das mulheres na democracia era uma das principais pautas dos movimentos feministas que atuavam neste espaço.

Natacha Molina, também citada por Soledad Larraín, foi vice-diretora da *Secretaria Nacional de la Mujer*, mencionada por Catalina Palma. A socióloga, foi sócio fundadora do *Instituto de la Mujer* e publicou estudos sobre gênero e democracia no Chile e no exterior. Um deles é *Lo femenino y lo democrático en el Chile hoy* de 1986⁴⁶. No início de nosso mapeamento de fontes, tivemos dúvida se Molina foi uma exilada. Apesar da não confirmação, acreditamos que sim, devido às redes sociais em que estava imersa e ao fato de ter trabalhado como docente em universidades da Costa Rica e do México em um contexto onde a locomoção entre países era dificultada pelos governos autoritários⁴⁷. No entanto, o depoimento de Núria Núñez, nos confirmou que Natasha Molina foi exilada no México. Quanto ao seu suposto desterro na Costa Rica, não encontramos informações e documentos.

⁴⁶ Referências Bibliográficas de Molina G., Natacha. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-propertyvalue-141741.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

⁴⁷ El adiós de Natacha Molina, una mujer imprescindible. Observatorio Género y Equidad. Disponível em <http://oge.cl/el-adios-de-natacha-molina-una-mujer-imprescindible/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

A exilada chilena, Núria Núñez, deu um testemunho sobre a sua trajetória política e feminista para a obra *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*⁴⁸ apoiada pela *Fundación Instituto de la Mujer* e organizada por Andrea Pequeño Bueno, Isidora Salinas Urrejola e Tamara Vidaurrazaga Aránguiz cuja primeira edição foi publicada em 2019. O estudo tem a finalidade de abordar as prisões políticas de mulheres do Estádio Nacional do Chile⁴⁹, local de memória histórica, onde assassinaram o cantor Victor Jara, um dos nomes da *Nueva Canción Chilena* e tantos outros indivíduos considerados inimigos do Estado, durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet. A investigação conta com relatos de sete prisioneiras políticas que experienciaram os horrores deste espaço-tempo, entre elas, Núria Núñez.

A sujeita era militante do Partido Socialista (PS) e apoiadora do governo da Unidade Popular no Chile. Após o golpe de 11 de setembro de 1973, foi presa e torturada pelos militares, chegando a ser transferida para alguns centros de detenção, sendo um deles, o Estádio Nacional. Núria Núñez foi exilada na Alemanha no ano de 1974, em seu depoimento, disse que diversas pessoas progressistas que moravam no país, mas viveram no Chile durante os anos de presidência de Salvador Allende, organizaram comitês de apoio ao socialista e que estes foram reforçados com a consolidação da ditadura militar. Ela foi para Berlim Ocidental, sem saber o idioma local e sem ter nenhum contato. Na cidade permaneceu por 14 anos, se tornou mãe e ingressou na faculdade; optou por estudar Psicologia, Ciências Políticas e Literatura.

Na universidade, se entendeu enquanto feminista e desenvolveu pesquisas sobre mulheres e desenvolvimento. Núria Núñez é uma das múltiplas exiladas latino-americanas que se tornaram feministas diante da experiência do desterro. O ambiente propício à circulação de ideias e contato com culturas distintas, proporcionou mecanismos para a transformação e reformulação de ideias e pensamentos da comunidade exilada. E inclusive, a construção da consciência feminista de sujeitas que conheceram teorias e grupos feministas no exterior. Sem contar que a própria configuração do núcleo familiar mudou no exílio, algo que permitiu que muitas delas enxergassem os papéis historicamente atribuídos aos gêneros feminino e masculino de forma crítica.

⁴⁸ NÚÑEZ, Núria. Tú tienes que hacer algo positivo, un aprendizaje de esto y tirar para arriba”. In: *Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional*. BUENO, Andrea; URREJOLA, Isidora; ARÁNGUIZ, Proyecto Financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Cultural y las Artes, Fondart Regional, Convocatoria 2018, Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Fundación Instituto de la Mujer. Jun. 2019, pp.233-258.

⁴⁹ Estádio Nacional (1938-2010). Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100628.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

A exilada criou com outras companheiras um grupo de solidariedade entre mulheres chilenas que também eram prisioneiras políticas e exiladas. O acolhimento e a escuta entre mulheres foram importantes para a formação da identidade destas sujeitas e a permanência no desterro. Vale retomar que Núria Núñez foi para a Alemanha sem falar o idioma do país e sem conhecer ninguém, ou seja, provavelmente se sentiu sozinha e deslocada em diversos momentos da experiência do exílio, sobretudo em suas etapas iniciais. Logo, receber apoio intelectual e pessoal das integrantes dos movimentos feministas pode ter sido uma forma de construir a sua nova vida, reformular planos e acolher as suas subjetividades.

La universidad fue un maravilloso descubrimiento, allí me hice feminista. Se me abrió el mundo, conocí nuevas cosas, me acerqué a personas diferentes, con historias de vidas muy distintas a la mía, aprendí cosas valiosas de cada uno de ellos. El movimiento feminista alemán estaba en su fuerte apogeo en esa época. Yo soy, en general, una persona curiosa, reviso, miro, leo, estudio; y, entonces, organicé junto a otras un grupo de solidaridad de mujeres chilenas, con las compañeras presas y exiliadas que iban llegando. En este periodo universitario, además, me mezclé más con las alemanas, tengo excelentes amigas allá, compañeras mías de estudio. El movimiento feminista me apoyó mucho en mi desarrollo personal e intelectual, construyó espacios propios, solo para mujeres, que ayudaron al encuentro, la identidad y la creación de demandas (NÚÑEZ, Núria, 2019, p. 254).

Núria Núñez estabeleceu laços com mulheres alemãs, mas também com chilenas que desempenhavam uma luta semelhante à sua. Também se articulou com peruanas como mostra o seguinte trecho de seu testemunho e, ao que tudo indica, com outras mulheres latino-americanas que encontraram nos feminismos instrumento de emancipação política, social e econômica. A exilada destacou que foi no Segundo Encontro Feminista Latino-americano que ocorreu em Lima que ela, Natacha Molina e Catalina Palma decidiram formar o *Instituto de la Mujer*. Ambas feministas socialistas sentiram falta de uma organização de cunho político que desse conta da materialidade do contexto chileno. Os resultados encontrados nesta pesquisa, nos levam a supor que a crítica destas sujeitas era ao fato das instituições feministas chilenas da época adotarem um caráter amplo no que tange às preferências políticas e partidárias. Assim, construir uma entidade socialista seria necessário para o crescimento e posicionamento da vertente dentro dos movimentos feministas chilenos. Levando em conta que elas atuaram no Partido Socialista (PS), seria importante retomar no processo de abertura democrática, as atividades de militância colocadas como clandestinas e perigosas pela ditadura militar.

A comienzos de los años 80, yo tenía una beca y estaba en Perú, trabajando con las mujeres de los pueblos jóvenes. Nos juntamos un grupo en Lima, para el Segundo Encuentro Feminista Latinoamericano. Fue Natacha, de México, Catalina de Inglaterra, yo de Alemania, todas feministas socialistas. Éramos todavía militantes del socialismo. A raíz de ese encuentro, nació la idea de gestar el Instituto de la Mujer. Vimos que había varios centros, pero queríamos crear algo nuevo. La Morada existía, al igual que el CEM. Vimos que había un espacio, sentimos que faltaba un feminismo más político que diera cuenta de lo que pasaba en el país, la dictadura, los asesinatos y la desaparición de personas, la pobreza, la exclusión. En base a estos objetivos armamos el Instituto de la Mujer. En esa discusión formamos un grupo de cinco: se sumaron Soledad Larraín y Adriana Muñoz. Luego logramos la personalidad jurídica, organizaciones alemanas nos ayudaron con los primeros financiamientos para empezar a ejecutar proyectos (NÚÑEZ, Núria, 2019, p. 256).

Em 1988, o nome de Núria Núñez apareceu em uma das listas publicadas pelo governo que autorizavam o retorno de exiladas/os ao Chile. Ela escolheu retornar ao país de origem, interrompeu o doutorado em Sociologia que havia iniciado na Alemanha e decidiu se dedicar ao *Instituto* que havia acabado de entrar em funcionamento. Logo após o retorno, votou no plebiscito que pôs fim ao mandato autoritário de Augusto Pinochet e prosseguiu com a vida no país de origem, porém o exílio e as demais formas de repressão impostas pelo Estado ditatorial deixaram inúmeras consequências para ela e sua família. Ela encerrou o seu relato dizendo o quanto mulheres vítimas do autoritarismo têm que lidar com as marcas desse período histórico em prol de sua saúde psicológica e sobrevivência. Palavras que nos mostram o quanto o regime de exceção ainda se manifesta nas memórias e vivências dos indivíduos perseguidos pelo Estado e que estes carecem de políticas de reparação e justiça histórica.

Observa-se que o *Instituto de la Mujer* teve, em certa medida, uma atuação semelhante ao RIDEM, *Red de Información de los Derechos de la Mujer*, estudado em outro artigo publicado em *Mensaje*, o que nos mostra que a disseminação de conhecimento entre mulheres era uma das pautas das múltiplas entidades criadas pelos movimentos feministas chilenos. Vale lembrar que a organização foi formada em fevereiro de 1987 “En sus primeros años trabajó abriendo espacios para una participación masiva y protagónica de las mujeres en el proceso de transición a la democracia, sacando a la luz las demandas históricas de las mujeres, quienes junto a sus organizaciones

comenzaron a identificarse como actoras políticas y sociales”⁵⁰. Sobretudo nos anos finais da ditadura de Augusto Pinochet, abordou temáticas como democracia, desenvolvimento econômico, cultura, família e sexualidade.

A partir de 1991, momento em que o Chile vivenciava um novo contexto político, deu segmento as reivindicações delimitadas nos anos anteriores e materializadas no slogan *Democracia en el país y en la casa*, articulando os espaços público e privado. Houve um crescimento dos assuntos abordados pelo *Instituto*, a sua articulação com redes internacionais e instituições que também trabalham com gênero foi um deles. Neste período, ocorreu o fortalecimento da sua identidade feminista e política que se manifesta ainda nos dias atuais. Em 2012, o *Instituto de la Mujer*, foi reconhecido pela *Fundación Vidanta* em conjunto com a *Organización de Estados Americanos* e a *Secretaría General Iberoamericana* pela sua contribuição para a redução da desigualdade na América Latina e no Caribe (Memoria Chilena). Fato que reafirma a ideia de que os movimentos feministas chilenos das décadas de 1970 e 1980 construíram um legado que está presente nos dias atuais em âmbito nacional e internacional.

Nota-se que *Mensaje* apresentou o *Instituto de la Mujer* para o seu público através do texto de Josefina Rossetti (1988), passando a impressão de que buscava romper com o silenciamento sobre os movimentos feministas apontados por Soledad Larraín. Como já evidenciado, o contexto demandou que a revista e outros órgãos católicos se aproximassem das mobilizações populares chilenas. Afinal, estes segmentos compunham uma das bases do processo de democratização em curso no Chile. A construção estética do artigo publicado no impresso e as palavras de Josefina Rossetti e Soledad Larraín, salientaram a ideia de integração entre mulheres em nome da construção de um futuro mais igualitário e emancipador. Clima fomentado pela sociedade chilena que se encontrava às vésperas do plebiscito de outubro de 1988. A *Concertación* e seus apoiadores corroboraram para a construção de um sentimento de conciliação entre chilenas/os de diversificados campos sociais, econômicos e políticos, o que também impactou nos discursos dos movimentos que pautavam a categoria gênero. É digno de nota que no texto aqui estudado, foi destacado que o *Instituto de la Mujer* englobava mulheres de amplos segmentos. O material foi publicado em junho de 1988, alguns meses antes do plebiscito, ou seja, a escolha de explicitar esta informação tinha a intencionalidade de alimentar a ideia de coletividade que pairava no território nacional.

⁵⁰ El Instituto de la Mujer. Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-545682.html>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

Dessa forma, vemos que as feministas e/ou exiladas atuantes em *Mensaje* também se encontram entre os agentes que apoiaram ou atuaram diretamente na *Concertación de Partidos por la Democracia*.

3.8. Informação e servidão

Como vimos em momentos anteriores, inúmeras foram as entidades feministas formadas a partir do golpe de 11 de setembro de 1973 e variadas foram as suas ações em instâncias locais e nacionais. A interlocução entre teoria e prática cotidiana se fez um instrumento de fortalecimento destas organizações que mostraram o quanto o conhecimento consistia em potência transformadora e de luta contra as opressões internalizadas nos espaços público e privado.

Los derechos de la mujer de autoria de Josefina Rossetti e Carmen Gloria Aguayo foi publicado na seção *Hechos y Comentarios* de *Mensaje* na edição de janeiro/fevereiro de 1988. No geral, o artigo de duas páginas defendeu a existência de uma relação entre a falta de informação e a servidão e que para lutar pelos seus direitos, as mulheres precisavam conhecê-los. De acordo com as autoras, inúmeras eram as mulheres, sobretudo de setores populares, que enfrentavam situações de dependência em suas casas e não sabiam como proceder diante dessas situações. Partindo desta ideia, uma mulher informada teria mais condições de lidar com casos de violência de gênero.

Josefina Rossetti e Carmen Gloria Aguayo apresentaram no artigo, a RIDEM - *Red de Información de los Derechos de la Mujer* - organização multidisciplinar, composta por mulheres profissionais e grupos de *pobladoras* que almejavam compartilhar com outras sujeitas conhecimentos que interessavam ao gênero feminino sobre áreas como saúde, educação e legislação. As feministas, caracterizaram a instituição como uma rede de solidariedade que não contava com financiamento, mas não parava de crescer. O que reforça o caráter de união e o poder de mobilização das mulheres diante de suas necessidades pessoais e políticas. De acordo com o texto “15 mujeres profesionales colaboran con RIDEM y se han creado ya “antenas” o grupos de base en 24 poblaciones de Santiago. La coordinación de la red está a cargo de Carmen Gloria Aguayo”⁵¹

⁵¹ AGUAYO, Carmen; ROSSETTI, Josefina. Los derechos de la mujer. *Mensaje*, n.366, jan.fev. 1988, p.42.

Los derechos de la mujer

CARMEN GLORIA AGUAYO
JOSEFINA ROSSITTI

Conocer sus derechos es la primera condición para hacerlos respetar. Son muchas las mujeres, especialmente en los sectores populares que por no haber salido aún del encierro de sus casas, viven una permanente situación de dependencia. Cuando se les presenta un problema y no saben cómo actuar, están obligadas a aceptar la solución que otros les proponen o les imponen. Una mujer bien informada, en cam-

bio, está en mejores condiciones para decidir por sí misma y actuar como una persona plenamente capaz. En el contexto autoritario del país, iniciativas como éstas, que ya existen en otras partes del mundo, tienen aún más relevancia.

¿Qué es RIDEM?

La Red de Información de los Derechos de la Mujer (RIDEM) está formada por un

equipo multidisciplinario de mujeres profesionales y por grupos de mujeres pobladoras organizadas que se comprometen a intercambiar las informaciones que cada una posee, acerca de todos los temas susceptibles de interesar a las mujeres: legislación, salud, educación, vivienda, etc. Esta red de solidaridad se creó en mayo de este año. A pesar de que todavía no cuenta con financiamiento ni local propio, no ha cesado de crecer, demostrando con ello que responde a una necesidad. 75 mujeres profesionales colaboran con RIDEM* y se han creado ya "antenas" o grupos de base en 24 poblaciones de Santiago. La coordinación de la red está a cargo de Carmen Gloria Aguayo.

Dar y recibir

La idea de base es que todas las miembros de la red pueden pedir y entregar información, y por lo tanto se estimula el intercambio entre grupos de pobladoras, que comparten sus hallazgos y soluciones. RIDEM funciona sobre la base de charlas de información colectiva, solicitadas por grupos de mujeres pobladoras; cualquier local es apropiado: una capilla, una olla común, o la casa de una vecina. La conversación general motiva las consultas personales que son recogidas por escrito en fichas que luego son respondidas por la especialista correspondiente. Cada grupo de pobladoras forma una "antena", que queda a cargo de dos responsables elegidas entre sus miembros. El nombre de antena para designar a dichos grupos indica que están atentos a recibir las consultas.



Intercambian información para conocer sus propios derechos.

*Las acciones informadas en esta edición por RIDEM pueden recibir a través del T. Centro Telemat. Santiago.

Imagem 23 - Primeira página do texto *Los derechos de la mujer*
Fonte: Revista *Mensaje*

Um dos objetivos das componentes da RIDEM consistia em estabelecer que todas podiam receber e compartilhar informações, fomentando trocas entre grupos de *pobladoras*. Novamente vemos a necessidade dos movimentos feministas chilenos de reunir grupos de mulheres de classes sociais distintas com o objetivo de combater as violações de gênero através da disseminação de conhecimento. O seguinte trecho, também ressalta o caráter de trocas e conversas entre sujeitas, realmente fomentando a ideia de rede, organização e solidariedade entre mulheres.

RIDEM funciona sobre la base de charlas de información colectiva, solicitadas por grupos de mujeres pobladoras; cualquier local es apropiado: una capilla, una olla común, o la casa de una vecina. La conversación general motiva las consultas personales que son recogidas por escrito en fichas que luego son respondidas por la especialista correspondiente. Cada grupo de pobladoras forma una "antena", que

queda a cargo de dos responsables elegidas entre sus miembros. El nombre de antena para designar a dichos grupos indica que están atentos a recibir las consultas de toda la población. Se está iniciando un programa de capacitación de las pobladoras responsables de las antenas, que las preparará para responder a consultas simples y para saber determinar los casos que requieren de consulta a una especialista (Mensaje, p.43, 1988).

As escritoras afirmaram que a rede não almejava solucionar todos os problemas que lhes eram apresentados e que não contemplavam a assistência social. O seu trabalho englobava orientar e entregar informações de qualidade no que tange aos serviços a serem procurados e ações a serem tomadas diante de suas questões problemáticas. Para promover a eficácia de sua atuação, foram realizados contatos com organismos como centros de saúde, consultórios jurídicos e organizações de mulheres.

Por fim, salientamos que Carmen Gloria Aguayo (1929-2021), além de coordenadora da rede, atuou como Ministra da Família e colaboradora do educador Paulo Freire no governo de Salvador Allende (1970-1973). Compôs o Partido Demócrata Cristão (PDC) durante o mandato de Eduardo Frei, mas o desejo de construir uma revolução fez com que posteriormente se filiasse ao Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU). Carmen foi exilada na França e fez parte do coletivo *Mujeres Chilenas Exiliadas de Paris*, se destacando na luta das mulheres⁵². Infelizmente, não encontramos muitas informações sobre as suas ações na organização.

3.9. Inserção feminina na política

Já em *¿Acerca del lugar de las mujeres en política, una mujer presidente?* publicado na seção *Sociedad* de maio de 1988, Josefina Rossetti (1988), abordou a inserção feminina na política chilena. No geral, a intelectual analisou a estrutura política que dificultava a participação de mulheres no espaço público, pontuando a relação entre conservadorismo e submissão e progressismo e trabalho fora do lar e evidenciando o quanto tais questões corroboravam para o distanciamento entre mulheres e política.

⁵² Carmen Gloria Aguayo. Wikipedia. Disponível em https://es.wikipedia.org/wiki/Carmen_Gloria_Aguayo. Acesso em 22 de dezembro de 2022.
Carmen Gloria Aguayo no has dejado. Grupos. Disponível em <https://groups.google.com/g/amistad-chileno-francesa/c/DeSziB-Hyvs?pli=1>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.
Documental mujeres: Gloria Aguayo. Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em <https://archivospatrimoniales.uc.cl/handle/123456789/31568>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

O artigo de cinco páginas foi dividido nos seguintes tópicos: *La cultura chilena de espaldas a la aritmética*, *Las mujeres y la política hoy*, *Pensamos de acuerdo a lo que somos*, *¿Participar en política para servir el café?*, *Las mujeres no se identifican con la política tal cual es hoy*, *Hacer política demanda tempo*, *La automarginación de las mujeres* e *Conclusiones*.

O texto trouxe uma foto de Josefina, o que nos induz a pensar que a abertura do processo democrático possibilitou que o corpo editorial de *Mensaje* conquistasse maior autonomia e liberdade de expressão no que diz respeito às publicações do impresso. Provavelmente, o uso de codinomes e espaços em branco nas publicações da revista diminuiram à medida que a censura se tornou menos intensa. Tal uso da fotografia também nos possibilita refletir sobre o papel assumido pela exilada no impresso. Como observado, ela é a socióloga por nós estudada com mais textos disponíveis em *Mensaje*.

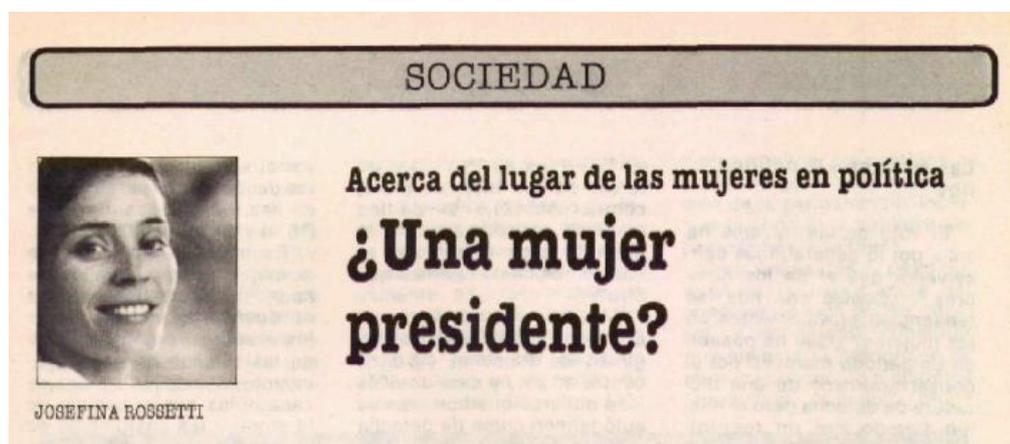


Imagem 24 - *¿Acerca del lugar de las mujeres en política, una mujer presidente?*
Fonte: Revista *Mensaje*

Ao desenvolver os seus argumentos sobre a baixa participação feminina no sistema político do Chile, a autora salientou a existência de certo desinteresse feminino internalizado no que tange ao assunto. Afinal, as mulheres também estavam inseridas dentro da estrutura que reproduzia a ideia de que a política era algo correspondente ao gênero masculino. Josefina Rossetti (1988) destacou que o voto feminino no Chile tendia a ser mais conservador que o masculino e que a tendência era que assim seria no plebiscito de outubro daquele ano.

Observamos a necessidade da exilada de refletir sobre as conexões entre “mulher” e política mediante o cenário de mobilizações geradas pelo referendo. Novamente vemos Josefina Rossetti (1988) construindo em *Mensaje* uma narrativa sobre a votação popular e a atuação feminina nos âmbitos público e privado do Chile. As fontes estudadas nos

permitem acreditar que a sujeita recebeu maior participação no impresso conforme o processo de abertura democrática ganhou corpo no país.

Outro questionamento realizado pela autora diante desse contexto englobou o fato das mulheres comportarem a metade da população eleitoral do Chile e ainda assim não serem levadas em consideração nas análises políticas sobre o país. Embora não tenha citado o livro *La segunda mitad del Chile* organizada por Angelina Meza e destacada no artigo *Mujeres en movimiento* de Patricia Verdugo (1986), supomos que Josefina Rossetti (1988) teve contato com a obra e que esta influenciou nas considerações explicitadas pela autora no texto que estamos analisando. A exilada disse que os políticos não pareciam se importar com a evolução do pensamento feminino ao longo de 14 anos de ditadura e nem com o seu comportamento nas urnas.



Las mujeres constituyen la mitad de la población electoral.

Imagem 25 - *¿Acerca del lugar de las mujeres en política, una mujer presidente?*
Fonte: Revista *Mensaje*

Para a socióloga, a direita e a ditadura de Augusto Pinochet apostavam que as mulheres atuavam de forma mais conservadora que os homens em determinados espaços políticos. Por isso, pediam o seu apoio para impedir os avanços sociais e alimentar o sistema autoritário. De acordo com a exilada, as mulheres foram decisivas para a consolidação do golpe de 11 de setembro de 1973 e eram mais favoráveis ao governo de Pinochet que os homens. Inclusive, comportaram 70% do público que pretendia votar “sim” no plebiscito a ser realizado em outubro daquele ano. Os argumentos de Josefina Rossetti (1988) conversam com a obra de Margaret Power (2008), *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. No livro, a intelectual

investigou a participação feminina na consolidação do golpe contra Salvador Allende e a maneira como o Estado ditatorial investiu em propagandas publicitárias, discursos e entidades compostas por mulheres em busca do apoio do gênero feminino em relação à sustentação do autoritarismo.



Imagem 26 - *¿Acerca del lugar de las mujeres en política, una mujer presidente?*
Fonte: Revista *Mensaje*

A exilada também enfatizou que mulheres não eram concebidas enquanto massa eleitoral e muito menos, como personagens destacáveis da política nacional. Por isso, nomes de mulheres sequer foram citados entre os possíveis líderes e candidatos eleitorais para atuar no futuro. A crítica da autora se referiu tanto ao governo ditatorial quanto à oposição que já se mobilizava em prol do processo de democratização. Josefina Rossetti (1988) também disse que, ao contrário da maior parte da América Latina, o Chile contava com um alto número de mulheres com experiência profissional e acesso à educação superior. Dessa maneira, seria possível encontrar uma mulher chilena inteligente, corajosa e com visão de futuro para governar o país.

A crítica da exilada se conecta com a explicitada por Ana Vásquez (1982) à forma como os campos progressistas enxergavam as mulheres como figuras secundárias na política. Aspecto muito bem ressaltado em um dos tópicos do texto aqui analisado, *¿Participar en política para servir el café?*. Na conclusão, Josefina Rossetti (1988), escreveu uma frase que se relaciona com os dizeres de Simone de Beauvoir (1949) “Não se nasce mulher, torna-se mulher”: La política, como cualquier actividad humana, se aprende. No se hace político. Se llega a serio en el contacto con la arena política, con sus

bellezas y vicisitudes⁵³. Por fim, acrescentou que para romper com esta construção social que outorgava ao gênero masculino a absoluta representação política, seria necessária a implementação de cotas para as mulheres nestes ambientes. Além do desenvolvimento de aptidões femininas, ações que seriam responsáveis por romper com as barreiras analisadas em seu texto.

3.10. *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*

Em fins da década de 1980, alguns partidos políticos voltaram a atuar legalmente no Chile, restabelecendo as suas agendas e discursos da militância. Ainda que houvesse uma forte presença militar no cenário nacional, o processo de abertura democrática contribuiu para a eclosão de debates sobre os novos rumos da política institucional do país. Foi diante deste contexto que as discussões sobre a inserção feminina no âmbito público ganharam força nas produções feministas materializadas em *Mensaje*.

Ao retornar para partidos políticos e movimentos sociais, muitas mulheres chilenas continuaram sendo vítimas do patriarcado estruturado nas esferas políticas. Dessa forma, perceberam que nestes espaços, o seu protagonismo enquanto agente coletivo era limitado em comparação ao caráter autônomo adquirido pelos movimentos feministas organizados durante a ditadura militar. Por isso, defenderam que os grupos de mulheres deveriam seguir sem interferência de partidos políticos. Todavia, outras sujeitas acreditaram que a filiação a partidos políticos e movimentos sociais era fundamental para o alcance de programas de gênero a serem incorporados pela campanha presidencial da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

Uma delas era Mariana Aylwin, já abordada nessa investigação. Segundo a historiadora, após o triunfo do *No* no plebiscito, ela e outras mulheres formaram uma frente coordenada por Josefina Rossetti, integrante da *Concertación de Mujeres por la Democracia* (CMD). A finalidade por trás da ação era assegurar que as reivindicações femininas estivessem presentes nos comitês de campanha da *Concertación*. Visto que, os movimentos feministas eram autônomos e não tinham condições de crescer sem o apoio dos partidos políticos (RUBIO, 2012).

⁵³ ROSSETTI, Josefina. *¿Acerca del lugar de las mujeres en política, una mujer presidente?. Mensaje*, n.368, mai.1988, p.147.

Nesse ciclo de resistência, surgiram órgãos específicos de defesa dos direitos humanos e o Movimento *Concertación* das Mulheres pela Democracia que, por um lado, serviu como instrumento unificador e, por outro, criou resistências por sua adesão à frente de centro-esquerda *Concertación*. A agitação das mulheres foi decisiva no referendo em que triunfou o “Não” - em outubro de 1988 - que impediu Pinochet de prolongar a ditadura por mais uma década. O slogan fundamental que uniu a maioria dos movimentos - para além de sua disparidade - era “Democracia no país e em casa” (BARRANCOS, 2022, p. 170).

Em junho de 1989, Josefina Rossetti publicou na edição 379 de *Mensaje* um texto intitulado *La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia - Concertarse para tener una voz en política nacional*. O artigo de duas páginas, presente na seção *Hechos y Comentarios*, abordou o entusiasmo ocasionado pelo resultado do plebiscito e a sua contribuição para a formação da *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia* em dezembro daquele mesmo ano. A presidenta da entidade era a própria Mariana Aylwin, membro do Partido Demócrata Cristão e filha do candidato à presidência da República, Patricio Aylwin. Josefina Rossetti (1989) ressaltou que o agrupamento:

Se trata de una iniciativa de un conjunto muy amplio de personalidades femeninas ligadas a los partidos políticos de la Concertación de Partidos y a las organizaciones de mujeres. Entre sus objetivos principales figura el lograr una efectiva participación de las mujeres en los niveles de decisión de la sociedad, en especial en el campo político (ROSSETTI, 1989, *Mensaje*, n. 379, p. 220).

Segundo Rossetti (1989), do ponto de vista coletivo, as mulheres se organizaram de forma ampla e foram audaciosas e fortes durante o período ditatorial. No entanto, era necessária a criação de uma instância que permitisse inserir as demandas das mulheres à política nacional. A exilada, caracterizou a *Concertación* como um movimento amplo e massivo formado por sujeitas empenhadas em trabalhar em prol dos direitos das mulheres e da democracia. Nota-se que a articulação política contou com grandes teóricas e militantes dos movimentos feministas chilenos, atribuindo às demandas das mulheres um caráter partidário.

Así, la CMD, que nació como una plataforma paralela a la naciente Concertación de Partidos por la Democracia, se planteó como un punto medio entre el feminismo movimientista, al aunar a grandes pensadoras y teóricas del Movimiento de Mujeres - como Josefina Rossetti y Eugenia Hala, entre otras- y su arista partidista, contando con el apoyo de personas como Carmen Frei, María Antonieta Saa y Carmen Serrano, por mencionar solo algunas, y que buscaría representar las

demandas del movimiento ante la política oficial que se rearticulaba (RUBIO, 2012, p. 24).

Rossetti (1989) deu ênfase ao fato da *Concertación* não ser uma iniciativa contra os homens e sim uma maneira de melhorar a vida de toda a população do Chile. Provavelmente, a finalidade por trás da afirmação era fazer com que os leitores da revista fossem favoráveis ao movimento; rompendo com a ideia de que os feminismos excluía os homens e só trariam benefícios ao gênero feminino. Também salientou a importância do movimento incorporar em seu programa diferentes realidades sociais, reconhecer que a categoria “mulher” é abrangente e alcançar todas as mulheres do país. Enfim, proporcionar um encontro entre sujeitas de diversas vivências, reunindo donas de casa, jovens e mulheres de distintas classes sociais. A fotografia presente no artigo retoma a ideia de coletividade entre mulheres chilenas e a ocupação de espaços de poder:

HECHOS Y COMENTARIOS

La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia

Concertarse para tener una voz en política nacional

JOSEFINA ROSSETTI

Bajo el entusiasmo suscitado por los resultados del plebiscito, se creó en diciembre de 1988 la Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia. Se trata de una iniciativa de un conjunto muy amplio de personalidades femeninas ligadas a los partidos políticos de la Concertación de Partidos y a las organizaciones de mujeres. Entre sus objetivos principales figura el lograr una efectiva participación de las mujeres en los niveles de decisión de la sociedad, en especial en el campo político.

En estos quince años de dictadura las mujeres chilenas han mostrado ser fuertes, valientes, audaces, imaginativas. Se ha desarrollado asimismo un vasto y polifacético movimiento de mujeres, pero hacia falta una instancia que permitiese llevar a la vida política nacional las preocupaciones y búsquedas de las mujeres.

La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia es una organización de vocación masiva que se propone invitar a todas las mujeres que desean trabajar por los derechos de la mujer y por la democracia, en el marco de métodos pacíficos de acción.

La Concertación no es una iniciativa en contra de los hombres. Si así fuese, sería una empresa insensata. Por el

contrario, se propone potenciar los esfuerzos y acciones que las mujeres han venido haciendo y con ello enriquecer la vida de los hombres y de las mujeres del país.

La Concertación pretende ser un lugar de encuentro entre mujeres provenientes de distintos mundos y realidades sociales. Llama a las dueñas de casa, a las mujeres jóvenes pero también a las mujeres de edad, a las mujeres de todas las clases sociales. A las militantes de partidos políticos, a las integrantes de organizaciones de mujeres: a las mujeres que se desempeñan en instituciones y empresas, en organizaciones sociales, en el campo del arte y la cultura; a las trabajadoras, a las profesionales independientes.

La Concertación opera en base a la adhesión individual. Adherir a la Concertación es compatible con otras militancias o lealtades. Las adherentes pueden integrarse a las distintas Comisiones de Trabajo. La CNMD es una entidad autónoma respecto de la Concertación de Partidos pero trabaja en estrecha relación con ella.

La Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia se ha propuesto actuar durante el año 1989. Cuando se defina cuál va a ser la institucionalidad de la mujer en el gobierno democrático sus adherentes deberán decidir si conviene que siga funcionando y con qué carácter.

Los objetivos que se propone cumplir durante el período mencionado son: definir políticas y programas respecto de la mujer para llevar a cabo en el gobierno democrático; promover figuras femeninas en la política, así como en los puestos de decisión en el gobierno, la administración pública y el gobierno local; procurar que el trabajo político que se realice con las mujeres por la candidatura presidencial y durante la campaña parlamentaria



Trabajar por los derechos de la mujer y por la democracia.

220 MENSAJE N.º 171, JUNIO 1989

O texto também argumentou que a *Concertación de Mujeres* era uma entidade autônoma que se propôs a atuar durante o ano de 1989, refletindo sobre a institucionalidade da “mulher” no governo democrático e trabalhando em conjunto com a *Concertación de Partidos*. Josefina Rossetti (1989) mencionou a preocupação da agrupação em definir políticas e programas destinados às mulheres a serem implantados no governo. Além disso, o movimento almejava a inserção e promoção de mulheres na política, seja em cargos de decisão do governo ou na administração pública.

É digno de atenção que a aproximação entre partidos políticos e movimentos de mulheres não agradou todos os setores da sociedade chilena. Muito pelo contrário, dividiu opiniões entre integrantes das duas instituições. Em um depoimento María Antonieta Saa, militante feminista e membro da CMD, disse que o grupo se desintegrou após ser expulso da *Concertación de Partidos por la Democracia*. Após a desintegração, a própria *Concertación* compôs uma frente sob seu comando e nomeou Soledad Larraín para assumi-la.

“Nosotras fuimos paralelas a la Concertación hasta que les molestamos, que les robamos protagonismo y nos echaron. Nos echaron de la campaña. Habíamos estado bastante presentes, hasta que en determinado momento la Concertación nos dejó fuera: volvieron los departamentos femeninos de las mujeres y ahí se deshizo (el CMD)”, recuerda Saa. En seguida, la Concertación formó un departamento dentro de su comando, nombrando a la socialista Soledad Larraín a cargo. “Ahí sí sirvió nuestro programa, nuestra agenda, pero ya nosotras estábamos expulsadas”, recuerda entre risas nostálgicas la actual diputada PPD (RUBIO, 2012, p. 25).

Vale lembrar que Soledad Larraín, concedeu uma entrevista para *Mensaje*, um ano antes da publicação deste texto de Josefina Rossetti (1989). Na época, se apresentou como diretora do *Instituto de la Mujer* e destacou os aspectos de união entre um amplo número de mulheres fomentado pela organização. Não sabemos com exatidão quais foram as disputas internas que levaram à ruptura entre a CMD e a *Concertación*, mas acreditamos que o protagonismo conquistado alcançado pelos movimentos de mulheres em âmbito nacional pode ser um deles. Afinal, como explicitado pelas agentes atuantes na revista, o conservadorismo moral de certa parcela da sociedade chilena se refletia em diversas organizações, entre elas, movimentos sociais e partidos políticos.

Ressaltamos que as tensões entre as próprias feministas diante da conjuntura de conciliação de classes e interesses pode ter corroborado para o acentuamento das divergências entre os movimentos de mulheres. Logo, outras fraturas ocorreram no período de redemocratização. Vemos aqui, novamente, o debate entre permanecer na institucionalidade, exigida pela política partidária tradicional, ou seguir com os feminismos enquanto órgãos independentes.

Para Sandra Palestro, la creación de la CMD, así como su corta y accidentada vinculación con la línea partidista tradicional, no sólo marcó la aceptación de parte del movimiento de la lógica tradicional de la política partidaria, sino que terminó por dividir, quizás irremediablemente, su espíritu original: “empiezan ahí ya a dividirse las aguas, a definirse más claramente cuál era nuestra participación en la democracia. Y claramente esa vertiente pensaba en la institucionalidad, en entrar a la institucionalidad, y otra corriente muy fuerte, más movimientista, planteaba la autonomía, y no formar parte del Estado. Allí también se produce el quiebre del movimiento feminista, porque muchas entran al gobierno, y otras se abstienen. Un movimiento que no se recuperó más: que se quebró ahí y nunca más se recuperó”, sentencia la investigadora, hoy inserta en el mundo del activismo, lejos de la institucionalidad oficial (RUBIO, 2012, pp. 25-26).

Observamos que as produções feministas em *Mensaje* não exploraram as contradições inseridas na construção e no programa da *Concertación de Mujeres por la Democracia* e a sua expulsão da *Concertación*. Muito pelo contrário, desde antes do plebiscito de 1988, fomentaram o clima de integração e cooperação entre toda a população chilena diante do período democrático. Notamos que o sentimento de coletividade também se manifestou nos artigos que retratam instituições compostas por mulheres como o *Instituto de la Mujer* e o RIDEM - *Red de Información de los Derechos de la Mujer*. A investigação realizada nos mostra que a revista apoiou o projeto de consenso da *Concertación* e encontrou nos movimentos feministas uma maneira de promovê-lo para o seu público. Não foi por acaso que Josefina Rossetti, Mariana Aylwin e Soledad Larraín, três agentes diretamente relacionadas à CMD, tiveram participação de destaque nas páginas do impresso que abordaram a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as relações entre feminismos e catolicismos estabelecidas no Chile ditatorial corroboraram para a atuação de exiladas em *Mensaje*, principalmente a partir do ano de 1983, que englobou diversas manifestações populares e o retorno de exiladas e exilados ao país. Por mais que tais conexões estejam imersas nas segundas ondas dos feminismos latino-americanos e em mobilizações internacionais contra os autoritarismos, elas adquiriram contornos próprios que acompanharam a conjuntura nacional chilena e as transformações da revista, um agente político e social de seu espaço-tempo.

Assim como as sujeitas desta pesquisa, buscamos apontar alguns dos inúmeros silenciamentos que percorrem as Histórias das Mulheres do Chile, a partir de dados, teorias, obras e ações protagonizadas por agentes que encontraram nos movimentos feministas um instrumento de emancipação individual e coletiva. Nós também entendemos que utilizar referências femininas latino-americanas é um trabalho de desobediência epistêmica que implica no reconhecimento de que a região colonialmente denominada como América Latina tem as suas pautas específicas. Em grande parte, marcadas pela colonialidade e pelo imperialismo que também atravessam as suas questões de gênero. No entanto, ressaltamos o que o feminismo aqui abordado contém limitações no que diz respeito à categoria raça e o quanto este silenciamento se relaciona com o fato da maioria das sujeitas estudadas nesta pesquisa serem mulheres brancas, cis, classe média e com acesso ao ensino superior que também foram influenciadas por pensamentos feministas europeus e estadunidenses de sua época. Afinal, trabalhamos com escritas em trânsito imersas entre continentes e ideias.

As produções das exiladas e/ou feministas chilenas em *Mensaje* dialogam com áreas como literatura, economia, história, ciências sociais, psicologia e política, rompendo o ideal historicamente fomentado pela estrutura patriarcal e capitalista de que o gênero feminino é incapaz de ocupar o espaço público de maneira eficaz. Vemos também nestes materiais a preocupação em desconstruir dicotomias e construir um mundo mais justo, não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade chilena através de projetos diversos. Explicitamos que os discursos e ações por elas adotados a partir do processo de redemocratização contribuíram para que se afastassem das teorias feministas de Julieta Kirkwood e Teresa Valdés, intelectuais socialistas que foram de grande inspiração para os movimentos feministas chilenos que eclodiram em resposta à ditadura

militar. Ou seja, notamos uma diferença de discursos e ações entre as produções dos anos iniciais e finais da década de 1980.

É digno de nota que estas mulheres mostraram como os exílios femininos foram muito importantes para a articulação e consolidação dos movimentos feministas do país e as lutas das esquerdas do Chile. Ao mesmo tempo que as desterradas tiveram participações determinantes para a construção de encontros internacionais de mulheres, criação de grupos de consciência e entidades, circulação de ideias e teorias e elaboração de epistemologias, elas foram essenciais para a arrecadação de fundos para as organizações de esquerdas que se encontravam na clandestinidade e a disseminação de denúncias sobre as violações aos direitos humanos cometidas pelos militares.

As atuações das exiladas na revista, também corroboram com os estudos sobre a categoria gênero na pesquisa histórica, sobretudo no que tange a historiografia sobre as ditaduras militares e os exílios latino-americanos. Estudar as trajetórias destas sujeitas por meio dos impressos é muito significativo, visto que, parcela considerável dos trabalhos sobre o campo das Histórias das Mulheres nos regimes de exceção utilizam a História Oral como ferramenta. O que não é um problema, porém acreditamos que podemos explorar outros recursos e fontes ainda pouco estudadas como *Mensaje*. Uma revista valiosa para investigarmos exílios, feminismos e catolicismos no Chile ditatorial, mas também outras múltiplas temáticas e temporalidades.

Outro aspecto a ser destacado é que as mobilizações das mulheres chilenas desenvolvidas nos últimos anos consistiram em inspiração para a construção deste projeto, a maneira como elas ocuparam os espaços públicos por meio de gritos de ordem e performances e questionaram a institucionalidade e o neoliberalismo instaurados no Chile pela ditadura militar, foram imprescindíveis para a organização das nossas discussões sobre temáticas como o trabalho de reprodução social, o plebiscito de 1988 e a *Concertación de Partidos por la Democracia*. Esta investigação buscou, de alguma forma, pautar a justiça histórica que elas tanto reivindicam.

Por fim, enfatizamos que as relações entre exílios, feminismos, catolicismos presentes em *Mensaje* exigiram a desconstrução de estereótipos e preconceitos elaborados pela própria autora desta pesquisa, que antes entendia que feminismos e catolicismos eram áreas impossíveis de dialogarem entre si. O desenvolvimento deste objeto possibilitou que o seu olhar frente a esta concepção mudasse totalmente, complexificando as suas percepções sobre os exílios e feminismos latino-americanos e as formas de contatos que estabeleceram com a Igreja Católica ao longo das últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. *Feminismo no exílio: o Círculo de mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, Editora Alameda, São Paulo, 2014.

ABREU, Maira. *Nosotras: feminismo latino-americano em Paris*. Estudos Feministas, Florianópolis, 336, maio-agosto/2013. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200007/25779>.

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. Editora Appris, 3 ed., Curitiba, 2021.

AMORÓS, Mario. *La Iglesia que nace del pueblo. Relevancia histórica del movimiento Cristianos por el Socialismo*. In: VALLEJOS, Julio (coord.). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. LOM Ediciones. Santiago de Chile, 2005.

AQUEA, Cherie. *Marxismo y feminismo – Julieta Kirkwood, una socióloga intrusa en la filosofía chilena a las puertas de integrar el canon de la Filosofía de Liberación Latinoamericana*. Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 24, núm. 85, pp. 164-177, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/279/27961112009/html/index.html>.

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. 1.ed. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2002, 288 p.

BARRANCOS, Dora. *Maestras, librepensadoras y feministas en la Argentina (1900-1912)*. ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge. In: *Historia de los intelectuales en America Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

BASTOS, Natalia. *O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio*. Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, pp.1-6.

BEIGEL, Fernanda. *Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana*. Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 8. N° 20, 2003, pp. 105-115.

BERNEDO, P. *La Prensa durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático*, en Claudio Rolle (coord.), 1973, *la vida cotidiana de un año crucial*, Editorial Planeta, Santiago 2003, pp. 59-97.

BORGES, Elisa. *O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho*. Projeto História, São Paulo, n. 47, 2013, p.85-109.

BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana. *Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências*. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis - SC - Brasil, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>.

CAMARGO, Ayla. *Mulheres no exílio x esquerda masculina marxista: diálogos (im)pertinentes à base do feminismo brasileiro*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL, pp. 63-71.

CARIOLA, P. ROSSETTI, J. *Inserción laboral para el retorno: El caso de los exiliados chilenos*, CIDE, 1984. Disponível em <https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/10520>.

CARTES, Carolina. *Exiliadas chilenas: una aproximación de género en las memorias del exilio*. ÉNDOXA: Series Filosóficas, n. 44, 2019, pp. 155 - 184. UNED, Madrid. Disponível em <https://revistas.uned.es/index.php/endoxa/article/view/24388>.

CAYUMÁN, Angélica; GAJARDO, Antonieta. *Teología feminista en Chile: actores, prácticas, discursos políticos*. Cadernos Pagu, 50, 2017.

COELHO NETO, Raphael. *A formação de redes intelectuais no exílio e a resistência à ditadura pinochetista*. In: Exílio, intelectuais, literatura e resistência política nas revistas Literatura Chilena e Araucaria de Chile (1977-1989). Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2017, pp.225-247.

CRUZ, María. *A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile*. QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (org.). In: História e Memória das ditaduras do século XX. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 369-393.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, 1.ed., 2016, p.67.

DIANNA, Eduardo. *Com Deus e pela transformação social: notas sobre o “cristianismo subversivo” chileno no início dos anos 1970*. *Temporalidades - Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1, jan./abril. 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2021. 12ª ed., 2021.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. Editora Elefante, São Paulo, 2020.

GARCÍA, Marcela. *Itinerarios militantes, profesionales y familiares de exiliadas chilenas em Francia: un análisis en términos de relaciones sociales*. La Plata, 26, 27 e 28 de setembro de 2012. Disponível em <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>.

JAMMET-ARIAS, Nathalie. *Mujeres en el exilio, ¿Mujeres libre?: el caso de las mujeres chilenas refugiadas en Francia a partir de 1973*. IV Jornadas de Trabajo Exilios políticos del Cono Sur en el siglo XX: agendas, problemas y perspectivas conceptuales, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina, 2018.

KALLÁS, Ana Lima. *Religião e Política na América Latina: A Igreja Católica e o governo de Salvador Allende (1970-1973)*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006, pp. 1-11. Disponível em [anphlac.fflch.usp.br > vii-encontro](http://anphlac.fflch.usp.br/vii-encontro).

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política em Chile: Los nudos de la sabiduría feminista*, 2.ed, Santiago, Cuarto Propio, 1990.

LAPUENTE, Rafael. *A imprensa como fonte: apontamentos teóricos-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica*. Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016. Disponível em <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>.

LARGO, Eliana. *50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto*. In: 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e

democráticos. Ed.1, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, pp.99-135.

LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

LOWY, Michel. O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. In: *Cap.2. O cristianismo da libertação na América Latina*, Ed.1, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, pp.73-140.

MARQUES, Gabriela. *As feministas na Igreja Católica: uma análise do Circulo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, pp.1-15. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132_ARQUIVO_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf.

MONTENEGRO, Luna. *Dislocando a la izquierda: Julieta Kirkwood y el movimiento feminista chileno*. Cuadernos de Teoría Social, año 4, n.8.

MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: La Anatomía de un Mito*. Lom Ediciones, Santiago, 1997 (p.13-30; p.171-193).

ODILA, Maria. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. HOLLANDA, Heloisa (org.). In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, pp. 357-369.

PEDRO, Joana; SOIHET, Raquel. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Cadernos PAGU, 2007.

PEDRO, J; WOLFF, C. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007, pp.55-69.

PEDRO, Joana. *Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul*. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

PEDRO, Joana. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v.24, N.1, P.78, 2005.

PEDRO, Joana. *Trajetórias políticas em mudanças: tornar-se feminista no Cone Sul*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2001.

POWER, Margaret. *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museus, Santiago, Chile, 20

REBOLLEDO, Loredo. *Mujeres exiliadas: con Chile en la memoria*. CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile, 2005. Disponível em <http://www.archivo-chile.com/>.

RICHARD, Nelly. *A escrita tem sexo?* In: RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RICHARD, Nelly. *La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile*, 2001. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>.

ROJAS, Marisol. *Copihues entre orquídeas: mujeres chilenas exiliadas en Costa Rica (1973-2003)*. Revista Estudios, 2007, pp.171-185.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Editora: Record, 1999.

RONIGER, Luis. *Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios*. In: QUADRAT, Samantha (org.). *Caminhos cruzados: História e Memória dos Exílios Latino-Americanos no século XX*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011, pp.31-61.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante. Segunda Parte - Danda Prado e a coragem feminista*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013, pp.105-233.

ROSSETTI, Josefina. *Educación y subordinación de las mujeres* CIDE, 1989. Disponível em <https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/945>.

RUBIO, Patricia. *El género de la transición. Una historia de las políticas públicas con perspectiva de género en los gobiernos de la Concertación*. Santiago, Chile, dez. 2012, 137 p.

SADER, E. *Chile: Socialismo como radicalização da democracia?* In: Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina. São Paulo: Série História Viva, 1992. p.34-53.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la dictadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 96-117. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

SILVA, Belén. *Mujeres chilenas exiliadas en Grenoble, Francia: Tensionando compresiones del exilio y la nostalgia*. Cadernos de Psicologia, v.21, n.3, 2019. Disponível em <https://raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/view/371062>.

VALDÉS, Teresa. *Las mujeres y la dictadura militar en Chile*. FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), 1987.

VALDIVIA, Verónica. "*¡Estamos en guerra, señores!*". *El régimen militar de Pinochet y el "Pueblo", 1973-1980*. In: *Historia*, Santiago, vol.1, nº 43, 2010, p.163-201. Disponível em: <http://ojs.uc.cl/index.php/rhis/article/view/10420/9630>

VALDIVIA, Verónica. *Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 167-203, jan./abr. 2018.

VALDIVIA, Verónica. *Pinochetismo e guerra social no Chile*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Dictaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-141.

VIANNA, Lucia. *Poética feminista - poética da memória*". Labrys, Estudos Feministas, n.4, dez/ago, 2003). Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/lucia1.htm>.

WAPICHANA, Joênia. ARRIZZA, BHATTACHARYA, FRASER, (org). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Editora Boitempo, 1 ed., 2019, pp.37-38.

WOITOWICZ, K. PEDRO. J. *O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo*. Ano X, n. 21, 2º. Semestre, 2009, pp. 43-55.

YANKELEVICH, Pablo. *Estudar o exílio*. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: História e Memória dos Exílios Latino-Americanos no século XX*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011, pp.11-30.

Fontes

BELMAR, Luis; LEIVA, Miguel; MENARES, René. *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: silencios y reencuentros (1975-1988)*. Edição Revista *Mensaje*, Santiago do Chile, jul. 2015.

Boletim Nos/Otras, n.1, ano 2, 1984. Disponível no Arquivo Nacional do Chile https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-93709.html?_noredirect=1.

Documentos sobre a exilada, Ana Vasquez, disponíveis na Biblioteca Nacional do Chile <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-propertyvalue-671695.html>.

Exemplares de *Mensaje* datados do período de 1973 a 2011, disponíveis nas bibliotecas digitais da revista e da Universidade Alberto Hurtado

<https://www.mensaje.cl/biblioteca/>

<https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/9746>.

QUEZADA, Iván. La extrajera vuelve a su patria [entrevistas]. *El Mercurio*, Valparaíso, Chile, mar. 17, 2002, p. B20

Vicaría de la Solidaridad
https://www.vicariadelasolidaridad.cl/archivo_y_centro_de_documentacion.

Sites

Acto de mujeres por el fin del exilio. Patrimonio Cultural UC Archivos. Disponível em <https://archivospatrimoniales.uc.cl/>.

Adriana Muñoz D'Albora. Reseñas biográficas parlamentarias. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Adriana_Mu%C3%B1oz_D'Albora.

Arquivo de Referências Críticas. Biblioteca Nacional do Chile. Disponível em <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-propertyvalue-325302.html#data=%7B%22page%22:1%7D>.

Alberto Hurtado (1901-1952), Memoria Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-765.html>.

Carmen Gloria Aguayo. Wikipedia. Disponível em https://es.wikipedia.org/wiki/Carmen_Gloria_Aguayo.

Carmen Gloria Aguayo no has dejado. Grupos. Disponível em <https://groups.google.com/g/amistad-chileno-francesa/c/DeSzrB-Hyvs?pli=1>.

Centro de Estudios de la Mujer. Disponível em <https://cem.cl/nosotras>.

Documental mujeres: Gloria Aguayo. Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em <https://archivospatrimoniales.uc.cl/handle/123456789/31568>.

Los Centros de Madres en Chile. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100688.html>.

Currículo de Josefina Rossetti, disponível em https://www.linkedin.com/authwall?trk=bf&trkInfo=AQE1le6UORtGgAAAAYAkEY5gG_b-89d8LBAMAqVXPIUkeQ9sXUI4weeFmFQ1AHbB3zgyGBKWbII-b9ufrlUYWfwkPmJvl6kwHsfZvJM1sNQvTWKrr3sYoSBA2047ZnKci0LyUqk=&originalReferer=&sessionRedirect=https%3A%2F%2Fwww.linkedin.com%2Fin%2Fjosefina-rossetti-cintolesi%2F.

El adiós de Natacha Molina, una mujer imprescindible. Observatorio Género y Equidad. Disponível em <http://oge.cl/el-adios-de-natacha-molina-una-mujer-imprescindible/>.

El Concilio Vaticano II en Chile (1959-1965), Memoria Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-575.html>.

El Instituto de la Mujer. Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-545682.html>.

El movimiento feminista en la dictadura militar (1973-1990), Archivo Nacional, disponível em https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-93709.html?_noredirect=1.

Estádio Nacional (1938-2010). Memoria Chilena. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100628.html>.

História - Colegio San Ignacio, Colegio San Ignacio, disponível em <https://www.colegiosanignacio.cl/colegio/nuestro-colegio/historia/>

La Compañía de Jesús en Chile, Memoria Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-677.html>

La Vicaría de la Solidaridad. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-98138.html>

María Elena Carrera Villavicencio : resenas biografias parlamentares. Biblioteca do Congresso Nacional do Chile I História Política. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Mar%C3%ADa_Elena_Carrera_Villavicencio.

Mariana Aylwin Oyarzún, Reseñas biográficas parlamentarias. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mariana_Aylwin_Oyarz%C3%BAn.

Mujeres por la vida vuelven a alzar la voz: triunfo de la ultraderecha significaría “un grave retroceso en las conquistas logradas”. Diálogo U Chile. Disponível em <https://radio.uchile.cl/2021/11/29/mujeres-por-la-vida-vuelven-a-alzar-la-voz-triunfo-de-la-ultraderecha-significaria-un-grave-retroceso-en-las-conquistas-logradas/>.

NÚÑEZ, Núria. Tú tienes que hacer algo positivo, un aprendizaje de esto y tirar para arriba”. In: Camarines de Mujeres: memorias de prisioneras políticas del Estadio Nacional. BUENO, Andrea; URREJOLA, Isidora; ARÁNGUIZ, Proyecto Financiado por el Fondo Nacional de Desarrollo Cultural y las Artes, Fondart Regional, Convocatoria 2018, Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. Fundación Instituto de la Mujer. Jun. 2019, pp.233-258

Partido Demócrata Cristiano (1957-2004), Memoria Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3643.htm>

Patricia Verdugo, la periodista que desvistió a la dictadura, Colegio de Periodistas de Chile, 2016. Disponível em <https://www.colegiodeperiodistas.cl/2016/10/patricia-verdugo-la-periodista-que.html>.

Patricia Verdugo (1947-2008), Mujeres Bacanas. Disponível em <https://mujeresbacanas.com/patricia-verdugo-1947-2008/>.

Referências Bibliográficas de Molina G., Natacha. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-propertyvalue-141741.html>

Reseña Biográfica Mireya Baltra. História Política. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mireya_Baltra_Moreno.

Sentido de pertenencia. Nosotras en libertad. Disponível em <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/sentido-de-pertenencia/>.

Váldez, Teresa. Memoria Chilena. Disponível <https://www.memoriachilena.cl/602/w3-propertyvalue-141651.html>.

Vicaría de la Solidaridad. Disponível em <http://www.vicariadelasolidaridad.cl/node/7>.

Violación a los derechos humanos. Memoria Chilena. Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-92415.html>.

Vittorio Cintolesi Ruz. Archivo da Música e do Teatro Chileno. Disponível em <http://www.musicateatral.cl/vittorio-cintolesi-ruz/>.